

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
DA UNESP DE PRESIDENTE PRUDENTE

VOL. 5 Nº 12 / 2019

ISSN 1984-1647

Afetos e Emoções

abordagens teórico-metodológicas
na análise do Espaço Geográfico



O conhecimento é o mais potente dos afetos.

Spinoza

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

© 2019 Departamento de Geografia do Campus de Presidente Prudente

CAPA
Rizia Mendes Mares

FOTO DE CAPA
@marcosguinoza

PROJETO GRÁFICO & DIAGRAMAÇÃO
Rizia Mendes Mares

REVISÃO
Rizia Mendes Mares

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Rizia Mendes Mares

VOL. 5 N° 12 / 2019
ISSN 1984-1647

Afetos e Emoções

Abordagens teórico-metodológicas
na análise do Espaço Geográfico

Revista Geografia em Atos / Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente - Departamento de Geografia, 2019.

Quadrimestral v.05, n.12, 165p, - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - mês 07/2019.

ISSN 1984-1647

1. Geografia. 2. Geografia Emocional. 3. Afetos. 4. Emoções. 5. Pesquisa Qualitativa. I.
Universidade Estadual Paulista.
Campus de Presidente Prudente. Curso de Geografia.

I

Os textos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores.
Permite-se a reprodução parcial, desde que mencionada a fonte.

GeoAtos

REVISTA GEOGRAFIA EM ATOS

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA – UNESP

Sandro Roberto Valentini
Reitor
Sergio Roberto Nobre
Vice-Reitor

ADMINISTRAÇÃO E CORRESPONDÊNCIA

Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia - Departamento de Geografia
Rua Roberto Simonsen, 305, CEP:19060-900, Presidente Prudente - SP, Caixa-postal: 467
Telefone: (18) 32295650

Home Page: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos>
E-mail: geoatos.editorial@gmail.com

EDITORA RESPONSÁVEL

Rizia Mendes Mares
rizziamendesmares@gmail.com

EQUIPE EDITORIAL

Editor-Gerente
Guilherme dos Santos Claudino (FCT-UNESP)

Conselho Executivo

Fátima Aparecida Costa (FCT/UNESP)
Rizia Mendes Mares (FCT/UNESP)
Fredri dos Santos Bento (FCT/UNESP)
Larissa Araújo Coutinho de Paula (FCT/UNESP)
Luís Fernando Colombo (FCT/UNESP)
Marcelo Tenório Crepaldi (FCT/UNESP)
Mateus Fachin Pedroso (FCT/UNESP)

Conselho Científico

Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. João Oswaldo Rodrigues Nunes, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Profa. Dra. Maria Encarnação Beltrão Sposito, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. João Lima Sant'Anna Neto, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Raul Borges Guimarães, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Antonio César Leal, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Profa. Dra. Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil
Prof. Dr. Antonio Thomaz Junior, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Fátima Aparecida Costa, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

MANUTENÇÃO DO WEBSITE

Marcos Roberto Pereira de Souza, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

BIBLIOTECÁRIA CONSULTORA

Micheli Antonia Oshima, UNESP, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil., Brasil

Editorial

Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico

Apresentação

A geografia da FCT/UNESP entre afetos e emoções
Nécio Turra Neto

3

Artigos

Affective territories: cartography of aconchego as cartography of power.

Jan Simon Hutta

8

Um olhar sensível sobre o espaço geográfico: contribuições da geografia das emoções.

Marcia Alves Soares da Silva

37

Desafios e reflexões na apreensão afetiva da cidade: a deriva como procedimento metodológico.

Matheus Alcântara Silva Chaparim e Eduardo Romero de Oliveira

60

A dimensão afetiva na experiência urbana: os sentidos do habitar na cidade contemporânea.

Rizia Mendes Mares

82

A fragmentação socioespacial e sua relação com as dinâmicas afetivas.

Victor Chirillo de Oliveira Stoian

99

Cartografias alternativas: contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos materializadas no espaço das assentadas rurais.

Larissa Araújo Coutinho de Paula

111

Espaço escolar e geografia dos afetos: paredes ou pontes atmosféricas?

Nicole Mieke Takada Moreti

135

O medo no espaço urbano: contextos históricos e sociais.

Bibiana Conceição Rezende

148

Resenhas

Novos caminhos a partir de Frantz Fanon.

Diego Elias Santana Duarte

158

APRESENTAÇÃO

A GEOGRAFIA DA FCT/UNESP ENTRE AFETOS E EMOÇÕES

**FCT / UNESP GEOGRAPHY BETWEEN AFFECTIONS AND
EMOTIONS**

FCT / UNESP GEOGRAFÍA ENTRE AFECCIONES Y EMOCIONES

Nécio Turra Neto

Professor do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Unesp – Presidente Prudente

necio.turra@unesp.br

Os textos que compõem esta coletânea da Revista Geografia em Atos são resultados da disciplina *Emotions and affect from a spatial perspective*, ofertada no Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Presidente Prudente, na modalidade de Tópicos Especiais, e ministrada pelo Professor Dr. Jan Simon Hutta, da Universidade de Bayreuth, Alemanha, durante do 2º semestre de 2018.

A reunião destes artigos da disciplina tem o mérito de contribuir com a difusão do debate da *Geografia dos Afetos e das Emoções* na Geografia Brasileira. Pois, se o tema não é necessariamente novo, visto que desde os anos de 1970 as Geografias Humanista, Feminista e Cultural têm colocado a questão das emoções, só muito recentemente se tem falado, de forma mais explícita, em uma Geografia das Emoções. No Reino Unido, inclusive, já existe uma revista especializada no tema - *Emotion, Space and Society*, disponível em <https://www.journals.elsevier.com/emotion-space-and-society>, como lembrou Marcia Alves Soares da Silva.

O texto que abre esta coletânea é “Affective territories: cartography of *aconchego* as cartography of power”, justamente do professor Jan Simon Hutta. Nele, o autor nos desafia a deslocar nossa compreensão que tende a associar, de forma mais ou menos direta,

territorialização com afetos positivos, como topofilia, e desterritorialização com afetos negativos, como topofobia e alienação. Para ele, os afetos se referem às relações que os sujeitos estabelecem com o espaço, são experiências que são vividas não apenas nos territórios, mas que estão envolvidas na sua instituição. Nesse sentido, propõe a superação de certa perspectiva dicotômica entre território e territorialidade que vê o primeiro como resultado de ações políticas e econômicas de dominação e territorialidade como resultado de interações subjetivas de sujeitos sociais. O autor faz um convite para pensar as formações afetivas da capacidade de agir no espaço, sejam estas ações de dominação ou de apropriação; argumenta que os afetos, sejam eles positivos ou negativos, estão envolvidos na formação do território e nos processos de des ou reterritorialização; e apresenta o medo e o aconchego como afetos capazes de gerar uma cartografia dos afetos em que processos de des e reterritorialização estão permanentemente sendo elaborados.

“Um olhar sensível sobre o espaço geográfico: contribuições da geografia das emoções”, de Marcia Alves Soares da Silva, coloca-nos diante do que a autora nomeia de *emotional turn*, uma virada emocional na Geografia que faz com que as emoções não possam mais ser desconsideradas nos estudos, uma vez que cada vez mais se admite que há uma geografia das emoções, uma produção de um imaginário geográfico decorrente das emoções, que são saberes sobre espaços e lugares. Apresenta o desafio metodológico de realizarmos uma escuta sensível e produzir informações sobre as emoções, uma vez que se trata de uma dimensão da vida social nem sempre possível de ser verbalizada. A ideia de performance, que alia a representação e sua manifestação corpórea, requer observação e escuta sistemáticas e talvez aponte caminhos para encarar o desafio metodológico. Por fim, a autora fala da pesquisa que realizou com a memória de homens e mulheres religiosos, em busca de suas trajetórias de vida. Neste momento, destaca o caráter transdisciplinar do tema das emoções e busca articular a Geografia das Emoções à Filosofia, mais particularmente ao pensamento de Ernest Cassier e sua proposta de “filosofia das formas simbólicas”. A partir desta aproximação, a autora afirma que a “... mediação simbólica é conformadora de espacialidades, que também podem ser entendidas como espacialidades emocionais.”

“Desafios e reflexões na apreensão afetiva da cidade: a deriva como procedimento metodológico”, de Matheus Alcântara Silva Chaparim e Eduardo Romero de Oliveira. O

texto trouxe um relato da atividade prática realizada no âmbito da disciplina, em que a metodologia da deriva foi acionada para experimentações afetivas do espaço urbano. Para dar maior densidade à esta experimentação, os autores buscaram contextualizar historicamente a metodologia da deriva no quadro do movimento da Internacional Situacionista, cujo nome mais proeminente é o de Guy Debord, e apresentar tanto a definição desta estratégia, quanto sua operacionalização. Por fim, o texto descreve então a experiência de deriva realizada pelos estudantes e pelo professor da disciplina, no camelódromo no centro de Presidente Prudente, num dia chuvoso, em que se percebeu como a ambiência constituída pelos sujeitos que ocupam o espaço ao entorno, suas margens, seus centros, os vendedores e os próprios estudantes à deriva criaram uma atmosfera de afetação mútua que permitiu refletir sobre a os “efeitos psíquicos que o contexto urbano produz nos indivíduos”.

“A dimensão afetiva na experiência urbana: os sentidos do habitar na cidade contemporânea”, de Rizia Mendes Mares. O texto reflete sobre o papel do medo, como principal afeto acionado na produção da cidade contemporânea. Faz uma reflexão sobre a passagem da lógica de uma cidade mais compacta, estruturada a partir da relação entre centro e periferia, para uma lógica fragmentária, cuja forma é a cidade dispersa e policêntrica. É neste contexto que a diferença foi se tornando insuportável a ponto de grupos sociais que se sentem ameaçados usarem o discurso do medo e da segurança, para promoverem diversas formas de evitação, ao mesmo tempo que novas formas de habitat surgem e fomentam este mesmo afeto. Para conseguir captar esta dimensão difícil de representar, a autora propõe a metodologia qualitativa dos mapas afetivos e parte do texto é voltado a apresentar esta metodologia, afinal a estrutura urbana é responsável pela criação de imagens que se desdobram em afetos que, num processo de implicação mútua, volta-se para a reprodução destas mesmas formas.

Na mesma linha argumentativa, o texto “A fragmentação socioespacial e sua relação com as dinâmicas afetivas”, de Victor Chirillo de Oliveira Stoian, traz uma reflexão sobre a produção contemporânea do espaço urbano, marcada pela crescente segregação socioespacial, a ponto de levar a uma verdadeira fragmentação da vida urbana. Esta tendência tem como uma das principais motivações o medo. Este é tomado como o afeto central na produção de toda uma morfologia urbana que enclausura em espaços socialmente

homogêneos aqueles sujeitos de certa classe de renda, por um lado e, por outro, criminaliza a diferença, vista com desconfiança e como causadora do sentimento de insegurança. O resultado político de uma cidade produzida com base no medo é a redução da cidadania e o declínio da democracia – o que podemos vislumbrar com o crescimento do fascismo como filosofia política pautada na eliminação da diferente. É buscando alternativas para este estado de coisas que o autor vê a necessidade de as forças democráticas criarem novos “circuitos de afetos”, em que novas identidades possam ser instituídas, no encontro e no contato com outrem.

“Cartografias alternativas: contribuições do programa de aquisição de alimentos materializadas no espaço das assentadas rurais”, de Larissa Araujo Coutinho de Paula. O texto traz a experiência de mulheres assentadas na sua relação com o Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, ao longo do tempo, utilizando para isto de metodologias de cunho qualitativo, como entrevistas em profundidade e mapas mentais. O texto apresenta um debate sobre esta política pública e lamenta seu atual desmonte – com perspectiva de que seja extinta pelo atual governo brasileiro. Também traz todo um debate sobre a cartografia e suas múltiplas formas, salientando a importância da cartografia social para a pesquisa qualitativa, em que as colaboradoras são responsáveis pelos seus próprios mapeamentos. Nos mapas, apresentados como alguns dos resultados da pesquisa, em sintonia com as entrevistas, as colaboradoras expressam o que mudou no seu lote, no seu assentamento e na sua vida com a vinculação à esta política pública.

O texto “Espaço escolar e geografia dos afetos: paredes ou pontes atmosféricas?”, de Nicole Takada, aborda as relações de afeto/afetação no ambiente escolar por parte dos sujeitos que compartilham, negociam e fazem cotidianamente esse espaço a partir de suas interações e pelas formas como afetam e são afetados pelo que ali acontece. Antes de apresentar seu estudo de caso, que é parte da sua pesquisa de mestrado, a autora traz um debate teórico e conceitual sobre uma Geografia dos Afetos, apontando que o caminho mais profícuo para o desenvolvimento desta temática é considerar os afetos para além de estados meramente subjetivos, mas resultados de processos culturais e sociais mais amplos, com rebatimentos na própria produção dos espaços e lugares, uma vez que as pessoas os produzem a partir das ações e relações que estabelecem e estas são carregadas dos afetos que elas portam.

“O medo no espaço urbano: contextos históricos e sociais”, de Bibiana Conceição Rezende é mais um dos textos que tem o medo como tema central, mas aqui contextualizado na escalada do sentimento de insegurança que algumas pessoas passaram a sentir no período histórico das últimas eleições no país, quando grupos fascistas se sentiram empoderados com as mensagens de ódio proferidas pelo então candidato e hoje presidente do Brasil – aquele que não ousou dizer o nome. Ao final, focaliza mais especificamente o medo das mulheres em relação ao espaço público, afirmando que esse medo é relativo à condição de classe e a outras variantes, como raça e orientação sexual. Afirma que as mulheres pobres sempre se viram obrigadas a trabalhar fora, portanto, ocupavam o espaço público tendo que sublimar possíveis medos. Então, é preciso perguntar sobre quem tem medo de quem e o que significa esse medo, tanto em termos de esvaziamento do próprio espaço público, como em termos de sua constituição de fato como um espaço do perigo.

Por fim, este número conta também com uma resenha crítica: “Novos caminhos a partir de Frantz Fanon”, de Diego Elias Santana Duarte. Apesar de ser um texto que pode ser considerado clássico, sua resenha vem em boa hora, para nos lembrar da potência dessa obra que, apesar de ter sido escrita em meados do século XX, permanece fortemente atual e, apesar de falar da realidade africana, na sua relação com a França colonizadora, oferece elementos para pensarmos nosso próprio país em que também operaram e ainda operam o colonialismo e o racismo.

Boa Leitura!

**AFFECTIVE TERRITORIES:
CARTOGRAPHY OF *ACONCHEGO* AS CARTOGRAPHY OF POWER**

Jan Simon Hutta

orcid.org/0000-0002-3261-9743

Universidade de Bayreuth

Bayreuth, Alemanha

Email: jan.hutta@uni-bayreuth.de

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6581>

Abstract

The paper introduces an affective approach to the study of territory and territoriality. Previous discussions of ‘territoriality’, it is shown, have commonly focused on symbolic dimensions. Where affect has been addressed, it has been mostly in relation to the ‘topophilic bond’ of people and territory. Instead, the paper suggests understanding both re- and deterritorialization processes as inherently affective. This draws attention to how a series of affective ‘vectors’ – including fear and *aconchego* – intensify or dampen de- and reterritorializations. Moreover, it sheds new light on the formation of capacities of acting in spatial context. To develop this argument, the paper draws on approaches to affect that are inspired by Gilles Deleuze’s reading of Spinoza. It then uses the examples of fear and what in Portuguese is called *aconchego* to illustrate some of the analytic questions thus arising. What emerges is an affective cartography that entails understanding power relations as affective, rendering previous distinctions between ‘territory’ and ‘territoriality’ questionable.

Key words: Territory; Territoriality; Affect; Topophilia; Fear.

**TERRITÓRIOS ‘AFETIVOS’:
CARTOGRAFIA DE *ACONCHEGO* COMO CARTOGRAFIA DO PODER**

Resumo

O artigo apresenta uma abordagem afetiva para o estudo de território e territorialidade. Discussões prévias sobre territorialidade, comumente, estiveram focadas nas dimensões simbólicas, nas quais o afeto esteve relacionado, principalmente, a uma ligação topofílica das pessoas com o território. Em vez disso, o presente artigo propõe o entendimento dos processos de desterritorialização e reterritorialização como processos inerentemente afetivos. Chamamos à atenção para como uma série de vetores afetivos incluindo medo e *aconchego* – intensificam e abrandam a desterritorialização e a reterritorialização. Além disso, lançamos uma nova luz na formação da capacidade de ação no contexto espacial. Para desenvolvimento dos argumentos o artigo nos baseamos em abordagens do afeto inspiradas nas leituras que Gilles Deleuze faz de Spinoza. Em seguida, utilizamos os exemplos do medo e *aconchego* para ilustrar algumas das questões analíticas que surgiram. O que emerge é uma cartografia afetiva que implica no entendimento das relações de poder e afeto que tornam as distinções anteriores entre território e territorialidade questionáveis.

Palavras-chave: Território; Territorialidade; Afeto; Topofilia; Medo.

TERRITORIOS ‘AFECTIVOS’: CARTOGRAFÍA DE ACONCHEGO COMO CARTOGRAFÍA DEL PODER

Resumen

El artículo introduce un enfoque afectivo al estudio del territorio y la territorialidad. Las discusiones anteriores sobre la "territorialidad", como se muestra, se han centrado comúnmente en dimensiones simbólicas. Donde se ha abordado el afecto, ha sido principalmente en relación con el "vínculo topofílico" de las personas y el territorio. En su lugar, el documento sugiere entender los procesos de re y desterritorialización como inherentemente afectivos. Esto llama la atención sobre cómo una serie de "vectores" afectivos, incluidos el miedo y el aconchego, intensifican o amortiguan las desterritorializaciones y las reterritorializaciones. Además, arroja nueva luz sobre la formación de capacidades de actuar en un contexto espacial. Para desarrollar este argumento, el documento se basa en los enfoques de afecto que se inspiran en la lectura de Spinoza de Gilles Deleuze. Luego utiliza los ejemplos de miedo y lo que en portugués se llama aconchego para ilustrar algunas de las preguntas analíticas que surgen. Lo que surge es una cartografía afectiva que implica entender las relaciones de poder como afectivas, lo que hace dudosas las distinciones anteriores entre "territorio" y "territorialidad".

Palabras-clave: Territorio; Territorialidad; Afecto; Topofilia; Miedo.

Introduction

Territories are inherently affective; this seems to be clear. Their affective dimension has hitherto been addressed through notions such as topophilia and place, or *lugar*, which highlight people’s attachment to a place. Often, the term ‘territoriality’ has been used here to emphasize the subjective appropriation of territory and the construction of territorial identity through symbolic registers, in contradistinction to ‘territory’, which commonly relates to actors’ political-economic domination and control of spaces (HAESBAERT, 2004). However, the spaces people inhabit are generative of a multiplicity of ‘affective’ dynamics that extend far beyond topophilia – the love of place – or its opposite, topophobia and fear. ‘Affects’ – in the broader sense deriving from philosophy and psychology – such as confidence, curiosity, rage, shame, disgust or guilt often take shape in and through spatial relations (see ANDERSON, 2014; BONDI et al., 2005). Such affective and emotional dynamics can be seen as integral to subjects’ ongoing practices (WETHERELL, 2012). What is more, though, territories are not only affectively experienced; affects also shape capacities to inhabit territoriality or to leave it, to de- and reterritorialize space. It is this affective dimension of de- and reterritorialization that this essay focuses on.

At the time of writing, I am under the impression of the fears and anxieties – especially on the left – that have circulated in Brazil and abroad in connection to Jair Bolsonaro’s election as president in October 2018. Scholars from a variety of disciplines have scrutinized the role of affects and the emotions in political contestations (e.g. AHMED, 2014; GOODWIN et al., 2009; GOULD, 2009; GAMMERL et al., 2017; PUAR, 2011). But the Brazilian events bring into strong relief how capacities *to inhabit, appropriate and control spaces* – territorialization processes in other words – are connected to affects. Capacities to create territories in urban and rural spaces have been radically constrained for some – not least through fear – while they have increased for others – especially for those stylizing Bolsonaro as a figure of hope and redemption (see HUTTA, 2019).

Bearing in mind this affective dimension of territorialization processes, in this essay I want to reorient the prevalent approach to affect in previous discussions on territoriality in three ways. Firstly, I suggest that affect is indicative of modifications in capacities to act – a modification that results from a body’s encounters in its interactions with other bodies. Affect in this understanding – which is inspired by Gilles Deleuze’s reading of Spinoza – is more than a subjective valuation of individuals: it is a relational dynamism unfolding among bodies in interaction in and with space. Based on this understanding, I suggest, secondly, that affects are not only expressed or experienced *in* territory, they are also *constitutive of* territory (and its undoing). And thirdly, I argue that topophilia is not the only or primary affective relation between subjects and territories, as has often been suggested. Rather, I consider the relations among affect on the one hand and de- or reterritorialization on the other as contingent: reterritorialization can go along with negative affect, just as deterritorialization can elicit positive affect.

As I will show, these three reorientations – towards affective modifications in the capacity to act; towards affect’s constitutive force; and towards the contingent relations among affect and de- or territorialisation – profoundly challenge writings on modernization and urbanization in geography and sociology that have associated territoriality with topophilia and the realization of human potential, and deterritorialization with alienation and fear. Furthermore, these reorientations will also allow us to re-consider the relations between ‘territory’ and ‘territoriality’. Affective dynamism, in the proposed understanding, subsists not only within people’s meaningful ‘territorialities’, but also within the powerful processes through which political and economic ‘territories’ are created or destroyed. In a post-

humanistic understanding, ‘territories’ can be considered as just as affective as ‘territorialities’ – even if their ‘affect’ resides not necessarily within the experience of a subject. This essay is therefore an invitation to study the affective shaping of capacities to act in space – whether this means dwelling, appropriating, dominating or something else.

In what follows, I will first look at how affect and the emotions have been approached in previous discussions of territoriality, arguing that affect has often been sidelined by a focus on symbols, representations and values. I will then introduce an understanding of affect as powerful ‘vector’ that intensifies or dampens de- and reterritorialization processes, which are simultaneously ‘felt’ in a certain way. To flesh out this understanding, I first comment on discussions of fear in the city and topophilia and then argue in favour of a renewed engagement with joyful affects such as *aconchego*. Such an engagement, I suggest, not only helps further illuminate the issue of power – which has been central to the notion of ‘territory’ – it also opens up productive pathways for approaching the contingent constitution and unmaking of territory beyond the idealized notion of topophilia and the teleological discourse of modernization.

Territor(iality) – beyond symbols and values?

The notion of territoriality in Latin-American geography has opened up a vital arena for the discussion of spatial formations of identities, processes of subjectification, as well as contestations and resistance. Marcos Aurelio SAQUET and Eliseu Savério SPOSITO understand ‘territoriality’ as “the quality that territory gains according to its utilization or apprehension by humans” (2009 p. 11).¹ This understanding picks up on humanistic approaches in geography, which in the 1970s and 80s sought to counter the discipline’s quantitative and positivistic orientation. Often, the notion of ‘territoriality’ is further specified as “‘image’ or symbol of a territory”, as HAESBAERT (2007 p. 40) observes. The use of this notion of territoriality has opened the view towards how subjects appropriate material and imagined spaces and how territory and identity co-constitute each other – whether in the progressive practices of the ‘territorial movements’ addressed by Raúl ZIBECHI (2012), or in the territorial enclosures of nationalism and “identitarian essentialization” (HAESBAERT 2007, p. 50; see also ARAUJO and HAESBAERT, 2007). This approach has complemented analyses of the political domination of territorialization processes – classically focused on the

control of resources and people – with an investigation of the cultural dimensions. HAESBAERT has thus proposed an integrated understanding,

para encarar sempre o território dentro de um *continuum* que se estende da apropriação mais especificamente simbólica (no seu extremo, uma ‘terrialidade sem território’) até a dominação funcional em sentido mais estrito (no seu extremo, mas apenas enquanto ‘tipo ideal’, um ‘território estritamente funcional’) (2007 p. 40).

However, while lending itself to such an integrated understanding of material and cultural dimensions, cultural practices of territorialization have mostly been conceptualized in linguistic and iconographic terms – consonant with the bulk of socio-cultural theory informed by structuralism, poststructuralism and symbolic interactionism. This symbolic dimension surfaces, for instance, when HAESBAERT notes – citing his earlier work – “there is no territory without some kind of identification and (positive or negative) *symbolic valorization* of space by its inhabitants” (2007 p. 38; emphasis added). And further, drawing on Bourdieu,

Hoje, num mundo em que o simbolismo da cultura é presença fundamental em todas as esferas da vida, o território não poderia fugir à regra e se vê cada vez mais mergulhado nas tramas de um ‘poder simbólico’ [Bourdieu] que tudo parece arrebatat (IBID.; emphasis added).

In a similar vein, Araujo understands ‘territory’ as “a taxonomy objectified through relational geodesic *referencing of signs*” (ARAUJO, 2007 p. 24; emphasis added). Likewise, the renewed engagement with the French geographer Jean Gottmann, who proposed a kind of ‘psychosomatic’ conception of territory (MUSCARÀ, 2009), has revolved chiefly around territory’s ‘iconographic’ dimension.

To be sure, works in this vein have shown the great importance of symbolism and iconography in spatial formations at various scales. For instance, territoriality has been shown to exert significant power in shaping the ‘imagined community’ (B. Anderson) of a nation-state or in developing an iconography that makes a space recognizable as a regional landscape. Works focusing on identities and contested relations among dominant and subaltern groups have moreover brought out how specific meanings are attributed to spatial elements in processes of appropriation and disappropriation. Furthermore, discussions of ‘trans-’ and ‘multi-territoriality’ (see HAESBAERT, 2004) have investigated the symbolic and representational modifications and hybridizations in contexts of migration and diaspora, also pointing to the significance of memorializing and imagining spaces.

As I have argued in the introduction, however, processes of de- and reterritorialization are not only meaningful, they are also inherently affective. What role has affectivity played in these discussions, then? Affect has paradoxically been emphasized and neglected at the same time. On the one hand, affect has been granted a central role. The term appears frequently in definitions of territory and territoriality, for instance in Brunet et al.'s dictionary *Les Mots de la Géographie*, where one of several definitions specifies territory as a notion that is at the same time “juridical, social and cultural, *and even affective*” (cited in HAESBAERT 2004: 39; emphasis added). In a similar vein, Marcos Aurelio SAQUET notes, “Humans play a central role in the formation of any territory, as they crystalize *affective*, symbolic relations of influence, conflicts, identities etc.” (2009 p. 85; emphasis added). Territory's affective dimension is commonly equated in these debates with what the French geographers Bonnemaïson and Cambrézy call a ‘principle of identification’ and ‘belonging’. This principle, they note, “explains the intensity of the relation to the territory” (cited in HAESBAERT, 2004 p. 72). And further, territory “cannot be perceived as mere possession or as an entity external to the society that inhabits it. It is part of identity, *the source of an essentially affective or even amorous relation.*” (IBID.; emphasis added)

This idea of an affectively ‘intense’ relation to territory picks up on the notion of ‘topophilia’, ‘the love of place’, developed by the humanist geographer Yi-Fu Tuan in the wake of French philosopher Gaston Bachelard. The use of the terms ‘affect’ and ‘affective’ is close to the term's connotation of ‘affectionateness’ or ‘tenderness’ in Romance languages. I will return to this (narrow) focus on topophilia and belonging later on. What I want to highlight here is that the affective is commonly mentioned in the same breath as the symbolic; and it is the notion of the symbolic, rather than the affective, that is often placed centre stage, attributing to affect the status of a derivative concept. But can territoriality's affectivity really be derived from its symbolic dimension? Let us take a closer look at this epistemological attribution of affect to the symbolic.

The association of symbolic and affective dimensions is particularly pronounced in the idealist and humanist strands of geography. Here, the symbolic and the affective are seen as two related aspects of the human practice of imbuing space with ‘values’. Bonnemaïson and Cambrézy thus note, “The power of the territorial bond reveals that space is *invested with values* that are not only material, but also ethical, spiritual, *symbolic and affective*” (cited in HAESBAERT, 2004, p. 72; emphasis added). In a similar vein, TUAN (1974), who has

placed ‘values’ in the subtitle of his landmark monograph *Topophilia*, conceives of values as psychological motivations that “direct energies to goals” (p. 1). As he argues in this book, these motivations are related to cultural ideals and world views that take shape in social context. For instance, according to Tuan, the appreciation of ‘rural life’ in North Atlantic societies forms a ‘value’ that has spurred on suburbanization processes. In a similar vein, ARAUJO (2007) mentions ‘value’ (*valor*) as what creates a synthesis between identity and territory on the level of sense: “the synthesis is accomplished through the georeferencing of the *foundational value* attributed to identity: Brazilians are cordial; Brazil is the territory of cordiality” (p. 31; emphasis added). The affective relation of ‘cordiality’ is construed here as a societal ‘value’ that is based on a foundational myth. It is through this epistemology of values that affectivity, while explicitly addressed in the humanistic framework, is subordinated to the symbolic: the ‘topophilic’ valorisation of rural life or cordiality are understood as affective aspects of a larger valorisation process that is chiefly symbolic and leads to the cultural representations of landscapes and national territory.

This privileging of the symbolic over the affective is even more pronounced in another landmark reference in humanistic geography: Gaston Bachelard’s *The Poetics of Space*. In this phenomenological work, which has paved the way for Tuan’s discussion of topophilia, affect is even said to be *erased by value*. Talking about ‘values of expansion’, which for BACHELARD is at the centre of experienced space, the author notes:

To designate space that has been experienced as affective space [...] does not, however, go to the root of space dreams. The poet goes deeper when he uncovers a poetic space that does not enclose us in affectivity. Indeed, whatever the affectivity that colors a given space, whether sad or ponderous, once it is poetically expressed, the sadness is diminished, the ponderousness lightened. Poetic space [...] assumes values of expansion. (1994 p. 201).

Expansion is rendered here as a core ‘value’ that is somehow non-affective; any affectivity that might be at work in space is said to evaporate in the moment of its expression in poetic images, which Bachelard conceives as the most authentic form of spatial experience. Curiously, though, when analysing poetically experienced space, the phenomenologist still resorts to affectively laden formulations, such as someone’s “real affection” (BACHELARD, 1994 p. 77) for a drawer, “the positive *joy* that accompanies the opening of a new box” (p. 83; emphasis added), or wardrobes that are “affectionately cared for” (p. 81). Affect is thus

simultaneously there and not there: it is constitutive of tophophilia, yet eclipsed by linguistic expression and dissolved into ‘value’.

There is therefore a conceptual lacuna at the very heart of the humanistic tradition of geography. Despite persistent references to affective terms such as ‘topophilia’ or ‘belonging’, affectivity has not been elaborated in the same depth as iconography or semiotics. Where affectivity is addressed in its own terms, this is commonly in relation to environmental stimuli perceived through the senses and producing affective responses that are then cognitively processed (e.g. TUAN, 1974). Apart from the course that social research has taken in the wake of Western philosophy’s linguistic turn, we might relate this privileging of cognition and representation to the longer history of favouring mind over body, and reason over the emotions in modern philosophy since Descartes (see SPELMAN, 1989). On the backdrop of this history of hierarchisation, it might not be surprising that Bachelard associates the ‘value of expansion’ with a particular *idea* expressed in language, rather with the *affect* that such expansion might elicit. Even in Henri Lefebvre’s work, which pays much attention to affect, desires and bodily rhythms, lived experience is ultimately framed as ‘spatial representation’, conceived through the production of symbolisms.

Overall, we might thus say that engagements with affect in humanistic geography fall into a gap in the middle of a two-tier ontology: on the one hand the ontology of ‘perceptions’, which relies on psychological – and sometimes phenomenological – approaches that deal with the cognitive ordering of environmental stimuli; and, on the other, the ontology of ‘values’, which relies on the analysis of iconographies and symbolic representations relating to cultural ideals and worlds views. While these two ontological planes are sometimes related to each other – as when TUAN (1974 p. 246) considers how perception is influenced by values – the affectivity traversing and exceeding perceptions and representations is not properly explored.

Turning towards affect

Challenging the humanistic tradition, what has been labelled ‘affect theory’ – a diverse range of approaches from geography, sociology, psychology, cultural studies, feminism and queer theory – has emphasized the irreducibility of affect to meaning and signification (see AHMED, 2014; CLOUGH, 2008; DOWLING *forthcoming*; GREGG and SEIGWORTH, 2010; ANDERSON and HARRISON, 2010; LORIMER, 2007). Affective

dynamism has been posed here as immanent to life itself, rather than being contained by a subject's experience or perception (see SEIGWORTH and GREGG, 2010; PUAR, 2007; THRIFT, 2004). 'Affect' is understood here, not in the sense of 'affectionateness', but in the wider philosophical sense. Affect is seen here as fundamentally relational and processual, an understanding that has been inspired especially by Gilles DELEUZE's (1988a; 1990) reading of the Enlightenment philosopher Baruch Spinoza. In this understanding, affect emerges from encounters among bodies, which persistently 'affect' one another in beneficial or detrimental, 'joyful' or 'saddening' ways. In thus indexing beneficial or detrimental encounters, affect is viewed as signalling modifications in the bodies' agential capacities. This is because a body's agency – what Spinoza calls *potentia agendi*, the power of acting – is seen as constituted by the relations among this body's various components, which are modified by these encounters. Good encounters combine well with a body, intensifying certain of its relations. These encounters generate 'felicitous' affect: they make somebody – or at least part of some 'body' – 'happy', as they increase its capacity to act. Conversely, negative encounters cause 'sad' affect, as they diminish its capacity to act. Different bodies are seen as having differential capacities of affecting and being affected by other bodies without being destroyed. Encounters thus modify the intensities of bodily relations, engendering ongoing variations of 'happiness' and 'sadness', even if only in very minute and subtle ways (see BROWN and STENNER, 2001).

This basic conception has opened up an analytic approach that starts out from relationally shaped capacities of acting, rather than from human needs or values. Bodies are defined here, not so much through their given forms and properties, but through their intensities, which are related to their specific capacities of affecting and being affected. As these capacities show only in relational encounters and interactions, differentiating and defining bodies in abstract and ideal ways is of little purchase. As DELEUZE and GUATTARI note in *A Thousand Plateaus*:

We know nothing about a body until we know what it can do, in other words, what its affects are, how they can or cannot enter into composition with other affects, with the affects of another body, either to destroy that body or to be destroyed by it, either to exchange actions and passions with it or to join with it in composing a more powerful body. (2004 p. 257)

Each body can thus be seen as composed of other bodies that have entered into affective compositions of a certain intensity. For instance, hands that are capable of joyfully affecting other bodies through touch can combine with an attentive vision and a calming speech to form a caring body (which is not necessarily confined to a human individual). One can thus affect and be affected by a multiplicity of bodies at different scales at the same time – including in contradictory ways. Furthermore, a body's very affects enter into constellations with other affects. Someone's love can conjoin with someone else's ambition, just as someone's anger can combine with someone else's fear. 'Body' is understood in the widest possible sense here. As DELEUZE notes, "A body can be anything; it can be an animal, a body of sounds, a mind or an idea; it can be a linguistic corps, a social body, a collectivity" (1988a p. 127). Even though not any kind of body can affect or combine with any other kind of body, bodily compositions take shape through different registers and at different scales, generating manifold and complex affective arrangements. I can be affected at the same time by a sound, an idea, and a physical touch, each 'affect' enhancing or diminishing my power of acting in a specific way, eliciting variations of 'happiness' or 'sadness' that might conjoin or cause friction.

One can thus think of the world as composed of affective encounters, exchanges and compositions among heterogeneous bodies, which persistently modify each other's agential capacities. Human subjects and other bodies are implicated in this affective dynamism, not only through their perception or subjective experiences of affects, but through the ongoing intensification and dampening of bodily relations, which persistently re-shape agential capacities. Although in principle variations of affect can be sensed, a subject cannot always fully perceive or experience them – which is why perception is not a primary epistemic target here.²

While many writings within so-called 'affect theory' share this broad understanding of affective dynamism as immanent to the world, there is great variance in how such dynamism and its relation to space are studied. Some authors have focused on bodily modifications at the level of the autonomous nervous system (e.g. CONNOLLY, 2002); some have looked at spatial atmospheres (e.g. GANDY, 2017; NAY, 2019) others have scrutinized the shaping of bodily capacities through biopower (e.g. ANDERSON, 2012); affective dynamics in racialization (e.g. LIM, 2010), or the capitalist valorisation of affective subjectivities (see DOWLING, *forthcoming*) – to give just a few examples. These various

writings are far from consistent. Besides Deleuze's reading of Spinoza, authors have mobilized a range of approaches, including phenomenology, pragmatism, experimental psychology and neuroscience, semiotics, and Marxian or Foucauldian theory. And whereas several authors have engaged specific affects such as hope, boredom, love or melancholia, others have worked "with a notion of broad tendencies and lines of force" (THRIFT, 2004 p. 60).

Some of these writings have also received serious criticisms. They have been critiqued for conceptualizing relations between affect and signification as too dichotomous (MAZZARELLA, 2009), as relying on simplistic readings of neuroscientific research (LEYS, 2011), as neglecting the importance of socially constructed positionalities (see SHARP, 2009), or as underestimating the continued relevance of discourse (WETHERELL, 2012). While I share some of these concerns, I still think a Deleuze-inspired understanding of affect opens up vital pathways for geographic research through its epistemic shift from humanistic conceptions of subjective experience to the dynamism of bodily encounters: to bodies' differential capacities of affecting and being affected; to modifications of these capacities; and to the sense-able effects of these modifications (cf. ANDERSON, 2014).

In particular, this epistemic shift can illuminate in new ways what Derek McCormack calls 'affective spaces'. Such spaces, MCCORMACK argues, share three characteristics:

First, these spaces are relational – they involve nonreducible relations between bodies, and between bodies and other kinds of things, including artifacts, ideas, and concepts, where neither these things nor bodies are ever stable themselves. Second, affective spaces are processual: that is, they exist as worlds in ontogenetic transformation whose variations can be sensed through different techniques of attention, participation, and involvement – techniques that can and should be cultivated as part of the process of thinking. Third, affective spaces are nonrepresentational: that is, their force does not necessarily cross a threshold of cognitive representation in order to make a difference with the potential to be felt. (2013 p. 4)

Even though I do not agree that bodies are never stable – this depends on temporality and scale – these characteristics give useful indications of how affective spaces can be approached. Such spaces are dynamically constituted through the relational interactions amongst different kinds of bodies. Further, since the bodies involved in affective encounter 'can be anything', affects can be seen as always already pervading spaces. A subject

entering a space thus enters an affective dynamism, with which it begins interacting. On an experiential level, such dynamism might be perceived as a space's 'atmosphere', which can be experienced as cheerful and welcoming, or as frightening and repelling – and often in different ways by different subjects (see AHMED, 2014). But spaces can also be seen as affective independently of a subjects' perception. For instance, I can leave the seminar room after hours of teaching feeling energised or exhausted, only realizing afterwards that something about the space and its various relationalities has been affectively enlivening or depleting. If we consider the multiplicity of bodily compositions and interactions taking place in a seminar room – which involves not only diverse forms, speeds and kinds of conversation, but also ways of looking and facial expression, bodily postures and habitus, evoked memories and imaginations, as well as room temperature, noise, architecture or aesthetics – it should not come as a surprise that I am not able to fully perceive on which level I have been positively or negatively affected, which bodily compositions or destructions have taken place, or which affects have combined or rubbed against one another – even if I can learn to become more attentive to such dynamics. What can often be clearly sensed, though, is the overall *effect* of these various affects, as they modify bodies' power of acting and can therefore be seen as 'forces' pervading space.

It is this 'dispositional' aspect of affect as a force that shapes bodily capacities that I want to focus on in what follows. Mobilizing Deleuze's understanding (derived from the philosopher Henri Bergson) of an 'actual' world that is shaped by 'virtual' relations of force, Ben Anderson notes, "Movements of affect are always accompanied by a real but virtual knot of tendencies and latencies that generate differences and divergences in what becomes actual." (ANDERSON, 2006 p. 738) While this virtual affective force is often "vague", "fragile" and "fleeting" (IBID.), it can nonetheless be sensed – as an 'atmosphere', a 'feeling', a 'sensation', a 'shock', a 'thisness'... It generates modifications "in the multilayered sensibility from which thinking takes place" (IBID.). Affective spaces, in this sense, do not only 'feel' a certain way, they also shape capacities of perceiving, thinking and acting. This understanding of affect as a dispositional or virtual force is of particular relevance in the present context, as it opens up new ways of approaching de- and reterritorialization.

Affective de- and reterritorialization

Uses of space are full of encounters and interactions in and with space (even though spatial control from a distance would be worth further scrutiny). These encounters and interactions can be seen as inherently affective in the Spinozian sense: they shape capacities to inhabit, act in and appropriate spaces. Negative encounters in and with space go along with negative affects, which might be sensed and narrated as fear, anxiety, disgust, shame or guilt, for example. These affective encounters do not ‘combine well’ and therefore constrain capacities to act, hindering the appropriation of spaces and the formation of territory. Conversely, positive affects – e.g. joy, confidence, desire – arise from ‘felicitous’ encounters, which are facilitators of such appropriation.

What implications does this have regarding de- and reterritorialization? The very formation of territory – and its disbanding – goes along with affective variation: entering or leaving a territory, partaking in its construction or destruction always ‘feels’ a certain way – it can elicit joy or anxiety, excitement or frustration, anger or shame. This brings into relief what I have called affect’s constitutive force: affect is not only an effect that is felt, it is also a driver or blocker of de- and reterritorialization processes. When a deterritorialization process is felicitous, when it ‘feels good’, to put it simply, it is more likely to gain traction and speed up; whereas when it is infelicitous and elicits, say, shame or anxiety, these affects can block the deterritorialization process – and the same goes for reterritorialization. In this sense, affect is not only an effect, it is also a driver or blocker of these processes. It can be understood as a set of *vectors* that instigate or hinder de- or reterritorialization.

Such an understanding also opens up new pathways for approaching the affectivity of ‘territory’ itself. Even before any de- or reterritorialization take place, spaces can be seen as traversed by affective vectors, in the sense of virtual dispositions – forces pulling into a certain direction – that might or might not actualize. When such forces exceed a certain threshold, they actualize in de- and reterritorialization processes. Wherever such processes produce territories – i.e. creating repetitiveness among its constitutive elements (HAESBAERT, 2013), these forces do not merely stop operating, even though they might subside or modify their orientation. Rather, the affective dispositions that have supported the (re-)territorialization processes persist, assisting in holding its elements together – or pulling towards further de- and reterritorialization. As DELEUZE and GUATTARI put it,

“the most shut-up house opens onto a universe” (1994 p. 180). Territorial consistency is thus connected to affective forces.

Such affective forces are not limited to a ‘topophilic bond’ among subjects and spaces, though. Positive affect is not necessarily associated with territorialization, just as there is no essential link between negative affect and deterritorialization. The relations among affect and de- or reterritorialization are rather contingent: deterritorialization can feel good or bad, it can enhance or constrain agential capacities, and the same goes for reterritorialization. Moreover, there is great variety regarding *what* affective de- and reterritorialization processes enable at which scale, as the ‘bodies’ involved ‘can be anything’ – a state, a community, a habitus, a body of thought, and so on. This calls for a nuanced cartography that traces affectivity across multiple registers, including subjectivities, collectivities, spatial arrangements as well as discursive and institutional settings. Let us explore, then, some of the analytic questions that arise from this understanding of affective de- and reterritorialization in relation to some prominent discussions in geography. For this purpose, I will return to fear of crime in cities on the one hand and topophilia on the other, which can be approached from such an affective perspective.

An affective approach to fear

Discussions on fear in the city have contributed to a nuanced understanding of how negative affect is wired into urban life. Architecture and urban planning incorporate fears and their social construction, as various authors have shown (see BANNISTER and FYFE, 2001). Especially subaltern groups have moreover been constructed as ‘dangerous’, thus legitimising their exclusion and control (see ENGLAND and SIMON, 2010; SHIRLOW and PAIN, 2003). Not least in the postcolonial context of Latin-American cities, discourses of fear have been shaped by 19th-century urban reforms and policing, associating black and poor populations with disease, delinquency and ‘disorder’ (BATISTA, 2003). With the proliferation of insecurities and new forms of exclusion related to neoliberal transformations, as well as the expansion of illicit markets and armed violent actors, concerns with violence have led to an intensification of fear narratives, also spurred on by excessive media coverage (SOUZA, 2008). These narratives – and the real experiences with which they are associated – have made militarized police interventions as well as the expansion of the private security sector in middle-class communities seem natural (CALDEIRA, 2000; SPOSITO and GÓES,

2013; SOUZA, 2008). At the same time, especially (white) women have been socially constructed as naturally fearful and in need of male protection (VALENTINE, 1989). Feminist geographers in particular have brought into relief how fear of assaults constrains the movements of women and other subaltern subjects in urban space (see PAIN, 1997).

These various discussions suggest that fear can be understood as a variegated dynamism that operates through urban politics, spatial development, discursive formations and lived practice. This complexity has led to some conceptual vagueness, though, regarding the relations among affective and discursive registers. In humanistic writings, fear has tended to be viewed as an emotion emerging from the material and representational ‘landscapes’ that humans construct in the face of ontological insecurity and vulnerability (TUAN, 1979). In many writings from urban geography, the analytic focus has been placed even more strongly on social representations of violence and discursive constructions of insecurity. While this focus on representations and discourses remains vital for understanding how fear operates, it has not illuminated how fear operates as a vector of de- and reterritorialization. A sharpened focus on the re-shaping of agential capacities through affective dynamics can enhance our understanding of these processes.

As a point of departure, we can draw on writings that have posed fear in the city as a constraining and even damaging dynamism. Elizabeth Stanko, for instance, views fear “as a destructive force, interfering with full participation in everyday life in a civilized society” (quoted in ENGLAND and SIMON, 2010 p. 203). What does ‘destructive force’ mean, though, and how does it operate? There are various different ways in which fear can hinder people’s participation in everyday life, including through avoidance behaviour and discriminatory forms of securitization. To get at some of the affective dynamics at work here, I want to offer a rereading of Teresa CALDEIRA’s (2000) account on how events were narrated and folded into social practices in the context of São Paulo around 1990.

In her discussion of fear narratives in São Paulo, Caldeira notes that many of the residents of the community she researched referred to a traumatic event of violence that caused a rupture in their confidential use of spaces. “They represent an event”, the author comments, “that had the power to interrupt the uneventful flux of everyday life, changing its quality for ever – an event that stands out because of its absurdity and gratuitousness.” (CALDEIRA, 2000 p. 27) In an affective reading, this ‘event’ can be viewed as an encounter that intervenes at the level of bodily intensities. Something in a body’s relations with other

bodies, which had formed an ‘uneventful flux of everyday life’, is permanently altered. Perhaps the memory of a feeling of disempowerment or shame attaches itself to the act of leaving the house or taking the bus; perhaps the use of certain spaces elicits a defensive tension in the body that speeds up the rhythm of walking; perhaps a facial expression in other people signals threat. Whatever the exact modifications in bodily relations, what is narrated as persisting fear has the effect of constraining affective capacities to inhabit spaces: “Life does not go on as it used to. Many people repeated to me, ‘You never lose that fear.’”

(IBID.) What ensue are often reactions like:

enclosing the home, moving, restricting children’s activities, hiring private guards, not going out at night, and avoiding certain areas in town, all actions that reinforce a feeling of loss and restriction as well as the perception of a chaotic existence in a dangerous place. (CALDEIRA, 2000 p. 28)

This passage moreover suggests that affects such as feelings of loss and restriction might combine with fear, producing a complex landscape of mutually reinforcing affects. Ensuing from an affective event – an eventful ‘encounter’ – fear can thus cause a rupture in people’s relations with spaces, deterring them from appropriating these spaces, or incentivising self-isolation and securitization.

The affective event is however not constricted to a singular occurrence. Rather, it reverberates through memories and, importantly, its narration. In fact, Caldeira found that the retelling of violent events in a number of social situations led to the formation of crime narratives that were simplistically organized around a harmonious ‘before’ and a violent ‘after’ as well as stereotypical depictions of threats. Affective encounters can thus also unfold as memories are inserted into social discourse. A closer consideration of the affective dynamism at work raises some further questions. To what extent are fear narratives mobilized as a discursive strategy of legitimization? Where have defensive architecture and securitization become routine forms of reterritorialization that operate through conjunctures of investment strategies, planning and government? When are defensive actions shaped by aspirations for a middle-class lifestyle? To what extent do fear and desire feed into or displace one another? In their research in smaller Brazilian cities, SPOSITO and GÓES (2013) have found, for instance, that articulations of fear are often accumulated through media discourses, rather than grounded in actual experiences. Similarly, in my own research in Berlin-Neukölln (HUTTA, 2009), a resident who in a tenants’ meeting advocated for CCTV

cameras, saying they make people feel safer, in a subsequent interview stated that she actually never experienced fear herself.

Thus considering whether affective dynamics are intensified through narratives, or whether discourses are enacted without corresponding affectivity is important especially for research endeavours that strive for social transformation. If fears circulate as a discursive figure for the legitimization of security measures, then analysing how ‘dangerous’ subjects and places as well as positions of ‘victims’ and ‘perpetrators’ are socially constructed is key. Inasmuch as fear also shapes spatial agency on an affective level, though, discursive interventions might be insufficient. A better understanding of how fear is intensified, decreased or transformed is then also needed. Intervening at the level of affect means first of all altering its conditions of emergence. For example, according to the so-called ‘social control thesis’, fear increases when people cannot exercise control over their own lives or over the behaviours of others (BANNISTER and FYFE, 2001 p. 809). Moreover, ‘bold’ spatial practices, such as walking the streets with confidence, can be cultivated so that those commonly viewed as vulnerable – especially women – “can take their space and enjoy it” (KOSKELA, 1997 p. 305). Moreover, the affective dynamism in which fear is situated can be extended beyond the individual level. As SHIRLOW and PAIN astutely note, “fear can work in positive and less socially divisive ways in bringing people together to fight injustice and hate crimes” (2003, pp. 22-23). As an example, the authors mention “the neighbourhoods where communities have protested about attacks on asylum seekers and Muslims” (IBID.). Such a perspective on the transformative effects of fear indicates that the very intensity that constrains subjects’ power of acting can also modulate into an enabling intensity (akin to the way in which Sigmund Freud described transformations of aggressive into libidinous affects and vice versa).

Finally, the same authors indicate the need to carefully consider the scales and registers through which fearful affects operate when they note that “fear and risk can be pleasurable for some groups in certain places” (SHIRLOW and PAIN, 2003, p. 24). While, a negative affect, fear primarily suggests a diminution in a body’s capacities of acting, on another level it can produce the pleasurable thrill of risk and loss of control. For, as already TUAN noted, “It is a mistake to think that human beings always seek stability and order” (1979, p. 10). If we want to understand the significance of fear in relation to de- and reterritorialization, it is thus not enough to take for granted that fear hinders the

appropriation of spaces. Rather, we need to trace the specific de- and reterritorialization processes with which it is associated. What is more, when our interest lies with emancipatory and enabling processes of spatialization, an affective approach also calls for an engagement with affects that index an enhancement of capacities of acting. It is to such affects that I will now turn.

From topophilia to the cartography of *aconchego*

De- or reterritorializing movements and positive affect can be mutually reinforcing. The intensities of joy, pride or eroticism pervading an LGBT parade can – at least temporarily – wash away the anxieties that have hindered people’s appropriation of city streets. Like fear, such joyful affects might linger on beyond their singular occurrence, reverberating through narrations and images. On such a tack, Michael HARDT and Antonio NEGRI (2011) have discussed how transformative politics can be harnessed through an intensification of ‘felicitous’ encounters in cities. The *de*-territorialization of prevalent spatial organization – the heteronormative coding of signs and practices, the orientation towards competitive individualism, and so on – goes along with positive affects here. At the same time, joyful *re*-territorializations that create new capacities of acting might take place through the proliferation of new meanings, practices and structures.

This way of considering positive affect in connection to both de- and reterritorialization differs from discussions in the humanistic vein that have drawn on what Bachelard has called ‘topophilia’, literally: ‘the love of place’. TUAN calls topophilia “the affective bond between people and place or setting” (1974 p. 4). While Tuan’s approach brings into relief a range of dimensions through which joyful relations with places are created – from visual pleasure and physical contact or perceptions of health and vitality to a sense of familiarity and ownership or dreams of an ideal world – this approach is limited to the ‘bond’ that attaches people to places and is associated with tropes of familiarity and ownership. Humanistic geography continues here Martin Heidegger’s metaphysics of dwelling and habitation, where authentic human being in the world means accumulating memories of place-bound intimacy. In this view, human potential is actualized first and foremost where people dwell and take root, whereas movement and transformation – as instigated by the intensified circulation of goods and people under globalized capitalism – are associated with alienation. This “sedentarist metaphysics” (CRESSWELL, 2006 p. 26) has been challenged

by various scholars that have interrogated the “identitarian essentialization” (HAESBAERT, 2007 p. 50) of place as well as the idealization of the ‘home’ as a place of refuge (e.g. ROSE, 1993).

In order to move from the idealistic conception of topophilia as subjects’ authentic bond to spaces towards an analysis of positive affects’ contingent relation to re- and deterritorialization, I have proposed an affective cartography of security in the sense of the German notion of ‘*Geborgenheit*’, or what in Portuguese might best be named ‘*aconchego*’ (see HUTTA, 2009; 2015). These notions differ from understandings of safety and security in the discussion of fear, where security is defined in negative terms (absence of fear). Rather, *geborgenheit* and *aconchego* are constituted through positive affective intensities. They denote relational dynamics of ‘holding’ and ‘easing-in’: dynamics among, on the one hand, a spatial context – whether inter-subjective, collective, material, narrated or imagined – that is capable of holding someone or some kind of body, and, on the other hand, the body’s capacity to comfortably ease into, nest within or open up towards this spatiality. The analysis in this affective cartography is focused, not so much on the ‘topophilic’ relations this might create, and more on the role *aconchego* intensities play in de- and reterritorializations. Whereas topophilia has hitherto been associated exclusively with the affirmation of territory and belonging (territorialisation/reterritorialization), my aim is to draw attention to the contingent processes of re- and deterritorialization.

Aconchego can form part of hegemonic as well as subaltern processes of de- and reterritorialization. Moreover, it may figure in such processes without directly indexing some kind of bond between people and place. For instance, 19th-century images of Brazilian families of Portuguese decent often depict *aconchegante* scenes, where family members are affectionately oriented towards one another, the bodies of adults forming a holding environment for children. Such homely *aconchego* scenes have at the same time been constitutive of the heterosexist and racist reterritorialization practices of the patriarchal landowners, which have been anchored in family relations (FARIA, 2001). From an affective perspective, the issue here is not only how the family has been imagined and represented, but how the affective intensities it has instigated have been tied into reterritorializing practices, for instance by fostering relations of dependency (see HUTTA, 2019). The ways in which affective dynamics are constitutive of territorialities is therefore way more intricate than a focus on topophilia suggests.

Likewise, aconchego intensities can be constitutive of subaltern de- and reterritorializations. In the poem that a participant of one of my research workshops wrote, aconchego is traced from *o lar* (the home) through *o mar* (the sea) and *o bar* (the bar), from the “aconchego de um Barão” (the aconchego of a Baron) to “de qualquer outro ‘varão’” (“of any other man”).³ Written and recited by a genderqueer gay artist, the evocation of aconchego across diverse spaces – intimate and/or heteronormative space (home), open and public spaces (the sea, home), spaces of homoerotic relations (the aconchego of a Baron/of any other man) – instigates de- and reterritorializing vectors that might or might not actualize in material territories. In another queer piece of poetry, black trans artist Linn da Quebrada has invoked the ‘*cool aconchegante*’, playing with the homophones ‘*cool*’/‘*cu*’ (cool/ass). This affirmation signals a de- and reterritorialization of the very body through aconchego intensities, implicitly confronting the long history of legal and moral sanctions imposed on anal pleasures under Christian colonization. The mobilization of aconchego intensities might further be traced in African-Diasporic cultural practices or in home-making techniques of people without stable homes.

Thus tracing aconchego across different sites can bring into relief a range of affective dynamics that instigate de- and reterritorialization movements, which might actualize in the formation of territories (or not). Such an analysis could be further elaborated by investigating the affective vectors subsisting within given territories, and how these vectors hold a territory together or pull it apart. Apart from scrutinizing people’s attachment to place, or – in a more critical vein – how reterritorializations are promoted through ‘safe-keeping practices’ (FANGHANEL, 2015), it is thus worth investigating the de- and reterritorializing processes in which hegemonic as well as subaltern mobilizations of affects such as aconchego are implicated. Such an affective cartography is not only about how people experience their spatial environments. In view of the multiscale processes of affecting and being affected in which any experience is situated, it is also about dynamics of power.

Affective territories: a question of power

Considering affect in connection to de- and reterritorialization puts pressure on distinctions between ‘territoriality’ as meaningful and ‘territory’ as political, economic or

functional. This is because affective de- and reterritorialization operates not only through semiotics, representations and subjective experience, but also through political, economic and material registers. Territory is ‘affective’, not only inasmuch people feel attached to a spatial context; rather, the powerful de- and reterritorializing processes that form the conditions for subjective experience are inherently affective. Power relations can be seen here as shaping capacities to affect and be affected as part of multiscalar de- and reterritorialization processes. As Ben ANDERSON remarks in his discussion of the ‘affective turn’, “forms of power work through affective life. [...] Understanding how power functions in the early twenty-first century requires that we trace how power operates through affect and how affective life is imbued with relations of power [...]” (2014 p. 8)

Such a focus on power moves the cartography of affect right into the geographic discussion of ‘territory’. Marcos Aurelio SAQUET, for instance, conceives power relations as “constituting force fields that are economic, political and cultural ([im-]material), in myriad combinations” (2009 p. 82). In a similar vein, Marcelo Lopes de SOUZA (2009 p. 67) talks about ‘force fields’ (*campos de força*) of spatialized power, invoking Foucault’s notion of the ‘microphysics of power’. Moreover, Saquet and Lopes de Souza, alongside Haesbaert and others, have called for considering any given territory in relation to processes of de- and reterritorialization. A focus on affects can further illuminate how such ‘force fields’ are simultaneously connected to de- and reterritorializing processes that are spurred on by affective dispositional vectors. Gilles Deleuze and Félix Guattari have explicitly developed such an affective reading of power. In *A Thousand Plateaus*, DELEUZE and GUATTARI (2004) conceive of ‘diagrams’ of power – a term Foucault uses to describe Jeremy Bentham’s panopticon – as technologies that reterritorialize bodily capacities of affecting and being affected. For instance, within the purview of the panopticon, subjects become governable through their attentiveness to the controlling gaze – a specific shaping of their capacities to be affected that signals a reterritorializing process. In his subsequent discussion of Foucault, DELEUZE (1988) extends the view towards the *detrterritorializing* vectors that subsist within any diagram. Whereas Foucault’s diagram designates “the fixed form of a set of relations between forces”, DELEUZE notes, this fixed set of relations between forces, “never exhausts force, which can enter into other relations and compositions” (1988 p. 89). The diagrams that ‘fix’ capacities to affect and be affected are therefore traversed by vectors that point towards “other relations and compositions”. For instance, the subject targeted by a

panopticon might turn the normalizing gaze into an erotic affect, or she might use the increased attentiveness to being seen as a means to escape control. Such responses, then, redirect the forces that compose a formation of power, generating other kinds of affects and strengthening vectors of de- and reterritorialization.

Affective dynamics, then, act as constitutive forces, intensifying, dampening and re-orientating de- and reterritorializations. Imposing norms or parading on streets, imprisoning people and becoming imprisoned, tearing down houses or being evicted, remembering an assault or securitizing a neighbourhood, holding someone or easing into a space – all these spatial processes and practices have a certain ‘feel’ to them. These feelings, though, are not just subjective evaluations; they do not only add emotional layers – fear, joy, anger, sadness, aconchego, desire – to whatever strategies of power might be at work. Rather, these feelings are indicative of powerful de- and reterritorialization processes that constrain, enhance or reshape bodies’ capacities of acting in specific ways: a city street becomes accessible, a movement is constrained, a subjectivity is marked as ‘delinquent’, an investment opportunity is created, a liveliness is destroyed. The affective dimension of these powerful changes in capacities of acting acquires its own constitutive force, as what feels good tends to be affirmed, and what feels bad tends to be evaded, as Spinoza has taught us (intricate dynamics leading to an affirmation of the horrid or making unexpected things attractive notwithstanding).

Importantly, affects do not only operate on a micro scale. The affects supporting de- and reterritorialization may unfold at any level of bodily compositions, from individual to society, from cellular to cosmic planes. For instance, SHIRLOW and PAIN have emphasised “the ways in which fear is constructed in different spaces at different scales – from the body (the focus of much crime), the household (where most violence takes place), the locality and the nation state, to global processes such as migration and conflict which give ‘fear’ new forms” (2003, p. 23). In a similar vein, PAIN and SMITH (2008) have shown how fears multiplying in urban contexts are increasingly connected to a geopolitical scale through globalized discourses around the ‘war on terror’. If we consider such multiscale *discourses* in connection to *affective relations among bodies*, we can begin tracing the concrete processes, practices and territorialities that are thereby enabled or disabled. The constraining of bodies through fear on one level can go along with bodily expansion on another.

For instance, the fears of a ‘Muslim invasion’ that have proliferated among some white Europeans may lead to constrictions regarding the agency of racialized men who have been represented as sexually aggressive – as well as of women, when they uncritically adopt this image and avoid certain city spaces. On another level, these fears might perpetuate white Europeans’ hegemony over those coded as ‘others’, instigating multiple regimes of exclusion and control that persistently reterritorialize urban and national spaces (see EL-TAYEB, 2011). Discursive constructions, technologies of control and affective dynamics thus interact at various scales. Becoming resistant in the face of such multifaceted assemblages of power then also demands the amplification of non-phobic affects that foster other de- and reterritorializations.

Discussão

In this paper, I have proposed an affective cartography that moves away from the prevalent focus on the topophilic bond between subjects and places, and towards the tracing of relations among de- or reterritorialization on the one hand and modifications in capacities of acting on the other. Given the tendency of affects to intensify or inhibit de- and reterritorialization processes, affects can be understood as a constitutive force that is intimately associated with power formations. We can think of this force as a set of vectors that operate on a multiplicity of scales, involving not only physical bodies, but also semiotics, sounds, images or ideas (HUTTA, 2015). What ensues are complex affective landscapes, where some affects are perceived and amplified and others are ignored or suppressed. A key task of any critical affective cartography is thus to interrogate the prevalent forms of amplifying or ignoring affect along with their associated de- and reterritorializing processes – and to move towards other affective articulations.

The relations among affect and de- or territorialisation are contingent, as I have further argued. There is no essential linkage, for instance, between territory and aconchego; just as there is no authentic essence of aconchego or topophilia. In this sense, the cartography of aconchego I have proposed is first and foremost illustrative. It indicates, how what might appear as subjects’ ‘authentic’ experience of space can be approached as an affective dynamism that is contingently associated with power relations. In thus considering relations among affective dynamism and power, my aim was to counteract the segmentation of geographic enquiry into subjective and symbolic appropriation (territoriality) on the one hand

and political-economic domination or control (territory) on the other. The ‘integrated perspective’ that has thus been proposed goes beyond merely adding ‘subjective territoriality’ to political-economic ‘territory’. Rather, the aim has been to move towards an understanding of any de- and reterritorialization as affective. While affects can often be sensed by subjects, they unfold as part and parcel of such wider processes.

The proposed approach runs against the grain of discussions that have followed the tack of modernization theory in sociology, anthropology and political science. Processes of bureaucratic state formation, industrialization or urban fragmentation have been associated here with a waning of the affective relations said to be characteristic of community life. Even authors who have challenged simplistic accounts of modernization and globalization as straightforward deterritorializations of bounded communities – and who have instead highlighted new forms of ‘multi-’ and ‘transterritoriality’ (HAESBAERT, 2004) – have relied on similar conceptions of affectivity as the bonding of subjects and places. Carlos FORTUNA, for instance, conceives of ‘(micro)territorialities’ as “modes of sociation around values, subjectivities and affects” (2012 p. 199). ‘Affects’ are approached here as subjects’ ‘affective associations’ that are capable of countering an increasing fragmentation of urban spaces by fostering new social territorialities. In a similar vein, HAESBAERT (2004) draws on Robert Sack to point out that modern US society is not being just “cold and abstract” but also creates “contexts of affect and signification” (p. 90). While these writings call attention to the proliferation of new forms of bonds and communities under conditions of globalization, they limit their conception of affect to the ‘affectionate’ association among subjects and the topophilic bonding of subjects and spaces. In the understanding proposed in this paper, by contrast, the deterritorialization processes that have been described as the becoming-abstract of society can be seen as *inherently* affective. This affectivity shows not only in the emergence of new affective communities, or in negative affects such as fear that might go along with ‘alienation’. Rather, deterritorialization can be generative of all sorts of affects, including pleasurable ones, such as the joy of enhanced agency.

While conceiving of the relations among affect and de- or reterritorialization as contingent thus challenges approaches that have associated positive affect with people’s bond to territory, it also calls into question the opposite tendency of locating progressive politics exclusively in *de*-territorialization. This tendency has manifested in some of the recent engagements with Deleuze and Guattari in Brazilian psychology and anthropology (see

PASSOS et al., 2009). Consonant with my present argument, authors in this vein have picked up on Deleuze and Guattari's understanding of a cartography that targets "the processual plane of the constitution of forces that act simultaneously on subjective formations and on the production of reality" (ROMERO und ZAMORA, 2016 pp. 452–453). In relation to urban space, however, these authors have emphasized especially the deterritorialized 'fluxes' of affect that introduce a 'disquiet' (*desassossego*) in the sense of perturbations of common schemes of recognition (see ROMERO and ZAMORA, 2016 p. 458). The focus here is on the "attentive opening of the body to the collective plane of forces in the midst of the world" (Pozzana, quoted in ROMERO and ZAMORA, 2016 p. 454). While this focus on deterritorializing forces chimes with Deleuze's reading of the diagram introduced earlier, these writings have a tendency of associating deterritorialization with progressive politics and reterritorialization with hegemonic formations of power.

For instance, Luis Antônio BAPTISTA (2008) uses the example of a black woman who lives on street-vending and sleeps on a street in Ipanema in Rio de Janeiro, keeping a paper box with personal items such as photographs close to herself. In the early morning, agents of the city take her belongings, wake her up and send her to a shelter for homeless people, promising her new clothes. After she discovers that these promises were delusive and that she her box has been disposed of, she laboriously fills a new box that she finds at the Casas Bahia store with personal items, and looks for a new place to sleep. This example brings out strongly how arduous the process of creating the most basic territory can be. Interestingly, the author locates resistance, not in such processes of reterritorialization, but in its opposite:

Nas cidades como campo de combate, podemos fazer da insurgência um ato criativo, à semelhança da teimosa caixa de papelão das Casas Bahia, prenhe de artes da existência contando histórias intermináveis. Nessas cidades, a vida não nos dá sossego. Nada está em paz, concluído, definitivamente perdido. *No desassossego, virtualidades de resistências podem enfrentar o mórbido desencanto.* (BAPTISTA, 2008 p. 177; emphasis added)

"In the disquiet, virtualities of resistance are able to confront the morbid disenchantment", the author notes. But don't the "virtualities of resistance" presented in this story emerge precisely from the woman's untiring capacity to recreate some – however fragile – kind of aconchego in the midst of this "city as field of combat"? Rather than limiting our view to desassossego as condition of resistance, we might thus also consider how subaltern

home-making practices can harness material and affective conditions for subaltern ways of inhabiting city spaces. “*Todo o sossego | de um bom aconchego!*” – ‘All the calmness and peace | Of a good aconchego – to use another verse from Marcelo Taurino’s poem. For more often than not, what we confront are intricate dynamics of de- and reterritorialization that are associated with equally complex articulations of affect. Which kinds of capacities and power relations are thereby reinforced or destabilized depends on the concrete social and spatial context in which they operate.

References

- AHMED, S. **The Cultural Politics of Emotion**. New York. Routledge, 2014.
- AHMED, S. Atmospheric Walls. Feministkilljoys, 2014. Available at <https://feministkilljoys.com/2014/09/15/atmospheric-walls/>.
- ANDERSON, B. Becoming and being hopeful. Towards a theory of affect. **Environment and Planning D: Society and Space**, 24 (5), pp. 733–752, 2006. DOI: 10.1068/d393t.
- ANDERSON, B. Affect and biopower. Towards a politics of life. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 37 (1), pp. 28–43, 2012. DOI: 10.1111/J.1475-5661.2011.00441.X.
- ANDERSON, B. **Encountering Affect. Capacities, Apparatuses, Conditions**. Farnham: Ashgate, 2014.
- ANDERSON, B & HARRISON, P (Eds). **Taking-Place. Non-Representational Theories and Geography**. Burlington, VT: Ashgate, 2010.
- ARAUJO, FGBd. ‘Identidade’ e ‘território’ enquanto simulacros discursivos. In: ARAUJO, FGBd & HAESBAERT R (Eds). **Identidades e Territórios. Questões e Olhares Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007. Pp. 13–32.
- ARAUJO, FGBd & HAESBAERT, R (Eds). **Identidades e Territórios. Questões e Olhares Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007.
- BACHELARD, G. **The Poetics of Space**. Boston: Beacon Press, 1994.
- BANNISTER, J & FYFE, N. Introduction. Fear and the City. **Urban Studies**, 38 (5-6), pp. 807–813, 2001. DOI. 10.1080/00420980123505.
- BAPTISTA, LA. Combates urbanos. A cidade como território de criação. In GUARESCHI, N (Ed.). **Estratégias de invenção do presente. a psicologia social no contemporâneo**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Pp. 172-177.
- BATISTA, VM. **O medo na cidade do Rio de Janeiro. Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.
- BONDI, L; DAVIDSON, J & SMITH, M. Introduction. Geography’s ‘emotional turn’. In: DAVIDSON J, BONDI L & SMITH M (Eds). **Emotional Geographies**. Aldershot, England: Ashgate, 2005. Pp. 1–17.
- BRINKEMA, E. **The Forms of the Affects**. Durham: Duke University Press, 2014.
- BROWN, S & STENNER, P. Being affected. Spinoza and the psychology of emotion. **International Journal of Group Tensions**, 30 (1), pp. 81-105, 2001.
- CALDEIRA, TPdR. **City of Walls. Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo**. Berkeley: Univ. of California Press, 2000.
- CLOUGH, PT. The Affective Turn. Political Economy, Biomedicine and Bodies. **Theory, Culture & Society**, 25 (1), pp. 1–22, 2008. DOI. 10.1177/0263276407085156.
- CONNOLLY, WE. **Neuropolitics. Thinking, Culture, Speed**. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2002.

- CRESSWELL, T. **On the Move. Mobility in the Modern Western World.** New York, NY: Routledge, 2006.
- DELEUZE, G. **Foucault.** London: Athlone Press, 1988.
- DELEUZE, G. **Spinoza. Practical Philosophy.** San Francisco: City Lights Books, 1988a.
- DELEUZE, G. **Expressionism in Philosophy. Spinoza.** New York: Zone Books, 1990.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. **What is Philosophy?** New York: Columbia University Press, 1994.
- DELEUZE, G & GUATTARI, F. **A Thousand Plateaus. Capitalism and Schizophrenia.** London. Continuum, 2004.
- DOWLING, E. Affect. In: FARRIS, S., SKEGGS, B & TOSCANO, A (Eds.). **Handbook of Marxism.** London: Sage, *forthcoming*.
- EL-TAYEB, F. **European Others. Queering Ethnicity in Postnational Europe.** Minneapolis, MN: University of Minnesota Press, 2011.
- ENGLAND, MR & SIMON, S. Scary cities. Urban geographies of fear, difference and belonging. **Social & Cultural Geography**, 11 (3), pp. 201–207, 2010. DOI. 10.1080/14649361003650722.
- FARIA, SdC. Família. In: VAINFAS, R (Ed.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. Pp. 216-218.
- FANGHANEL, A. The trouble with safety. Fear of crime, pollution and subjectification in public space. **Theoretical Criminology**, 20 (1), pp. 57–74, 2016. DOI: 10.1177/1362480615582097.
- FORTUNA, C. (Micro)territorialidades. Metáfora dissidente do social. **TerraPlural**, 6 (2), pp. 199–214, 2012. DOI. 10.5212/TerraPlural.v.6i2.0001.
- GAMMERL, B; HUTTA, JS & SCHEER, M. Feeling differently. Approaches and their politics. **Emotion, Space and Society**, 25, pp. 87–94, 2017. DOI. 10.1016/j.emospa.2017.07.007.
- GANDY, M. Urban atmospheres. **Cultural geographies**, 24 (3), pp. 353–374, 2017. DOI. 10.1177/1474474017712995.
- GOODWIN, J; JASPER JM & POLLETTA F (Eds). **Passionate Politics. Emotions and Social Movements.** Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- GOULD, DB. **Moving Politics. Emotion and Act Up's Fight against AIDS.** Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- GREGG, M & SEIGSWORTH, GJ (Eds). **The Affect Theory Reader.** Durham, NC: Duke Univ. Press, 2010.
- HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização. Do "Fim dos Territórios" à Multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. Entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (Ou. Do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, FGBd & HAESBAERT R (Eds). **Identidades e Territórios. Questões e Olhares Contemporâneos.** Rio de Janeiro: Access, 2007. Pp. 33–56.
- HAESBAERT, R A global sense of place and multi-territoriality. Notes for dialogue from a 'peripheral' point of view. In: FEATHERSTONE D & PAINTER J (Eds). **Spatial politics. Essays for Doreen Massey.** Malden, Mass.: Wiley-Blackwell, 2013. Pp. 146–157.
- HARDT, M & NEGRI, A. **Commonwealth.** Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2011.
- HUTTA, JS. Geographies of Geborgenheit. Beyond feelings of safety and the fear of crime. **Environment and Planning D. Society and Space**, 27 (2), pp. 251–273, 2009. DOI. 10.1068/d3308.
- HUTTA, JS. The affective life of semiotics. **Geographica Helvetica**, 70 (4), pp. 295–309, 2015. DOI. 10.5194/gh-70-295-2015.
- HUTTA, JS. From sovereignty to technologies of dependency. Rethinking the power relations supporting violence in Brazil. **Political Geography**, 69, pp. 65–76, 2019. DOI. 10.1016/j.polgeo.2018.11.008.
- HUTTA, JS. Affective territorialities in Brazil's current political conjuncture. A three-part essay. *Environment + Space*, 2019. Available at: <https://societyandspace.org/2019/04/11/affective-territorialities-in-brazils-current-political-conjuncture-i-political-affects/>.

- KOSKELA, H. 'Bold walk and breakings'. Women's spatial confidence versus fear of violence. **Gender, Place & Culture**, 4 (3), pp. 301–320, 1997. DOI. 10.1080/09663699725369.
- LEYS, R. The turn to affect. A critique. **Critical Inquiry**, 37, pp. 434–472, 2011.
- LIM, J. Immanent politics. thinking race and ethnicity through affect and machinism. **Environment and Planning A**, 42, pp. 2393–409, 2010.
- LORIMER, H. Cultural geography. Worldly shapes, differently arranged. **Progress in Human Geography**, 31 (1), pp. 89–100, 2007. DOI. 10.1177/0309132507073540.
- MAZZARELLA, W. Affect. What is it good for? In: DUBE, S (Ed.). **Enchantments of Modernity. Empire, Nation, Globalization**. London: Routledge, 2009. Pp. 291–309.
- MCCORMACK, DP. **Refrains for Moving Bodies. Experience and Experiment in Affective Spaces**. Durham: Duke University Press, 2013.
- MUSCARÀ, L. Heurística de Jean Gottmann. Um dispositivo psicossomático. In: SAQUET, MA & SPOSITO, ES (Eds). **Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Pp. 37–56.
- NAY, YE. The atmosphere of trans* politics in the Global North and West. **Transgender Studies Quarterly**, 6 (1), pp. 64–79, 2019. DOI: 10.1215/23289252-7253496.
- PAIN, RH. Social geographies of women's fear of crime. **Transactions of the Institute of British Geographers**, 22 (2), pp. 231–244, 1997.
- PAIN, R. & SMITH, SJ. Fear, critical geopolitics and everyday life. In: PAIN, R. & SMITH, SJ (Eds). **Fear. Critical Geopolitics and Everyday Life**. Aldershot: Ashgate, 2008. Pp. 1-24.
- PASSOS E, KASTRUP V & ESCÓSSIA Ld (Eds). **Pistas do Método da Cartografia. Pesquisa-intervenção e Produção de Subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- PUAR, JK. **Terrorist Assemblages. Homonationalism in Queer Times**. Durham: Duke University Press, 2007.
- PUAR, JK. 'I would rather be a cyborg than a goddess'. Intersectionality, assemblage, and affective politics. *Transversal*, 2011. Available at: <http://eipcp.net/transversal/0811/puar/en/print>.
- ROMERO, MLd & ZAMORA, MH. Pesquisando cidade e subjetividade. Corpos e errâncias de um flâneur-cartógrafo. **Psicologia em Estudo**, 21 (3), pp. 451–461, 2016. DOI. 10.4025/psicoestud.v21i3.29787.
- ROSE, G. **Feminism and Geography. The limits of Geographical Knowledge**. Cambridge: Polity Press, 1993.
- SAQUET, MA. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET MA & SPOSITO ES (Eds). **Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Pp. 73–94.
- SAQUET, MA & SPOSITO, ES. Apresentação In: SAQUET MA & SPOSITO ES (Eds). **Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular: 2009. Pp. 11-15.
- SEIGWORTH, GJ & GREGG, M. An inventory of shimmers. In: GREGG M & SEIGWORTH GJ (Eds). **The Affect Theory Reader**. Durham, NC: Duke Univ. Press, 2010. Pp. 1–28.
- SHARP, J. Geography and gender. what belongs to feminist geography? Emotion, power and change. **Progress in Human Geography**, 33 (1), pp. 74–80, 2009. DOI. 10.1177/0309132508090440.
- SHIRLOW, P & PAIN, R. The geographies and politics of fear. **Capital and Class**, 80 (Summer), pp. 15-26, 2003.
- SOUZA, MLd. **Fobópole. O medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, MLd. Território' da divergência (e da confusão). Em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, MA & SPOSITO ES (Eds). **Territórios e Territorialidades. Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Pp. 57–72.

- SPELMAN, E. Anger and Insubordination. In: Garry A. & Pearsall, M. (Eds). **Women, Knowledge, and Reality. Explorations in Feminist Philosophy**. Boston: Unwin Hyman, 1989. Pp. 263-273.
- SPOSITO, MEB & GÓES, EM **Espaços fechados e cidades. Insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: UNESP, 2013.
- THRIFT, N. Intensities of feeling. **Geografiska Annaler**, 86 B (1), pp. 57–78, 2004.
- TUAN, Y-F. **Topophilia. a study of environmental perception, attitudes, and values**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1974.
- TUAN, Y-F. **Landscapes of Fear**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1979.
- VALENTINE, G. The geography of women's fear. **Area**, 21 (4), pp. 385–390, 1989.
- WETHERELL, M. **Affect and Emotion. A New Social Science Understanding**. Los Angeles, London: Sage, 2012.
- ZIBECHI, R. **Territories in Resistance. A Cartography of Latin American Social Movements**. Oakland: AK Press, 2012.

¹ Where the original references and sources cited are in Portuguese language, translations are mine.

² Considering the implications for film studies, BRINKEMA (2014) has argued for instance, that one can 'read for affect' in movies by investigating how affects are intensified through spatial arrangements, illumination, story, sound and cutting techniques – without conducting any studies of audience perception or documenting one's own emotional experiences.

³ These words and verses are taken from Marcello Taurino's poem *O Aconchego*, published and discussed in HUTTA (2015).

Sobre o autor – Informações prestadas pelo autor

Jan Simon Hutta

Doutor em Geografia na Universidade Aberta, com o tema o envolvimento do movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bi, Trans) na democratização da política de segurança no Brasil, examinando o surgimento de novas formas de cidadania. Examina a "geografia do respeito" no contexto das experiências que os migrantes transgêneros fazem com o regime de fronteiras europeias. Professor assistente na Universidade de Bayreuth, trabalhando no Grupo de Pesquisa em Geografia Cultural. Vem trabalhando nas áreas de política sexual e transgênero, governamentalidade urbana, migração e relações de subjetividade e espaço. Ele recebeu seu PhD da Open University (Milton Keynes, Reino Unido). Sua pesquisa atual aborda formações de poder, influência e cidadania no Brasil, bem como subjetividades dançantes no contexto colonial. Ele é editor fundador da revista de acesso aberto em língua alemã sobre pesquisa urbana crítica 'sub \ urban - Zeitschrift für kritische Stadtforschung'.

Como citar esse artigo

HUTTA, Jan Soimon. Affective territories: cartography of aconchego as cartography of power. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.8-36, jul, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6581>

Recebido em: 2019-06-25

Aceito em: 2019-07-05

**UM OLHAR SENSÍVEL SOBRE O ESPAÇO GEOGRÁFICO:
CONTRIBUIÇÕES DA GEOGRAFIA DAS EMOÇÕES**

Marcia Alves Soares da Silva
orcid.org/0000-0002-0454-2224

Universidade Estadual de Ponta Grossa
E-mail: marciaalvesgeo@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6502>

Resumo

A discussão sobre as emoções perpassa diferentes áreas do conhecimento e, na Geografia, emerge nos últimos anos, a partir da Geografia das Emoções, que busca aliar as questões emocionais às questões espaciais. No Brasil, a reflexão ainda é incipiente, no entanto, há produções significativas em âmbito internacional, com pesquisas sobre a temática desde os anos 2000. Fundamentado em uma reflexão teórica e conceitual, o artigo tem por objetivo apresentar as diferentes perspectivas da Geografia das Emoções, apontando as discussões centrais realizadas sobre o assunto. No intuito de contribuir para a área, apresentamos ainda uma reflexão sobre o tema a partir da questão simbólica, aliando Geografia e Filosofia, discutindo as emoções e sua relação de sentido e significado no universo simbólico da cultura, refletindo ainda a narrativa como possibilidade metodológica para o estudo das emoções na Geografia. Percebe-se uma pluralidade teórica, conceitual e metodológica na Geografia das Emoções, o que demonstra a importância e potencialidade de estudos que busquem compreender as relações espaciais para além de sua materialidade, mas mediadas por questões subjetivas que animam a vida, como as emoções, já que elas fazem parte da construção de diferentes espacialidades cotidianas.

Palavras-chave: Geografias Emocionais; Emoções; Espacialidades; Filosofia das Formas Simbólicas; Narrativas.

**A SENSITIVE LOOK ON GEOGRAPHIC SPACE: CONTRIBUTIONS OF
GEOGRAPHY OF EMOTIONS**

Abstract

Discussion about emotions permeates different areas of knowledge, and in Geography, this discussion has emerged from the Geography of Emotions over the past few years, which seeks to combine emotional and spatial issues. In Brazil, this line of thought is still incipient. There is, however, significant work on the international scale, with research on the subject since the year 2000. From a theoretical and conceptual reflection, this article aims to present the different viewpoints of the Geography of Emotions, pointing out the central discussions around the subject. In order to contribute to knowledge within the field, we present a symbolic reflection on the concept, combining Geography and Philosophy and discussing emotions and their relationship to meaning and significance in the symbolic universe of culture, showing narrative as a methodological possibility for the study of emotions in Geography. A theoretical, conceptual and methodological plurality is found in the Geography of Emotions. This plurality demonstrates the importance and potential of studies that both

seek to understand spatial relations beyond their materiality, and are mediated by subjective issues that color life, such as emotions, because they are part of the construction of different daily spaces.

Key words: Emotional Geographies; Emotions; Spatialities; Philosophy of Symbolic Forms; Narratives.

UNA MIRADA SENSIBLE SOBRE EL ESPACIO GEOGRÁFICO: CONTRIBUCIONES DE LA GEOGRAFÍA DE LAS EMOCIONES

Resumen

La discusión sobre las emociones atraviesa diferentes áreas del conocimiento y, en la Geografía, emerge en los últimos años, a partir de la Geografía de las Emociones, que busca aliar las cuestiones emocionales a las cuestiones espaciales. En Brasil, la reflexión todavía es incipiente, sin embargo, hay producciones significativas a nivel internacional, con investigaciones sobre la temática desde los años 2000. Fundamentado en una reflexión teórica y conceptual, el artículo tiene por objetivo presentar las diferentes perspectivas de la Geografía de las Emociones, apuntando las discusiones centrales realizadas sobre el asunto. Con el fin de contribuir al área, presentamos una reflexión sobre el tema a partir de la cuestión simbólica, aliando Geografía y Filosofía, discutiendo las emociones y su relación de sentido y significado en el universo simbólico de la cultura, reflejando la narrativa como posibilidad metodológica para el estudio de las emociones en la Geografía. Se percibe una pluralidad teórica, conceptual y metodológica en la Geografía de las Emociones, lo que demuestra la importancia y potencialidad de estudios que busquen comprender las relaciones espaciales más allá de su materialidad, pero mediadas por cuestiones subjetivas que animan la vida, como las emociones, ya que ellas forman parte de la construcción de diferentes espacialidades cotidianas.

Palabras-clave: Geografías Emocionales; Las Emociones; Espacialidad; Filosofía de las Formas Simbólicas; Narrativas.

Introdução

As relações que construímos cotidianamente, a partir de uma leitura geográfica, se constituem por questões espaciais. Ações e espaço se entrelaçam e fundem espacialidades cotidianas que são experienciadas pela objetividade e subjetividade, pelo concreto e pelo simbólico. Essas espacialidades são construídas também pela experiência emocional, entendendo que as emoções fazem parte da organização da estrutura da vida social e cultural.

Como parte da nossa condição humana, do mundo de sentidos e significados que construímos, das relações intersubjetivas que tecemos, as emoções são fundamentais no mundo da cultura. Para além de sua natureza fisiológica ou biológica, nos interessa pensar as emoções nos contextos sociais e culturais, como questão central para o agir espacial,

portanto, como mediação na construção de espacialidades, qualificando nossas experiências espaciais.

Nas discussões científicas, o debate sobre as emoções foi comumente negligenciado e marginalizado, em função de uma racionalidade científica. Na história do pensamento geográfico, as produções sobre as categorias espaciais estiveram atreladas, por anos, às pesquisas quantitativas, dados estatísticos e análises matemáticas, em que as reflexões subjetivas eram consideradas menos importantes, dado o desafio de “materializá-las”.

Mais significativamente a partir da década de 1970, a Geografia é influenciada por correntes do pensamento filosófico, como a Fenomenologia, o Existencialismo e a Hermenêutica. A Geografia Humanista consolida-se nesse momento, incorporando a subjetividade da experiência humana na compreensão do espaço geográfico. O estudo sobre as emoções ganha relevância nessa perspectiva, no entanto, não houve um aprofundamento em conceitualizar as diferentes emoções experienciadas pelas pessoas. Sobre o tema, destaca-se, ainda, as contribuições da Geografia da Percepção e do Comportamento, a Geografia Feminista, a Geografia Cultural e a Geografia Não-Representacional.

Nos últimos anos, com base especialmente nas discussões humanistas, feministas e não-representacionais, pesquisadores e pesquisadoras no âmbito da Geografia pautaram a necessidade de compreender a dimensão emocional de nossas experiências espaciais, propondo-se a debater o que são as emoções, como elas fazem parte da mediação espacial e de que maneira experimentamos diferentes emoções, em distintos contextos geográficos. Surge, então, a Geografia das Emoções, cujo debate tem sido mais significativo a partir dos anos 2000.

Nesse viés, a presente discussão tem por objetivo apresentar um panorama sobre a Geografia das Emoções, no intuito de aprofundar a compreensão geral sobre o tema das emoções na Geografia. A proposta é contribuir para o avanço dos estudos sobre as emoções a partir da perspectiva espacial, em especial, na Geografia brasileira, cujo debate ainda é incipiente. Apresentaremos uma reflexão teórica e conceitual sobre essa área da Geografia, pautando algumas discussões centrais sobre o tema.

Como sentimos as transformações da vida cotidiana? E as transformações do espaço geográfico? Como as emoções são expressas em determinados contextos? De que maneira fazem parte da vida social e cultural? Qual a relação emocional dos pesquisadores em seus trabalhos científicos? Essas são algumas indagações relevantes para o debate. Assim,

essa recente *emotional turn* possibilita o exercício de um imaginário geográfico, incluindo temas periféricos e que podem tornar ampliar os debates da Geografia, fazendo repensar nossas bases epistemológicas e nossas práticas de pesquisa. Sobre isso, no segundo momento, problematizamos os desafios metodológicas das pesquisas sobre a Geografia das Emoções, apresentando alguns caminhos possíveis para construir o diálogo entre emoções e espaço.

Problematizando questões teóricas e empíricas, no terceiro momento, apresentamos um diálogo interdisciplinar que alia Geografia e Filosofia, propondo (re)pensar a epistemologia geográfica, pensando os espaços e as espacialidades a partir da questão simbólica. Tal reflexão é fruto da tese de doutorado¹, em que nos propomos a apresentar a filosofia das formas simbólicas e os caminhos possíveis para pensar as emoções do ponto de vista dos sentidos e significados que fazem parte do universo simbólico. Apresentamos as narrativas como um caminho metodológico para discutir as espacialidades emocionais, a partir do trabalho realizado com entrevistas narrativas com os pioneiros da Igreja Messiânica Mundial das cidades de Curitiba e Ponta Grossa – PR.

Assim, o interesse versa em contribuir com referenciais teóricos e conceituais que sustentem as discussões sobre a Geografia das Emoções, em especial, para as reflexões que caminham no âmbito da Geografia Cultural e Geografia Humanista. Entendemos a emoção como ação, percebemos que as emoções possuem um significado em nossas vidas e também fazem parte das espacialidades que construímos cotidianamente, tornando singulares as diferentes experiências espaciais.

Sobre a Geografia das Emoções

A preocupação sobre questões subjetivas, o que inclui a relação emocional com o espaço geográfico, não é recente na Geografia. A representação do espaço geográfico a partir de relatos, mapas, pinturas e a descrição das paisagens e dos lugares estava relacionada com a percepção e experiência dos teóricos, portanto, há um conteúdo subjetivo intrínseco na construção do conhecimento geográfico.

Sobre isso, Dardel (2015) afirma que no século XVIII, momento em que surge uma geografia científica, existe uma geografia sentimental e emotiva que, ampliada pela imaginação, tende para a expressão literária e para outra compreensão da natureza. Para o teórico, essa relação com a natureza, próxima ou distante, são procuradas e vistas no contexto

dessa Geografia através da afetividade, como o prazer da solidão, o sentimento de melancolia e de mistério, e a religiosidade à flor da pele.

Como abordado anteriormente, é na consolidação de determinadas áreas da Geografia que a dimensão subjetiva começa a ser explorada em diferentes frentes de trabalho. As pesquisas humanistas, culturais, feministas mostram-se como centrais nessa reflexão, com o interesse dos pesquisadores em lançar um olhar sensível sobre o espaço geográfico e as espacialidades. Essas pesquisas ganham maior peso a partir da década de 1970, através de um diálogo interdisciplinar, debatendo sobre como as pessoas se relacionam com as categorias espaciais de maneiras diferentes.

Nos últimos anos, pesquisadoras e pesquisadores têm enfatizado o papel das emoções na relação com o espaço geográfico, valorizando a experiência humana e as ligações de sentido e significado que são estabelecidas nas vivências espaciais. Intitulada como Geografia das Emoções, tal reflexão busca colocar a centralidade nas pessoas e como as emoções, como condição inerente ao ser humano, funcionam como mediações nas experiências espaciais.

A produção da Geografia das Emoções apresenta-se em diferentes contextos, como Inglaterra, Escócia, Austrália, Canadá, Espanha, Itália, Estados Unidos e outros países. Os teóricos que contribuem com essa área problematizam emoções como medo, dor, tristeza, ansiedade, angústia, raiva, felicidade, entrelaçando-as com a questão espacial².

Os trabalhos no âmbito da Geografia das Emoções comumente articulam temas voltados para o social e cultural, buscando compreender a dimensão emocional das representações espaciais. Essa articulação destaca como as emoções fazem parte dos processos de diferenciação espacial, bem como são experienciadas de forma distinta em determinados espaços.

Atualmente, destaca-se a influência dos trabalhos humanistas, feministas e não-representacionais. No campo da Geografia Humanista, a influência de movimentos filosóficos, incorporam em suas discussões, questões como percepção, valores e significados, buscando uma visão holística sobre a experiência humana, embora não tenha tido como preocupação central a problematização conceitual do que são as emoções. Com aportes das ideias pós-estruturalistas, a Geografia Feminista reflete sobre a relação estabelecida entre homem, racionalidade, mente e objetividade, e mulheres, corpo, subjetividade e emocionalidade, questionando, por exemplo, o papel do corpo nas/das mulheres e a exclusão

de emoção dos domínios da masculinidade. Por fim, refletindo sobre as práticas não-verbais, a Geografia Não-Representacional debruça-se sobre como as conversas e práticas (ações) são capazes de iluminar os sentimentos (BONDI, 2005).

As pesquisas que buscam entender o espaço através da questão emocional apontam que as emoções são importantes porque afetam a forma como sentimos o nosso passado, presente e futuro. Há uma dimensão temporal em nossas geografias emocionais, porque elas são dinâmicas, transformadas na experiência através da infância, adolescência, vida adulta e velhice, e por eventos mais imediatos e desestabilizadores, como nascimento ou falecimento, ou o início ou fim de um relacionamento (BONDI et al, 2007).

A virada emocional na Geografia busca reconhecer a importância das emoções em nossas interpretações e entendimentos do mundo. Ao refletir sobre as espacialidades e temporalidades das emoções, entendemos que grande parte da importância simbólica dos lugares decorre da sua associação emocional. O debate poderia ser entendido como o exercício de uma imaginação geográfica e de um desejo de tornar a geografia mais completa (BONDI et al, 2007; SMITH et al, 2009).

Assim, as emoções possibilitam qualificar os espaços de diferentes maneiras, permitindo analisar as singularidades que se constroem na inter-relação entre os sujeitos e seus espaços cotidianos. Esse entendimento percebe as emoções como indispensáveis na leitura sobre como sentimos e pensamos as transformações da vida cotidiana, o que inclui, portanto, a questão espacial.

O interesse pelo "mundo da vida", mediado pelas emoções, revela que a subjetividade permeia tudo o que as pessoas fazem, incluindo, por exemplo, o seu desenvolvimento econômico e as atividades culturais. Esse mundo da vida é constituído por diferentes relações intersubjetivas, que se consubstanciam na forma como os espaços são pensados, planejados, percebidos e vividos pelas pessoas (BONDI, 2005). Portanto, para além da concretude dos espaços, estamos falando da relação de significado que as pessoas estabelecem com eles.

In order to understand how people reach the decisions they do, how they process information, experiences and make sense of and construct the world they live in, we need to understand not only information sources and how they are interpreted, but also how those sources and influences relate to each other in the world as it is experienced; the underlying, unspoken, unconscious emotions and feelings and assumptions which support that cognitive process and the journey taken during it [...] (MACKIAN, 2004, p. 616).

Para Mackian (2004) as experiências que nos desafiam emocionalmente são espacial, temporal e socialmente situadas. À medida que a Geografia se tornou mais consciente dos múltiplos lugares da experiência, houve uma mudança da ênfase nos espaços materiais e territoriais, para uma consideração de lugares metafóricos e psicológicos. O imaginário geográfico torna-se relevante, dando oportunidade para o universo de sentido e significado que é expresso nas relações espaciais.

Essas geografias emocionais não apenas contribuirão no âmbito da pesquisa geográfica atual, mas revelarão algo que falta no centro da geografia, desafiando fundamentalmente a auto identidade da Geografia. As geografias emocionais trabalham contra as tentativas de fixar as emoções e defini-las de tal forma que podem tornar-se meros objetos de quantificação (SMITH et al, 2009). Assim, é preciso entender as emoções como aspectos vitais de quem somos e de nosso envolvimento situacional no mundo, isto é, como forma de mediar a vida cotidiana, porque elas compõem, decompõem e recompõem as geografias de nossas vidas.

Entendendo a realidade como algo perceptivo e fenomenológico, é possível evidenciar os valores culturais e o significado atribuído aos lugares, sendo as emoções, fontes de conhecimentos e representações do espaço geográfico. Neste sentido, a Geografia das Emoções é definida como uma proposta que busca reconhecer as emoções como formas de saber, ser e fazer no sentido mais amplo, valorizando a diversidade dos sentimentos e sentidos, acentuando tonalidades, espaços e tempos, portanto, privilegia a polifonia que anima a vida (ANDERSON; SMITH, 2001; ANDREOTTI, 2013).

No interesse em investigar o envolvimento emocional das pessoas com a realidade, tal envolvimento revela-se como importante fonte de representação e conhecimento, evidenciando as singularidades das experiências espaciais a partir das diferentes emoções experienciadas. Essa reflexão atenta sobre as singularidades que compõem a vida, valoriza os significados que as pessoas dão aos lugares e a relação que estabelecem mediada pelas emoções. Como exemplo podemos pensar acontecimentos que marcam espaços específicos, como espaços de luto, de medo, de ansiedade, de violência, de felicidade, dentre outros.

Sobre isso, podemos apresentar a variedade de temáticas que envolvem as emoções na Geografia, o que mostra a potencialidade de estudos do ponto de vista transdisciplinar e interdisciplinar. Numa análise de três produções centrais sobre a Geografia das Emoções em língua inglesa, espanhola e francesa, publicadas entre os anos de 2007 e 2016, analisamos *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico)*, n. 12, v. 5, p. 37-59, jul/2019. ISSN: 1984-1647.

trabalhos de diferentes contextos geográficos, o que revela a complexidade e importância do tema.

Uma das obras basilares é o livro *Emotional Geographies*, publicado em 2007, sob organização de Mick Smith, Liz Bondi e Joyce Davidson, que possui 16 artigos sobre a Geografia das Emoções, além da introdução sobre o tema, que é seminal para os estudos sobre a temática. Dividido em três seções, o livro apresenta contribuições de diferentes áreas além da Geografia, como as Ciências Sociais.

Na seção 1 “*Locating emotion*”, Morris e Thomas (2007) versam sobre os lugares escolhidos para o fim das vidas de paciente com câncer terminal. Collin (2007) apresenta uma pesquisa realizada com 20 mulheres australianas que passaram pelo processo de histerectomia, a fim de compreender a relação dessas mulheres com seus corpos. Milligan et al (2007) problematizam de que forma os espaços públicos (familiares e sociais), agem para facilitar ou inibir a expressão da emoção na velhice, o que pode afetar a saúde e o bem-estar das pessoas idosas. Molz (2007) versa sobre o consumo de alimentos por viajantes e suas experiências emocionais, em especial, na rede de *fast food* McDonald’s. Urry (2007) discute o conceito de lugar e lança alguns questionamentos: quais são os prazeres do lugar? Quais são as emoções provocado por estar em um lugar relativamente desconhecido? Como se aprende a liberar emoções apropriadas nesses outros lugares? Quais são os diferentes sentidos mobilizados por estar em outro lugar?

A seção 2 intitulada “*Relating emotion*”, Parr et al (2007) centram nas geografias emocionais das pessoas com problemas de saúde mental que vivem em locais rurais remotos da Escócia. Conradson (2007) propõe compreender as dimensões emocionais no encontro de uma paisagem em particular, em Dorset, no sul da Inglaterra, mediada a partir de centros de cuidados e de repouso. Hubbard (2007) apresenta a complexidade das geografias emocionais da cidade de Leicester (UK) no período noturno. Já Hockley et al (2007) investigam a experiência de perda de parceiros heterossexuais na velhice. Heenan (2007) discute as geografias emocionais que se desenrolam na relação das pessoas, com foco nas mulheres, no que diz respeito à alimentação. Paterson (2007) se propõe a discutir a questão do toque, especialmente em práticas e espaços terapêuticos (com ênfase no Reiki), pensando a conexão entre corpo, mente e mundo, toque, espaço e afeto.

“*Representing emotion*” é a seção 3 do livro, em que Hepworth (2007) versa sobre as emoções que envolvem a velhice e o processo de envelhecimento. Thien (2007)

discute a relação que se dá entre intimidade e espaço, criando as espacialidades da intimidade. Explorando a emoção, memória, “eu” (*self*) e a paisagem, Jones (2007) busca, através de descrição e narrativa, compreender as espacialidades das memórias. Smith (2007) discute de que maneira a ética e emoção são modos de nos envolver com o mundo, afetando nossos modos de ser-no-mundo. Problematizando as experiências emocionais dos pesquisadores na prática da pesquisa, Bondi (2007) discute o lugar das emoções nas epistemologias científicas tradicionais.

Com esses exemplos de temática, concordamos com Guinard e Tratnjek (2016) que afirmam que as emoções têm capacidade de circular por toda a Geografia, como por exemplo na Geografia Social, Geografia Cultural, Geografia Política, Geografia Urbana, Geografia do Turismo e do Patrimônio, Estudos Ambientais, constituindo-se como um objeto transversal da disciplina. Para as autoras,

Appréhender nos émotions, non comme un biais mais comme une expression de ce qui nous relie au monde et aux autres, permettrait alors de mieux rendre compte de la manière dont nous produisons notre terrain, dont nous faisons de la géographie. [...] a question des émotions du chercheur est intéressante et particulièrement stimulante, en ce que cela peut être l'indice d'une certaine évolution de la discipline à ce sujet mais aussi d'une évolution de la façon dont les géographes se positionnent vis-à-vis de la discipline et au-delà de celle-ci. Le fait d'évoquer ses émotions, n'est-ce pas en effet déjà une forme d'engagement du chercheur dans la discipline et dans le monde? (GUINARD; TRATNJEK, 2016, p. 11-12).

Neste sentido, Luna e Valverde (2009) afirmam que a investigação em torno da emoção ajuda a repensar novas relações entre o sujeito e o mundo, porque a teia de emoções faz parte da vida cotidiana. As emoções aparecem sem que haja uma causa direta que as causa: elas simplesmente são, nós as reconhecemos e as assimilamos. Às vezes são emoções que se referem a memórias de um passado mais ou menos remoto, e podemos reproduzir odores, sons e sensações do passado. Em outras ocasiões, ver uma fotografia, o som de uma música, gosto de vinho ou cheiro da chuva nos fazem lembrar momentos de alegria, nostalgia ou qualquer outra emoção, que são associados a esses acontecimentos e memórias.

Persi (2014) aponta que memórias, perfumes, lembranças, imagens, gostos, pensamentos, sensações também compõem a análise do espaço geográfico. Os percursos emotivos, as viagens do espírito, os mapas íntimos, os espaços secretos, os lugares da alma e

os parques literários fornecem novos modos de conhecimento e refinada fruição do território.

Este modo de fazer geografia aguça os olhos e a mente do geógrafo, transforma a atenção e a disposição de espírito do planejador, muda a atitude ideal do projetista que vê o objeto do seu estudo como uma realidade extremamente viva e versátil, sempre mais imaterial, porém real, dado que vibrantes e mutáveis são os sentimentos que ligam os homens às coisas, os homens aos outros homens, unidades de diversos, e caleidoscópicos imaginários (PERSI, 2014, p. 213).

Sendo assim, entendemos que cada experiência espacial é única para as pessoas, mesmo elas fazendo parte do mesmo contexto cultural e social. Isso porque a percepção que temos do espaço é distinta para cada um e tem a ver com a nossa história, modo de vida, crenças, valores e tudo aquilo que faz parte do cotidiano. As emoções entram nesse rol de singularidade e são despertadas por diferentes motivos nas pessoas.

Portanto, como parte da experiência do sujeito, entendemos que emoção possibilita o arranjo da realidade, sendo uma ação no mundo, e, em termos geográficos, gera espacialidades. Assim, a emoção é subjetividade que se expressa na ação, pressupõe-se um viés espacial. Com isso, é necessário investigar caminhos metodológicos que valorizem essas espacialidades emocionais, conforme discutiremos a seguir.

Desafios metodológicos nas pesquisas sobre a Geografia das Emoções

Alguns teóricos afirmam que possivelmente um dos motivos para que as emoções tenham sido marginalizadas nos estudos geográficos acontece pelo desafio metodológico. Neste caso, mostra-se pertinente um debate sobre tais desafios e quais são os caminhos possíveis para o diálogo entre emoções e espaço.

Smith et al (2009) admitem os desafios de pensar as emoções na Geografia, afirmando que reconhecer as “constelações emocionais” pode exigir mais esforço intelectual (para identificá-las, relacioná-las, interpretá-las e configurá-las) em alguns casos mais do que em outros. Para os autores, as emoções podem estar escondidas sob tabelas de dados e figuras, mapas, observações destacadas, narrativas em terceira pessoa ou impessoais, e assim por diante. A Geografia das Emoções precisa refletir e interpretar esse desnível, sugerindo razões pelas quais certos autores, campos geográficos, períodos históricos, métodos e assim por diante, expressam muitas maneiras diferentes de escrever sobre o mundo, incluindo, a questão emocional.

Assim, além do interesse em teorizar e conceituar as emoções, os estudos que relacionam emoção, espaço e sociedade também produzem trabalhos empíricos, comumente qualitativos, com foco no corpo, na relação e no lugar das experiências emocionais (THIEN, 2005; 2017). Há, portanto, um interesse metodológico sobre o assunto, buscando dialogar com diferentes áreas do conhecimento que possam dar subsídios para investigar as emoções.

A dificuldade de discutir as emoções é pelo desafio de serem observadas/observáveis, demarcadas/demarcáveis ou mapeadas/mapeáveis. É necessário privilegiar metodologias qualitativas, que sejam flexíveis para os distintos caminhos que se pode percorrer no debate.

A arte da escuta é uma forma de dar visibilidade às emoções, que aparecem nas narrativas de sujeitos da pesquisa, na relação entre ouvinte e narrador, e na interpretação que o pesquisador fará sobre essas falas. Entrevistas, etnografia, história oral, são alguns dos recursos metodológicos utilizados para discutir o tema. Abordaremos a questão das entrevistas narrativas na próxima seção.

Sobre isso, Mackian (2004) aponta que a Geografia sempre teve a preocupação de mapear o mundo. Entende que como recurso metodológico, a proposta da Geografia das Emoções é avançar na compreensão do mundo a partir do espaço cognitivo, procurando entender e representar o mundo com um viés sensível. Neste sentido, a ideia de utilizar mapas não é para descrever a realidade, mas para contribuir na nossa capacidade de compreender e explicar a realidade sendo, portanto, “a means of uncovering and making sense of the complexities of post-modern social existence” (MACKIAN, 2004, p. 617).

A autora sugere utilizar a noção “metafórica do mapa”. Nesses mapas, metáforas espaciais são desenhadas, mas não são fixas ou absolutas, e sim, fluidas e relacionais. Há o interesse em captar a "sensação" emocional dos relacionamentos, a dinâmica do engajamento e as características fluidas dos espaços onde a vida e emoções se misturam. Podemos apontar os mapas mentais como recursos possíveis para a temática.

Embora os mapas também tenham sido criticados por retratar uma representação parcial e estática do espaço, eles, pelo menos em nossa imaginação, permitiram que explorássemos e nos movimentássemos pelos espaços que procuram (re)apresentar. A noção de mapa, portanto, parece capturar melhor as ideias de engajamento e desengajamento, o movimento na vida cotidiana e a complexidade do espaço experiencial (MACKIAN, 2004).

Rekacewicz e Tratnjek (2016) também caminham pela ideia da cartografia, em que debatem sobre uma cartografia subjetiva, diferenciando a cartografia emocional da cartografia sensível. Nesta visão, um mapa não é a expressão de uma verdade ou uma realidade incontestável. Os autores enfatizam o papel do pesquisador e suas emoções dentro da cartografia, em que as formas e cores da natureza, assim como as formas arquitetônicas, são todas as fontes de inspiração para o cartógrafo que quer transmitir emoções através de mapas.

Bondi (2005) sugere a psicoterapia como teoria da prática, porque convida as pessoas a se comunicarem emocionalmente, o que poderia enriquecer o debate da Geografia das Emoções, já que tem como essência a ênfase nos relacionamentos, especialmente as dimensões emocionais e afetivas desses relacionamentos. A autora aponta que por um lado podemos ter as “terapias da fala” e as “terapias artísticas”. Nas “terapias da fala”, o silêncio, o ritmo, os enunciados não-verbais, o timbre de voz e, acima de tudo, o sentido percebido, são tão importantes quanto as palavras enunciadas. Já as “terapias artísticas” usam música, criatividade visual, representação e movimento para comunicar-se.

No campo dos estudos não-representacionais, com foco na experiência e prática da vida cotidiana, os pesquisadores trabalham com um entendimento alargado do sujeito e da sua capacidade de ação. Portanto, sugere-se metodologias que possam privilegiar esse tipo de entendimento, quando rompem com o construtivismo social ao criticar a separação que este faz entre o mundo e os significados que lhe são atribuídos (PAIVA, 2018).

Neste sentido, a produção de conhecimento passa a preocupar-se não apenas com as representações mentais da realidade (e.g. significados, sentimentos, discursos, estruturas), mas também com o modo como essas representações são produzidas e praticadas corporeamente no decorrer das ações e interações de que o mundo é constituído (incluindo práticas, hábitos, afetos). A performance torna-se assim numa palavra-chave (PAIVA, 2017, p. 161).

Nesta perspectiva, sugere-se metodologias que foquem na experiência performativa do mundo, comumente articuladas com o conceito de “atmosferas afetivas”³. Essa leitura considera ainda movimento, tempo e eventos para repensar os conceitos de sujeito, corpo, estrutura ou espaço, em que os métodos tradicionais da geografia não dariam conta de explicar questões como fluxos sensoriais, atmosferas afetivas, *assemblages*. Métodos atmosféricos, fotografia, vídeos, fonografia, métodos móveis, etnografias em movimento ou *go-along*, *soundwalk*, *eye-tracking*, sensores de batimentos cardíacos, eletroencefalograma são

alguns dos caminhos utilizados para incorporar as questões emocionais (e afetivas) na Geografia (PAIVA, 2018).

Outra questão que envolve a Geografia da Emoções, além dos obstáculos teóricos e metodológicos, é a atuação e relação dos pesquisadores frente aos seus objetos e problemas de pesquisa. É importante apontar que há um envolvimento emocional dos pesquisadores com relação aos seus temas de trabalho, o que faz com que o conteúdo emocional também figure nas pesquisas geográficas. Assim, trabalhar com as emoções também desperta um interesse sobre o papel e atuação dos pesquisadores em seus contextos de ação, porque estão/são envolvidos por uma atmosfera intersubjetiva que contribui na forma como a pesquisa será interpretada.

Em maior ou menor grau, a escrita acadêmica articula as preocupações e paixões de seus autores, mas os gêneros acadêmicos tradicionais procuram excluir sua expressão explícita. Cada vez mais, entretanto, os acadêmicos têm procurado experimentar estilos mais emocionalmente expressivos. Voltando-se às interações interpessoais entre pesquisadores e participantes da pesquisa, destaca-se as emoções como parte integrante das relações de pesquisa, chamando a atenção para a ampla gama de emoções experimentadas pelos pesquisadores em resposta a essas relações. Nesse viés, mostra-se relevante lembrar que os pesquisadores podem usar suas emoções como recursos, sem necessariamente relatar em primeira pessoa como eles se sentem (BONDI et al, 2007; BONDI, 2007).

Percebemos o potencial da discussão sobre as emoções para a ciência geográfica, porque permite entender o papel das emoções do ponto de vista teórico, conceitual, metodológico e prático na pesquisa científica. Um olhar sensível do pesquisador sobre seu objeto de pesquisa, sua atuação profissional e seu papel social permite evidenciar as singularidades que compõem nossas espacialidades do cotidiano.

Por conseguinte, compreendemos que a Geografia das Emoções possui importante potencial teórico, conceitual e metodológico, em que a própria ação de fazer pesquisa já envolve inúmeras questões emocionais. O pesquisador não se envolve passivamente com seu objeto de estudo. Sabemos que o cotidiano da pesquisa, os estudos empíricos, a interpretação das informações e nossa leitura do mundo (geográfico) faz parte da esfera do sensível, do imaterial, do intersubjetivo e da emoção. Essa questão foi uma preocupação significativa ao problematizar as emoções a partir das questões simbólicas e de narrativas, discussão realizada a seguir.

Geografia das Emoções a partir da questão simbólica: contribuição interdisciplinar

Alguns autores apontam que a virada emocional na Geografia não deve ser entendida de forma estreita, uma vez que as emoções se deslocam entre as fronteiras disciplinares. Como já comentamos, os diálogos transdisciplinares são fundamentais e diferentes áreas do conhecimento podem ser enriquecidas pela incorporação das emoções em seus temas de pesquisa. Pensando nisso, apresentamos a possibilidade de articular a Geografia das Emoções com a Filosofia, pensando a relação das emoções e do espaço a partir da questão simbólica.

Propomos pensar a emoção como mediação simbólica da nossa relação com o espaço geográfico. Um caminho para entender a questão simbólica é a partir da *filosofia das formas simbólicas* de Ernst Cassirer, cuja preocupação sobre a questão do tempo e do espaço mostra sua relevância para a Geografia.

Ernst Cassirer foi um filósofo alemão do século XX, inserido na Escola de Marburgo. Com contribuições iniciais no campo das ciências naturais, desenvolveu, ao longo de sua carreira, um relevante debate para a Filosofia ao discorrer sobre a questão do símbolo e do universo simbólico, tendo preocupações epistemológicas, ontológicas e psicológicas sobre o tema. No intuito de elaborar uma crítica da cultura, isto é, uma filosofia da cultura humana, baseado na fenomenologia do conhecimento, construiu entre 1923 e 1929, a “filosofia das formas simbólicas”. Seu interesse fundante era entender o que era o “ser simbólico” (o que autor chama também de “animal simbólico”), partindo, dentre várias reflexões, da ideia do autoconhecimento.

Nosso interesse em apresentar a discussão de Cassirer sobre as formas simbólicas é, portanto, de apresentar uma possibilidade de compreender a Geografia das Emoções a partir do nível do simbólico que estrutura o mundo da cultura. Cada forma simbólica possui um papel de sentido e significado nessa estruturação, sendo parte de um universo que é constituído pelo material e imaterial, pelos ambientes físicos e pelo universo simbólico.

Para Cassirer, o mundo é uma questão qualitativa, que é o próprio sistema simbólico. Esse sistema é processo do pensamento e é considerado como “variados fios que tecem a rede simbólica da experiência humana” (CASSIRER, 2012, p. 48). As formas simbólicas conformam o mundo e compreendemos que esse mundo é permeado pelas

emoções. Assim, as emoções fazem parte dessa conformação do mundo, isto é, fazem parte do mundo da cultura, dando sentido e significado ao ser simbólico.

Na visão cassireriana, as formas simbólicas "arte", "ciência", "história", "linguagem", "mito" e "religião" são energias do espírito e fornecem as bases da cultura humana através da significação da experiência e da objetivação do espírito. O conhecimento imediato do mundo é necessariamente realizado pela mediação simbólica. Essa mediação simbólica é conformadora de espacialidades, que também podem ser entendidas como espacialidades emocionais.

Na linguagem, no mito, na arte e na religião, as nossas emoções não estão simplesmente transformadas em meros atos; estão transformadas em "obras". Essas obras não desaparecem. São persistentes e duradouras. Uma reação física pode tão somente dar-nos um rápido e temporário alívio; uma expressão simbólica pode tornar-se num *monumentum aere perennius* (CASSIRER, 2003, p. 67).

Nesse sistema simbólico, as emoções expressas são transformadas em imagens e essas imagens são a interpretação do mundo exterior e interior (CASSIRER, 2011). Portanto, como parte da experiência do sujeito, entendemos que emoção permeia toda a vida, possibilitando o arranjo da realidade, uma ação no mundo, sendo uma subjetividade que expressa-se na ação, e por ação pressupõe-se um viés espacial.

Cassirer (2003) afirma que para além da expressão fisiológica ou psicológica das emoções, se as exprimirmos por meio de atos simbólicos, tais atos têm o poder de ligar e desligar, estão concentrados, intensificados e condensados. As emoções são, portanto, parte inerente ao ser simbólico e estabelecem uma importante relação entre o eu e o outro. Ao valorizarem a intersubjetividade, que é condição fundamental do mundo da cultura, as emoções revelam uma subjetividade que consubstancia-se na ação. Nesse viés, sua análise cabe para pensar a Geografia das Emoções na vida social, nos contextos culturais e nas relações intersubjetivas.

Pensar o espaço a partir da questão simbólica é entendê-lo como um espaço de ação, expresso através da ação do ser simbólico, mediado e articulado pelas formas simbólicas. As formas simbólicas, nesse entendimento, possibilitam a construção das espacialidades da experiência, que são espacialidades significativas para o ser simbólico.

Numa perspectiva cassireriana, o espaço e suas espacialidades deixam de ser apenas um campo de determinações intuitivas do ser exterior e passam a ser resultado da conformação simbólica. A conformação simbólica como conformadora de espaços de ação

coloca a centralidade no espaço do sujeito que reflete, investigando os mundos que o ser simbólico cria, através de símbolos, para nele viver (GIL FILHO, 2014; FERNANDES; GIL FILHO, 2011).

Esse espaço do sujeito que reflete, que sente, é o que nos interessa, porque expressa suas emoções em linguagens nem sempre compreendidas pela lógica científica. É mediado pelas emoções que ele também constrói o mundo da cultura, a relação com os outros e o entendimento de si, construindo espacialidades simbólicas.

Entender o ser simbólico é reconhecer o emaranhando do eu com o mundo e com o outro, formando os nós. Um caminho metodológico possível é a partir das narrativas, que possibilitam construir uma relação emocional entre narrador e ouvinte, sendo a expressão da Geografia das Emoções dos narradores, cujo conteúdo emocional de sentido e significado é o que estrutura essas histórias de vida.

A escolha por trabalhar com narrativas oportuniza criar uma dimensão relacional entre ouvinte e narrador que constrói outros saberes, rompendo com a distância entre os sujeitos. As narrativas nos aproximam das pessoas e de seus cotidianos. Na tese de doutorado, realizamos entrevistas narrativas com pessoas idosas, os chamados “pioneiros” da Igreja Messiânica Mundial do Brasil em Curitiba e Ponta Grossa⁴ — PR.

Com foco em suas histórias de vida, alicerçados no arcabouço teórico da Geografia das Emoções e da filosofia das formas simbólicas, debatemos questões relacionadas a velhice, a memória e os espaços vivenciados. A partir da metodologia de entrevistas narrativas, com o que chamamos de “pergunta geradora”, nossa relação com esses pioneiros consistiu em escuta ativa das narrativas de suas histórias de vida, com auxílio de gravador e bloco de anotações. Essas narrativas foram transcritas de forma literal, preservando a identidade dos narradores, utilizando nomes fictícios, no caso, escolhemos nomes de flores, já que esse elemento é relevante dentro dos preceitos messiânicos.

A casa, o partir e o regressar, as perspectivas e o horizonte, o caminho e a rua são alguns dos elementos presentes nessas narrativas. Yasmin, Estrelícia, Cravo, Margarida, Magnólia e Camélia (nomes fictícios) nos entregaram suas narrativas de história de vida que não restringiram-se à experiência religiosa, mas revelaram suas experiências ligadas às espacialidades da infância, da casa, do trabalho, da família, da Igreja, das viagens. Doenças, mortes, deslocamentos, brigas, separações, marcam essas histórias no passado, presente e

futuro. As lágrimas configuram-se como uma expressão emocional significativa nessas narrativas.

Nessa relação, evidenciamos a subjetividade do processo, a sensibilidade da pesquisadora, o enfrentamento com o desconhecido, buscando conhecer o mundo através das histórias dos outros e de suas experiências emocionais com os lugares e as pessoas. As narrativas nos entregam histórias heterogêneas, no entanto, com sentidos em comum: os sentidos e significados da vida, sustentados, dentre outras coisas, pelas experiências emocionais com/nos os lugares. Essas experiências emocionais presentes tanto no ato de narrar, quanto nas histórias, podem ser lidas também fontes de conhecimento (geográfico).

Através de relatos, do imaginário, da relação entre narrador e ouvinte, podemos potencializar novas possibilidades de construir o conhecimento e as relações intersubjetivas. Essas relações se estabelecem para além do enunciado: é preciso estar atenta ao corpo, aos sons, aos sentidos. Contar histórias de vida é nos reposicionarmos no tempo e no espaço, a partir do que sentimos, sendo um momento de circulação emocional. Sobre isso, “Na ação o sujeito não pode separar-se das formas em que investe nos objetos, do que coloca como interesse, como intersecção do imaginário e do simbólico” (CASTAÑEDA; MORALES, 2017, p. 88).

Esse entendimento sobre as narrativas reforça a intersubjetividade que compõe as Geografias das Emoções de nossa vida cotidiana. As histórias de vida são fontes de conhecimento sobre os lugares que não são contados pela história oficial. O imaginário geográfico também ganha importância nessas histórias, reforçando a conexão com os lugares.

As narrativas, em nossa perspectiva, são formas de aprendizagem, inclusive do ponto de vista emocional. Essa aprendizagem é sobre si e sobre a relação com os outros. Uma Geografia das Emoções é criada, portanto, quando buscamos construir uma narrativa sobre nós mesmos e nossas relações com mundo. “Como pegadas simbólicas, experiências e afetos vividos e sentidos criam espaços para interpretar aspectos de itinerários subjetivos e coletivos que, via reflexão sensível (ou sensibilidade reflexiva), podem ser transformados em aprendizagem” (SOUZA; MARTINS; TOURINHO, 2017, p. 21).

Nas narrativas dos pioneiros, a capacidade de criar suas histórias de vida, de usar a imaginação, de expressar suas experiências, baseados num conteúdo emocional, permite interpretar essa capacidade de criar símbolos que expliquem suas vidas, no passado e no presente, e suas aspirações para o futuro, dentro de um universo individual, mas também

coletivo. Assim, a própria narrativa gera espacialidades, presentes tanto no ato de narrar quanto nas memórias relembradas a partir das narrativas. A emoção, numa hermenêutica, torna-se texto na narrativa.

Aqui mostra a pertinência de Cassirer para compreender a atividade do espírito em seu caráter expressivo, cujo conteúdo emocional é parte integrante da totalidade humana. O mundo é uma construção simbólica, sendo condição necessária para a captação do sensível.

Essa reflexão justifica nosso interesse em pensar as emoções dentro do viés do simbólico e de narrativas de histórias de vida. Dando ênfase ao sujeito, podemos compreender como ele tece relações com o mundo, pela via do sistema simbólico, cujo conteúdo emocional faz parte da expressividade do mundo.

Com base nessa reflexão, as emoções são parte do conteúdo de significado que impregnamos no espaço, o próprio espaço de ação do ser simbólico. Ao pensar a teoria das emoções com base na questão simbólica e nas narrativas de história de vida, por um lado nossa interpretação contribui para o debate epistemológico sobre o espaço e as espacialidades; por outro, permite colocar a narrativa como uma possibilidade metodológica para debater as emoções, ao mesmo tempo em que a narrativa é, ela mesma, a Geografia das Emoções dos narradores, porque é estruturada e expressada com base nas experiências emocionais — de sentido e significado — dos envolvidos.

Considerações finais

O interesse da Geografia das Emoções é compreender as emoções não só do ponto de vista social (contextos, interações e situações), mas também espacial, colocando o espaço como intrínseco nesse processo. O espaço geográfico, nesse processo de interação, pode transformar-se ao articular-se com a atmosfera emocional.

A Geografia das Emoções mostra-se como uma discussão transversal na perspectiva geográfica, visto a pluralidade de reflexões sobre a temática. As pesquisas demonstram a possibilidade de colocar as emoções como elemento central para entender a produção do espaço e de diferentes espacialidades. Assim, as emoções contribuem para uma análise sobre as práticas espaciais, colocando as pessoas como ponto de partida para entender suas experiências emocionais e espaciais.

O processo de significação do mundo não é algo irracional nem a-emocional. Portanto, é pertinente a conciliação da razão e da emoção para a compreensão dos

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico), n. 12, v. 5, p. 37-59, jul/2019. ISSN: 1984-1647.

fenômenos presentes no espaço cotidiano. A racionalidade, assim como a emoção, são processos cruciais para dimensão da existência humana, e separá-las é perpetuar um dos “mitos” do pensamento científico: o que diz que é preciso deixar de lado a emoção para se fazer ciência.

A análise atenta sobre as emoções, nos permite entender a pluralidade e singularidade dos fenômenos espaciais, reconhecendo-as como inerentes às práticas sociais, possibilitando uma geografia sensível, que privilegia as subjetividades presentes nas vivências espaciais. As relações intersubjetivas são medidas pelas emoções, que constroem espacialidades específicas, portanto, contextos sociais também específicos. Dor, medo, raiva, felicidade, tristeza, vergonha, angústia, prazer são algumas das emoções que podem figurar nos estudos geográficos e na análise das espacialidades.

A forma como concebemos e percebemos o espaço faz parte de uma atmosfera de emoção e da sensibilidade, e são esses fatos que tornam os lugares singulares, significativos e com uma importante dimensão simbólica. A experiência cotidiana cria a dinâmica da vida e o seu conteúdo, sendo animada pelas emoções.

Portanto, (re)pensar as categorias espaciais a partir das emoções coloca o foco no sujeito como conformador do seu espaço de ação e de suas espacialidades. Podemos refletir sobre a relevância da categoria emocional como parte da dimensão subjetiva dessas categorias espaciais, ao mesmo tempo que objetiva, torna concreto, o mundo da vida.

Há a necessidade de um esforço intelectual em reconhecer a relevância das emoções e olhar sensível sobre nossas pesquisas científicas pode ser um caminho possível para elucidar um tema tão intrínseco às experiências humanas. É fundamental o papel do pesquisador em reconhecer as emoções como parte da expressão do ser, portanto, como parte do espaço geográfico, o que possibilita reconhecer a pluralidade e diversidade de entender e reconhecer o mundo, o outro e as relações que nos conectam. É revelar o sentido e o significado de outros lugares, de outras formas de construir conhecimento e de existir.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

Referências

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico), n. 12, v. 5, p. 37-59, jul/2019. ISSN: 1984-1647.

- ANDERSON, Kay; SMITH, Susan. Editorial: Emotional Geographies. **Transactions of the Institute of British Geographers**. Volume 26, Issue 1, March 2001, p. 7-10.
- ANDREOTTI, Giuliana. Geografia emocional e cultural em comparação com a geografia racionalista. In.: HEIDRICH, Álvaro; COSTA, Benhur Pinós da; PIRES, Cláudia Luísa Zeferino (orgs.) **Maneiras de ler geografia e cultura**. Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p. 98-105.
- BONDI, Liz; DAVIDSON, Joyce; SMITH, Mick. **Introduction: Geography's Emotional Turn**. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 1-16.
- BONDI, Liz. Making connections and thinking through emotions: between geography and psychotherapy. **Institute of Geography, School of Geosciences**, University of Edinburgh. 2005.
- BONDI, Liz. The Place of Emotions in Research: From Partitioning Emotion and Reason to the Emotional Dynamics of Research Relationships. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 231-242.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do estado**. São Paulo: Códex, 2003.
- CASSIRER, Ernst. **A filosofia das formas simbólicas. Terceira Parte: fenomenologia do conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- COLLIS, Marion. 'Mourning the Loss' or 'No Regrets': Exploring Women's Emotional Responses to Hysterectomy. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007. p. 33-48.
- CASTAÑEDA, José Antonio Serrano; MORALES, Juan Mario Ramos. Narrar a vida: deliberações no campo biográfico. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene; SOUZA, Elizeu Clementino de. **Pesquisa narrativa: interfaces entre histórias de vida, arte e educação**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2017. p. 75-98.
- CONRADSON, David. Freedom, Space and Perspective: Moving Encounters with Other Ecologies. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 103-116.
- DARDEL, Eric. **O homem e a Terra: Natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2015 [1952].
- DAVIDSON, Joyce; MILLIGAN, Christine. Embodying Emotion Sensing Space: Introducing emotional geographies. **Social & Cultural Geography**, Vol. 5, No. 4, December 2004. P. 523-532.
- FERNANDES, Dalvani; GIL FILHO, Sylvio Fausto. Geografia em Cassirer: perspectivas para a geografia da religião. **GeoTextos**, vol. 7, n. 2, p. 211-228, dez. 2011.
- GIL FILHO, Sylvio Fausto. Conformação simbólica dos espaços da vida e da morte: uma aproximação teórica. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano VI, n. 18, v. 06, Janeiro de 2014, p. 133-144.
- GUINARD, Pauline; TRATNJEK, Bénédicte. Géographies, géographes et émotions. **Carnets de géographes** [En ligne], 9 | 2016.
- HEENAN, Collen. 'Looking in the Fridge for Feelings': The Gendered Psychodynamics of Consumer Culture. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 147-160.
- HEPWORTH, Mike. Ageing and the Emotions: Framing Old Age in Victorian Painting. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 177-190.

- HOCKEY, Jenny; PENHALE, Bridget; SIBLEY, David. Environments of Memory: Home Space, Later Life and Grief. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 135-146.
- HUBBARD, Phil. The Geographies of 'Going Out': Emotion and Embodiment in the Evening Economy. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 177-134.
- JONES, Owain. An Ecology of Emotion, Memory, Self and Landscape. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 205-218.
- LUNA, Toni; VALVERDE, Isabel. **Teoría y paisaje II: paisaje y emoción. El resurgir de 9las geografías emocionales**. Observatorio del Paisaje de Cataluña. Barcelona: Universidad Pompeu Fabra, 2009, 170 p.
- MACKIAN, Sara. Mapping reflexive communities: visualizing the geographies of emotion. **Journal Social & Cultural Geography**, Volume 5, 2004, p. 615-631.
- MILLIGAN, Christine; BINGLEY, Amanda Bingley; GATRELL, Anthony. 'Healing and Feeling': The Place of Emotions in Later Life. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007. P. 49-62.
- MORRIS, Sara; THOMAS, Carol. Placing the Dying Body: Emotional, Situational and Embodied Factors in Preferences for Place of Final Care and Death in Cancer. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007. p. 19-32.
- MOLZ, Jennie Germann. Guilty Pleasures of the Golden Arches: Mapping McDonald's in Narratives of Round-the-World Travel. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 63-76.
- SILVA, Marcia Alves Soares da. O eu, o outro e o(s) nós: Geografia das Emoções à luz da Filosofia das Formas Simbólicas de Ernst Cassirer (1874-1945) e das narrativas de pioneiros da Igreja Messiânica Mundial. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, Curitiba 2019.
- SOUZA, Elizeu Clementino de; MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene. Entrelaçamentos entre histórias de vida, arte e educação. In: MARTINS, Raimundo; TOURINHO, Irene; SOUZA, Elizeu Clementino de (orgs). **Pesquisa narrativa: interfaces entre histórias de vida, arte e educação**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2017. p. 13-21.
- SMITH, Mike et al. Geography and emotion - emerging constellations. In: SMITH, Mike et al(Eds.), **Emotion, Place and Culture**. Farnham: Ashgate, 2009, p. 1-18.
- SMITH, Mike. On 'Being' Moved by Nature: Geography, Emotion and Environmental Ethics. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 219-230.
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na Geografia II: conceitos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, LII, 106, 2017, pp. 159 -168.
- PAIVA, Daniel. Teorias não-representacionais na Geografia II: métodos para uma geografia do que acontece. **Finisterra**, LIII, 107, 2018, pp. 159 -168.
- PARR, Hester; PHILO, Chris; BURNS, Nicola. 'Not a Display of Emotions': Emotional Geographies in the Scottish Highlands In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 87-102.
- PATERSON, Mark. Affecting Touch: Towards a 'Felt' Phenomenology of Therapeutic Touch. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 161-176.

PERSI, Peris. Geografia ed emozioni. Genti e luoghi tra sensi, sentimenti ed emozioni. Tradução Beatriz Helena Furlanetto. **Revista Geografar**, Curitiba, v.9, n.1, , jun./2014, p. 200-218.

REKACEWICZ, Philippe; TRATNJEK, Bénédicte. Cartographier les émotions. **Carnets de géographes** [En ligne], 9, 2016.

THIEN, Deborah. After or beyond feeling? A consideration of affect and emotion in geography. **Area**, 2005, p. 450–454.

THIEN, Deborah. Intimate Distances: Considering Questions of ‘Us’. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 191-204.

BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). Emotional geographies. In: RICHARDSON, Douglas et al. **The International Encyclopedia of Geography**. Nova Jersey: Wiley-Blackwell, 2017. p. 1-5.

URRY, John. The Place of Emotions within Place. In: DAVIDSON, J.; BONDI, L.; SMITH, S. (eds.). **Emotional Geographies**. Aldershot: Ashgate, 2007, p. 77-86.

¹ Indicamos a leitura de SILVA. Marcia Alves Soares da. Por uma Geografia das Emoções. *GEOgraphia*, v. 18, n. 36, p. 99-119, 2016; _____. Sobre emoções e lugares: contribuições da Geografia das Emoções para um debate interdisciplinar. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 17, n. 50, p. 69-84, agosto de 2018;

¹ A tese intitulada “O eu, o outro e o(s) nós: Geografia das Emoções à luz da filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer (1876-1945) e das narrativas de pioneiros da Igreja Messiânica Mundial”, defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (2019) teve como objetivo pensar a Geografia das Emoções a partir da reflexão teórica da filosofia das formas simbólicas de Ernst Cassirer e de narrativas de histórias de vida de pessoas idosas que fazem parte da comunidade messiânica em Curitiba e Ponta Grossa – PR. Abordaremos algumas reflexões realizadas na tese.

² Muitas dessas contribuições podem ser acessadas no periódico *Emotion, Space and Society*, disponível em <https://www.journals.elsevier.com/emotion-space-and-society>.

³ Destaca-se um importante debate sobre a diferença entre geografias emocionais e geografias afetivas. Sobre isso, sugere-se a leitura de “PILE, Steve. Emotions and affect in recent human geography. **Transactions of the British Geographers**. NS 35. P. 5-20. 2010”. Outra reflexão sobre essa questão é de “ANDERSON, Ben. Affective atmospheres. **Emotion, Space and Society**, 2, p. 77–81, 2009”.

⁴ Fundada no Japão em 1935 por Mokiti Okada (1882-1955) — o Meishu-Sama —, a Igreja Messiânica Mundial se baseia na tríade Verdade-Bem-Belo, que estrutura o “Paraíso Terrestre” idealizado pelo fundador. A Verdade se manifesta através do Bem que se expressa no Belo. Os Solos Sagrados, a apreciação das obras de Arte, como a Ikebana Sanguetsu (arte da flor) imposição da luz pelas mãos (chamado de Johrei) e o consumo de alimentos baseado na Agricultura Natural (ingestão de alimentos na forma natural, sem venenos e respeitando o tempo da natureza, o que permite fortalecer a energia vital) são elementos que estruturam a religião messiânica, que se volta também ao altruísmo para o alcance da felicidade das pessoas.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Marcia Alves Soares da Silva

Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Paraná (2019). Bolsista CAPES no Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, no Departamento de Filosofia da Universidade de Évora, Portugal (2017). Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2014) e Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2011). Membro dos grupos de pesquisa Laboratório Território, Cultura e Representação (LATECRE-UFPR) vinculado ao Núcleo de Estudos em Espaço e Representações (NEER) e do corpo editorial da Revista Geografar da UFPR (Qualis B1). Atualmente é professora Colaboradora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2018-).

Como citar esse artigo

SILVA, Marcia Soares da. Um olhar sensível sobre o espaço geográfico: contribuições da geografia das emoções. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.37-59, jul/2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6502>

Recebido em: 2019-05-08

Aceito em: 2019-07-03

**DESAFIOS E REFLEXÕES NA APREENSÃO AFETIVA DA CIDADE:
A DERIVA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO**

Matheus Alcântara Silva Chaparim
orcid.org/0000-0002-6826-8578

Universidade Estadual Paulista (FAAC-UNESP)
E-mail: matheus.chaparim@gmail.com

Eduardo Romero de Oliveira
orcid.org/0000-0002-1287-4798

Universidade Estadual Paulista (FAAC-UNESP)
E-mail: eduardo.romero.de.oliveira@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6517>

Resumo

O procedimento da psicogeografia e sua técnica exploratória da deriva, desenvolvidos pelo movimento Internacional Situacionista nas décadas de 1950 e 1960, fizeram do ato de caminhar um meio de apreensão dos afetos urbanos. Ao longo dos últimos anos podemos observar muitas das ideias e práticas situacionistas serem adotadas e adaptadas em diversos âmbitos da sociedade. Inserido nesse contexto, este trabalho apresenta reflexões metodológicas e epistemológicas sobre como a deriva possibilita reconhecer o relevo psicogeográfico, buscando contribuições da teoria das emoções e afetos. Relata a experiência da disciplina “*Emotions and Affect from a Spatial Perspective*”, fornecida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, no segundo semestre de 2018, na qual foi realizada uma deriva no Camelódromo de Presidente Prudente (São Paulo). Ao final, diante dos desafios e potencialidades encontrados, verificamos como os estudos psicogeográficos podem auxiliar na compreensão dos processos de mediação afetivos que emergem e se organizam no espaço urbano.

Palavras-chave: Deriva; Psicogeografia; Afeto; Presidente Prudente.

**CHALLENGES AND REFLECTIONS IN THE CITY'S
AFFECTIVE APPREHENSION: The Dérive as a
Methodological Procedure**

Abstract

The procedure of psychogeography and its exploratory technique of *dérive*, developed by the International Situationist movement in the 1950s and 1960s, made the act of walking a means of apprehending the urban affections. Over the last few years we can see that many of the ideas and practices of situations are adopted and adapted in different sectors of society. Inserted in this context, this work presents methodological and epistemological reflections on how the *dérive* allows to recognize the psychogeographic relief, seeking contributions of the theory of emotions and affections. This article reports the experience of the class “*Emotions and Affect from a Spatial Perspective*”, provided by the Postgraduate

Program in Geography of FCT-UNESP, on the second semester of 2018, in which a *dérive* was made in the Camelódromo of Presidente Prudente (São Paulo). In the end, faced with the challenges and potential found, we verified how psychogeographic studies can help in understanding the affective mediation processes that emerge and organize in the urban space.

Key words: *Dérive*; Psychogeographic; Affect; Presidente Prudente.

DESAFIOS Y REFLEXIONES EM LA APREHENSIÓN AFECTIVA DE LA CIUDADE: La Deriva Como Procedimiento Metodológico

Resumen

El procedimiento de la psicogeografía y su técnica exploratoria de la deriva, desarrollados por el movimiento Internacional Situacionista en las décadas de 1950 y 1960, hicieron del acto de caminar un medio de *aprehensión* de los afectos urbanos. A lo largo de los últimos años podemos observar muchas de las ideas y prácticas situacionistas ser adoptadas y adaptadas en diversos ámbitos de la sociedad. En este contexto, este trabajo presenta reflexiones metodológicas y epistemológicas sobre como la deriva posibilita reconocer el relieve psicogeográfico, buscando contribuciones de la teoría de las emociones y los afectos. Narra la experiencia de la disciplina “*Emotions and Affect from a Spatial Perspective*”, ofrecida por el Programa de Pós-Graduación en Geografía de la FCT-UNESP, en el segundo semestre de 2018, en el cual fue realizada una deriva en el Camelódromo de Presidente Prudente (São Paulo). Al final, ante los desafíos e potencialidades encontrados, verificamos como los estudios psicogeográficos pueden auxiliar en la comprensión de los procesos de mediación afectivos que aparecen y se organizan en el espacio urbano.

Palabras-clave: Deriva; Psicogeografía; Afecto; Presidente Prudente.

Introdução

Desde muito tempo o caminhar se tornou um modo de alterar a realidade do ser humano. Este meio de deslocamento básico, em determinado momento de sua história também passou a carregar significados simbólicos. Contudo, apenas no século XX as reflexões em torno do caminhar também abrangem a *apreensão* dos afetos urbanos. Isto se deve muito à psicogeografia, procedimento desenvolvido pelo movimento Internacional Situacionista, que compreende a cidade enquanto um relevo dos afetos. A técnica exploratória da psicogeografia é a deriva – um ato de andar “sem rumo”, com a finalidade de reconhecer e se apropriar do espaço urbano, além de buscar construir situações e estimular comportamentos afetivos.

Levando isso em conta, neste trabalho procuramos desenvolver reflexões sobre como a deriva posibilita reconhecer e registrar o relevo psicogeográfico, assim como os

desafios e potencialidades dessa prática de imersão na realidade estudada. A partir da experiência da disciplina *“Emotions and Affect from a Spatial Perspective”*, fornecida pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT-UNESP, e ministrada pelo professor Dr. Jan Simon Hutta, buscamos ressaltar a relevância do tema das emoções e afetos para contribuir com nossos estudos sobre o método da deriva.

Primeiramente vamos apresentar uma reflexão sobre o “Ato de Caminhar”, para em seguida fazer um “Breve Histórico da Internacional Situacionista”, onde serão apresentados alguns conceitos fundamentais da crítica urbana situacionista. Autores basilares como Careri (2013), Jacques (2003) e Besse (2013, 2014) serão trabalhados como “pano de fundo”, sendo complementados pelos escritos etnográficos de Yi’Em (2014), e os trabalhos situacionistas de Bonnett (1989, 1999), Pinder (2009) e Stevens (2009). Posteriormente passamos para uma sucinta reflexão sobre a teoria dos afetos com base em Anderson (2014) e Thrift (2004), para, enfim, abordarmos a “Teoria da Deriva” de Guy Debord (2003b). Como estudo de caso será relatado o exercício da deriva realizado durante a disciplina no Camelódromo de Presidente Prudente (São Paulo), fazendo um diálogo com as experiências semelhantes de Bassett (2004). Ao final, algumas reflexões epistemológicas e metodológicas são realizadas.

Ressaltamos que este trabalho se coloca como uma primeira aproximação com o tema da teoria dos afetos, de modo que não buscamos realizar uma exaustiva revisão de suas abordagens, mas explorar possibilidades de diálogo com os temas já pesquisados.

O ATO DE CAMINHAR

Segundo Francesco Careri (2013, p. 27-28), o ato de atravessar o espaço nasceu da necessidade natural de se mover para encontrar alimentos e informações para a própria sobrevivência. No entanto, ao passo que estas exigências puderam ser satisfeitas, o caminhar, ao modificar os significados do espaço atravessado, tornou-se a primeira ação estética que estabeleceu uma nova ordem no território do caos.

Através da experiência poli-sensorial, o ato de caminhar também se converte em uma maneira de habitar o mundo, de estar no espaço e nele construir uma espacialização específica, pois o espaço não é concebido nem praticado a priori, mas se forma pelos movimentos (BESSE, 2013, p. 45). Entretanto, para que a caminhada faça parte de um

processo de formação, é preciso que a locomoção e a percepção sejam indissociáveis, de modo que o corpo seja afetado pelo seu movimento (p. 50-51).

De maneira consoante, Yi'En (2014), compreende o ato de caminhar como uma prática móvel e encarnada, sendo uma experiência rítmica, capaz de oferecer *insights* e envolver os sentidos do nosso corpo. Apresenta-se, assim, como uma forma de refletir sobre o mundano, observando as criatividades de seus moradores e os espaços urbanos fragmentados.

Orientado pelas dimensões do “ordinário” e “cotidiano” da vida urbana, e, por mais que possa ser um ato direcionado, o caminhar tem o seu processo aberto às atrações ou distrações das presenças materiais. Neste sentido, sua experiência no espaço urbano é constantemente moldada por pessoas e objetos, de modo a se ajustar de acordo com a presença dos outros corpos e seus movimentos (YI'EM, 2014).

Deste modo, o caminhar não é realizado de forma passiva - na caminhada a sua sensibilidade está tão ativa quanto é ativada; além de ser um processo de questionar o próprio estado do mundo por meio de sua experimentação: “A caminhada, de fato, requalifica o espaço, no sentido próprio do termo: dando-lhe novas qualidades, novas intensidades” (BESSE, 2014, p.54-5).

Como bem recorda Besse (2014), os potenciais experimentais e questionadores da caminhada foram percebidos e teorizados há algum tempo, por diversas figuras, como o “flanar bauhausiano, a deambulação surrealista, a deriva situacionista” (p.55), entre outras. Nestes casos, as grandes metrópoles serviram como campos de exploração lúdicos e metódicos para estas experiências, que procuravam apreender ou revelar, e até mesmo construir idealmente outros espaços.

Conforme ressalta Careri (2013, p.65-66), seria apenas com as vanguardas do século XX, que a prática estética do caminhar se desvincularia do ritualismo religioso para adotar as formas de uma arte autônoma (ou uma “antiarte”), pois foi neste período que se utilizou do percurso para minar as formas de representações tradicionais.

Careri (2013) destaca três importantes momentos de passagem da história da arte que tiveram como ponto de inflexão a experiência do caminhar: do Dadaísmo ao Surrealismo (1921-24); da Internacional Letrista à Internacional Situacionista (1956-57); e, do Minimalismo à Land Art (1966-67). Assim, iniciando-se com a crítica do Dadá, que utilizou o caminhar como forma de antiarte ao fazer uma crítica à representação, expandiu-se tal

visão à psicologia com o surrealismo (com as zonas inconscientes), e posteriormente à política com os situacionistas (com a crítica urbana e capitalista). A Land Art, por sua vez, transformou o próprio objeto escultórico na construção do território, através da expansão à paisagem e à arquitetura.

Na seção a seguir vamos melhor elaborar a passagem da Internacional Letrista à Internacional Situacionista mencionada acima.

BREVE HISTÓRICO DA INTERNACIONAL SITUACIONISTA (I.S.)

Guy-Ernest Debord (1931-1994), principal fundador da Internacional Situacionista (I.S.), foi muito influenciado pelo movimento Dadá e Surrealista. Entre 1951 e 1952 teve uma breve relação com o movimento Letrista, mas quando entrou em conflito os deixou para fundar com amigos a Internacional Letrista (I.L.). De 1952 a 1957 o grupo publicou alguns periódicos tratando de questões inicialmente ligadas à arte, à superação do Surrealismo, sobre a vida cotidiana em geral e, também, sobre a arquitetura e urbanismo, especialmente como crítica ao funcionalismo moderno (JACQUES, 2003, p. 16).

A Internacional Letrista já apresentava algumas ideias e práticas que posteriormente formaram a base do pensamento urbano situacionista, elaboradas em colaboração com membros de grupos de artistas europeus com tendências semelhantes, com destaque para Arger Jorgensen e Constant Nieuwenhuys. Aos poucos estes laços se estreitaram, e, em 1957, a Internacional Situacionista foi fundada passando rapidamente a ter adeptos em vários países (JACQUES, 2003, p. 17-18). O grupo inicialmente era pequeno e organizado (aproximadamente 72 membros de 16 países), evitando hierárquicas e estimulando ações de organizações revolucionárias autônomas (PINDER, 2009, p. 145).

A SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

O período mais ativo da I.S. ocorreu no contexto de Paris das décadas de 1950 e 1960, onde se testemunhava um enorme programa de reconstrução da cidade (BONNETT, 1999, p. 27). Entre 1958 e 1969, 12 números da revista IS foram publicados. Nos primeiros seis números (até 1961) as questões tratavam basicamente da arte, passando para uma preocupação mais centrada no urbanismo, que se deslocaram em seguida para as esferas políticas e revolucionárias, culminando na determinante e ativa participação situacionista nos eventos de Maio de 1968 em Paris. Entre outras publicações importantes para a formação

do espírito revolucionário pré-68, está o clássico de Guy Debord - *La société du spectacle* (1967) (JACQUES, 2003, p. 18).

Nessa obra, Debord desenvolveu uma crítica sobre um novo estágio do capitalismo (BONNETT, 1999, p. 25), no qual a sociedade moderna é oprimida pelas imagens nas quais age e vive (BONNETT, 1989, p. 135). O autor pensou o espetáculo como um mundo que é objeto de contemplação e não da intervenção direta, de modo que a ordem econômica dominante cultiva espectadores, induzindo-os a passividade (PINDER, 2009, p. 146). Essa visão de submissão ao capital requeria um novo tipo de política radical, por isso os situacionistas propuseram a mutação como forma de resistência, denominando-a de “desvio” (*Détournement*) (BONNETT, 1999, p. 25).

Os situacionistas buscavam a transformação radical das relações e espaços sociais, acreditando que a revolução deveria implicar não apenas a mudança nas formas de governo político, mas também do tecido e textura da vida cotidiana. Um processo para superar a alienação, fragmentação e divisão da vida dominada pela mercadoria, no qual as pessoas pudessem descobrir seus verdadeiros “eus” e desejos. O grupo entendia que para mudar a vida cotidiana era necessário mudar os espaços cotidianos, propícios para novos modos de vida (PINDER, 2009, p. 144). Ademais, nas bases de suas teorias estavam a aversão ao trabalho e a suposição de uma transformação no uso do tempo na sociedade com o progresso da automação, defendendo o uso do tempo livre de modo não utilitarista, mas lúdico (CARERI, 2013, p. 97-98).

Apesar da visibilidade conquistada nas diversas ações situacionistas que marcaram os acontecimentos de Maio de 1968, a I.S., depois de um grande fortalecimento, entrou em crise. O seu súbito reconhecimento atraiu muitos novos membros de vários países, tornando a organização cada vez mais complexa e praticamente incontrolável. Assim, a I.S. se dissolveu em 1972, um fim que para Debord seria o verdadeiro começo de uma geração situacionista (JACQUES, 2003, p. 18).

O PENSAMENTO URBANO SITUACIONISTA

O pensamento urbano situacionista foi baseado na ideia central de “situação construída”, (*Situation Construite*) entendida como um “momento da vida, concreto e deliberadamente construído pela organização coletiva de uma ambiência unitária e de um jogo de acontecimentos”, que permitiria realizar novos comportamentos e de experimentar

na realidade urbana os momentos de uma sociedade mais livre (CARERI, 2013, p. 98). Esta proposta fundamentou a teoria urbana crítica do grupo, o “Urbanismo Unitário” – UU (*Urbanisme Unitaire*), um conceito referente à criação coletiva de um espaço dinâmico, móvel, lúdico e vivido por seus criadores, que transcendia as atuais divisões sociais e espaciais e encontrando expressão na experimentação imediata e na luta política (PINDER, 2009, p. 148).

Entretanto, até chegarem neste estágio de reflexão, pode-se notar uma sequência na mudança de escala de preocupação e área de atuação do pensamento situacionista. De um interesse inicial em ir além dos padrões vigentes da arte moderna, propondo uma arte integral ligada à vida, o grupo logo percebeu que isso estaria em relação direta com o meio urbano. Em um primeiro momento, essas investigações se referiam à experiência da cidade existente como base para uma proposta de cidade situacionista.

Mas à medida que os situacionistas aprofundavam as suas experiências urbanas, eles abandonaram a ideia de propor cidades reais e passaram à crítica feroz contra o urbanismo e o planejamento em geral. Eles eram contra o monopólio urbano dos urbanistas e planejadores e a favor de uma construção realmente coletiva das cidades (JACQUES, 2003, p. 18-19). Os Situacionistas viam o urbanismo existente como uma das principais causas da alienação, e sua espacialização era a forma mais avançada da sociedade capitalista de consumo (STEVENS, 2009, p. 151-152).

Neste sentido, a I.S. chegou a uma convicção exatamente contrária daquela dos arquitetos modernos. Enquanto os modernos acreditaram, em um primeiro momento, que a arquitetura e o urbanismo poderiam mudar a sociedade, os situacionistas estavam convictos de que a própria sociedade deveria mudar a arquitetura e o urbanismo. Se os modernos chegaram a achar que a arquitetura poderia evitar a revolução, os situacionistas, ao contrário, queriam provocar a revolução, e pretendiam usar a arquitetura e o ambiente urbano para induzir à participação e para enfrentar a alienação e a passividade da sociedade.

Os situacionistas perceberam que não seria possível propor uma forma de cidade pré-definida, pois, segundo suas próprias ideias, esta forma derivaria da vontade de todos e não poderia ser ditada por um planejador. Qualquer construção dependeria da participação ativa dos cidadãos, o que só seria possível por meio de uma verdadeira revolução da vida cotidiana (JACQUES, 2003, p.19-20).

Desta forma, não existiu de fato um modelo de espaço urbano situacionista; o que existiu, foi um uso, ou apropriação, situacionista do espaço urbano, assim como uma forma situacionista de viver e experimentar a cidade. Posteriormente, o grupo ainda passou da ideia da revolução da vida cotidiana para uma revolução política propriamente dita, o que não deixou de se relacionar à questão urbana (JACQUES, 2003).

O RELEVO DOS AFETOS

De acordo com Thrift (2004, p.58), os conhecimentos sistemáticos sobre a criação e a mobilização dos afetos estão sendo empregados cada vez mais conscientemente, sendo parte de como as cidades são entendidas e governadas. O autor ressalta que não há uma “definição estável de afeto” (p.59), mas em todas as abordagens por ele apresentada em seu trabalho o “afeto é entendido como uma forma de pensar” (p.60).

Segundo Ben Anderson (2014, p.5) o termo “afeto” pode ser usado para descrever um conjunto heterogêneo de fenômenos que fazem parte de nossas vidas. Nesta perspectiva, o autor cita Sedgwick (2003), “Affects can be, and are, attached to things, people, ideas, sensations, relations, activities, ambitions, institutions, and any number of other things, including other affects” (SEDGWICK, 2003, p.19).

Como um ponto de partida para sua reflexão, Anderson (2014, p.9) recorda a definição mais geral de afeto, expressa por Deleuze (1988), para quem o afeto é uma capacidade corporal de afetar e ser afetado, onde um corpo pode, em princípio, ser qualquer coisa. A partir dessa afirmação duas características podem ser retiradas – a primeira é que as capacidades corporais para afetar e ser afetado surgem e se desenvolvem em conjunto; a segunda, é que o afeto está relacionado às capacidades e não às propriedades existentes do corpo. Além disso, mesmo que os afetos sejam mediados por relações que os fazem emergir, as capacidades de um corpo nunca são determinadas por elas.

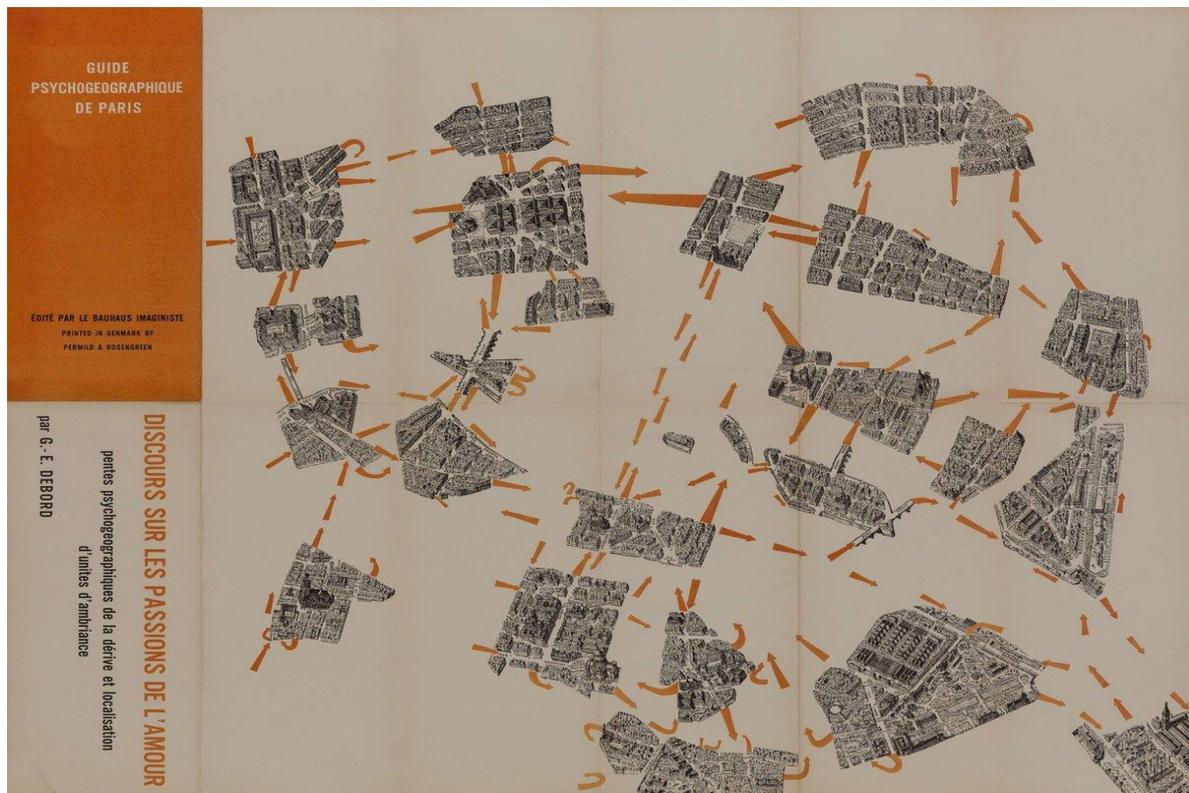
Para compreendermos e descrevermos como a vida afetiva é organizada, e possuir um modo de engajamento adequado, precisamos reconhecer os múltiplos processos de mediação e entender como eles entram em relação (ANDERSON, 2014). Diante das várias maneiras dos afetos serem ordenados, destacamos os estudos situacionistas da psicogeográfica (*psychogéographie*) como uma das formas de se buscar compreender os processos de mediação da vida afetiva, por meio de suas derivas e na elaboração gráfica de “cartografias de influência”.

CARTOGRAFIAS PSICOGEOGRÁFICAS

Segundo Careri (2013), desde as primeiras deambulações situacionistas, já nascia a ideia de formalizar a percepção do espaço em mapas influenciadores ou ainda compreender as “pulsões que a cidade provoca nos afetos do pedestre” (p. 82). Esta visão seria reencontrada nas cartografias situacionistas.

Foi Debord quem realizou o primeiro mapa psicogeográfico situacionista, em 1957: “*La Guide psychogéographique de Paris*” – um mapa dobrável para ser distribuídos aos turistas. A intenção era convidar o turista a perder-se, ao seguir as setas que unem as unidades de ambiência (CARERI, 2013, p. 92) (Figura 01).

Figura 01. *La Guide psychogéographique de Paris*

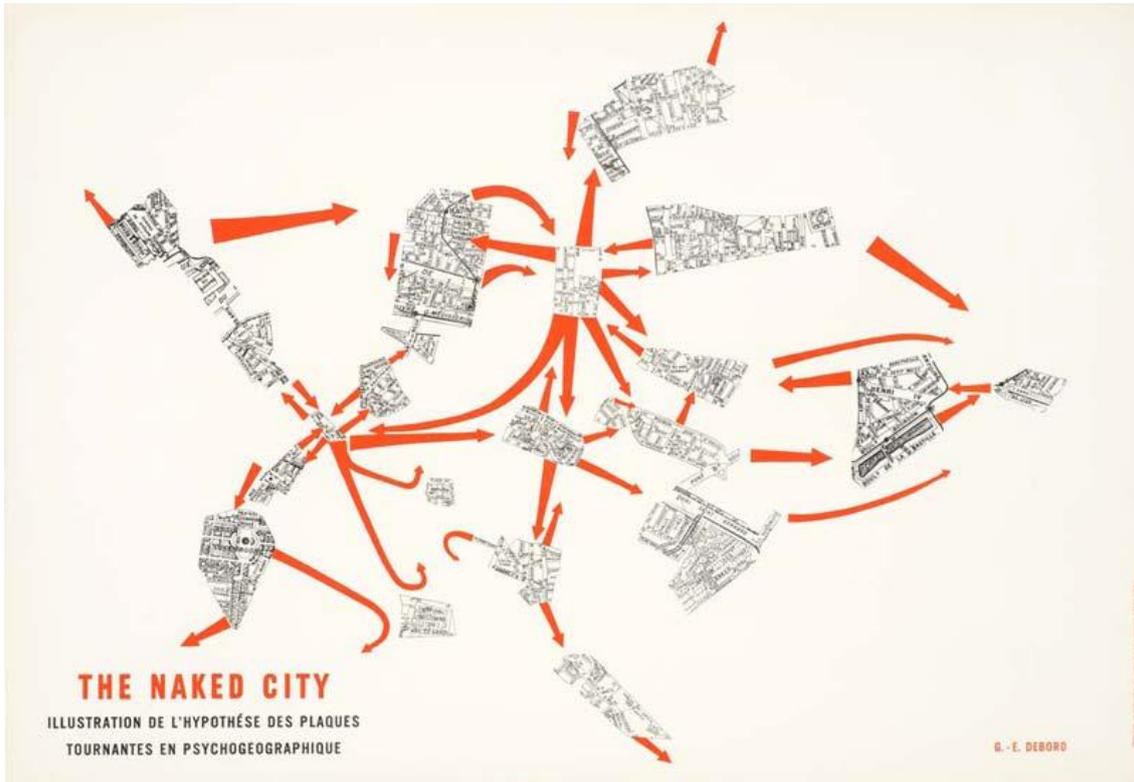


Fonte: DEBORD, G. 1957.

Naquele mesmo ano Debord publica outro mapa, “*The Naked City, illustration de l’hypothèse des plaques tournantes*”, podendo ser considerado a melhor representação gráfica do pensamento urbano situacionista (Figura 02). Composto por vários recortes do mapa de Paris em preto e branco, representativos das unidades de ambiências, assim como setas vermelhas que indicam as ligações possíveis entre essas unidades. A distribuição

aparentemente aleatória não corresponde à localização da cidade real, mas à organização afetiva desses espaços a partir da experiência da deriva (JACQUES, 2003, p. 23).

Figura 02. The Naked City, illustration de l'hypothèse des plaques tournantes



Fonte: DEBORD, G. 1957.

Os bairros descontextualizados são expressos como continentes à deriva, como terrenos que se atraem e rechaçam, reciprocamente, por meio da contínua produção de tensões afetivas desorientadas. Tanto as delimitações, como as distâncias entre as placas e a espessura dos vetores são resultados dos estados de ânimo experimentados (CARERI, 2013, p. 92).

Estes mapas situacionistas ilustravam uma nova maneira de apreender o espaço urbano a partir de sua experiência afetiva, ao levar em consideração aspectos sentimentais, psicológicos ou intuitivos, que muitas vezes caracterizam melhor determinados espaços do que os simples aspectos físicos ou morfológicos (JACQUES, 2003, p.24).

A brusca mudança de ambiência numa rua, numa distância de poucos metros; a divisão patente de uma cidade em zonas de climas psíquicos definidos; a linha de maior declive – sem relação com o desnível – que devem seguir os passeios a esmo; o aspecto atraente ou repulsivo de certos lugares; tudo isso parece deixado de lado. Pelo menos, nunca é percebido como dependente de causas que podem ser esclarecidas por uma análise

mais profunda, e das quais se pode tirar partido. As pessoas sabem que existem bairros tristes e bairros agradáveis. Mas estão em geral convencidos de que as ruas elegantes dão um sentimento de satisfação e que as ruas pobres são deprimentes, sem levar em conta nenhum outro fator (DEBORD, 2003a, p.41).

Além disso, esses mapas permitem traduzir a evolução de nossos atos, sendo a representação de um “itinerário” (BESSE, 2014, p. 204). Eles relatam as experiências situacionistas com o movimento e enfatizam que as cidades são experienciadas sucessivamente no tempo e por sujeitos reais, cujos movimentos são guiados pelas atrações e repulsões de atmosferas particulares (STEVENS, 2009, p. 154).

A DERIVA COMO PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A deriva (*dérive*) é uma atividade lúdica coletiva, que visa não apenas definir zonas inconscientes da cidade, mas também pretende investigar os efeitos psíquicos que o contexto urbano produz no indivíduo. Constitui-se como a construção e a experimentação de um modo alternativo de habitar a cidade, contrário às regras da sociedade burguesa, além de se colocar como a superação da deambulação surrealista, de modo a transformar a leitura subjetiva em um método objetivo de exploração da cidade (CARERI, 2013, p. 83-85).

Segundo Careri (2013 p. 89), a deriva é uma operação que aceita o destino, mas não se funda nele, de modo que possui algumas regras. Dentre elas, destacam-se: a divisão numérica mais recomendada consiste em pequenos grupos de duas ou três pessoas para que a análise conjunta permita chegar a conclusões objetivas; a duração média pode ser considerada como o tempo entre dois períodos de sono, com a ressalva que as últimas horas da noite podem não ser muito adequadas; a influência de variações climáticas pode ser até propícia para a deriva, exceto em chuvas prolongas que a impedem absolutamente; e a extensão espacial pode variar desde uma quadra ou um bairro, até o conjunto de uma grande cidade e suas adjacências (DEBORD, 2003b, p.88-89).

Ademais, a própria deriva era tida pelos situacionistas como um modo de subversão da cidade (ANDRADE, 2003, p. 11). Ao nosso ver, isso se aproxima da visão de Certeau (2008), que entende o caminhar como um processo de apropriação do sistema topográfico, uma realização espacial do lugar, além de implicar relações entre posições diferenciadas de forças.

Desta forma, a partir da prática da deriva, proposta por Guy Debord (2003b), entendemos que há a possibilidade metodológica de apreender o espaço pela experiência, além de reconhecer as práticas cotidianas a partir do caminhar. Segundo o autor, a deriva ocorre quando:

Uma ou várias pessoas [...] estão rejeitando, por um período mais ou menos longo, os motivos de se deslocar e agir que costumam ter com os amigos, no trabalho e no lazer, para entregar-se às solicitações do terreno e das pessoas que nele venham a encontrar. (DEBORD, 2003b, p.87).

Conforme afirma Careri (2013), trata-se de se perder com a finalidade de conhecer, pois “quem perde tempo ganha espaço” (p.171). Assim, atentando-se às solicitações do local, a deriva proporciona uma vivência e experiência corporal no meio urbano, de modo que sua tarefa é compor a “cartografia influenciada que faltava até o momento” (DEBORD, 2003b, p.91).

A deriva é como a experiência desses relevos, dessa morfologia dos espaços urbanos. Mas é também uma experiência provocada, uma experimentação que tem o poder de revelar os valores próprios, os ambientes e as significações dos meios atravessados e percorridos. A deriva comporta, nesse sentido, uma parte ao mesmo tempo crítica e projetual: apresenta uma cartografia alternativa dos mundos urbanos, reconfigura os espaços da arquitetura e do urbanismo a partir daquilo que se pode chamar de consideração das zonas de intensidade afetiva que os constituem. É efetivamente outra cartografia da realidade que é proposta aqui, relativamente à revelação de outro espaço urbano (BESSE, 2014, p. 220).

Assim, pela elaboração de uma cartografia influenciada psicogeográfica, é possível mapear as diferentes “unidades de ambiência” com base nos comportamentos afetivos reconhecidos durante a experiência no local, ressaltando os “principais eixos de passagem, suas saídas e suas defesas”, como também “as distâncias que separam efetivamente os lugares de uma cidade” com suas “margens” mais ou menos extensas (DEBORD, 2003b, p. 90-91).

DERIVA NO CAMELÓDROMO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Como exercício prático da disciplina “*Emotions and Affect from a Spatial Perspective*”, foi decidido que faríamos uma deriva pelo Camelódromo da Praça da Bandeira de Presidente Prudente (SP). O local foi escolhido devido às suas características - um centro comercial que conforma um “labirinto de galerias” com seus corredores sobrepostos, nos quais são vendidos os mais variados produtos, desde aparelhos eletrônicos, lanches, roupas e até cortes

de cabelo. Localizado no centro da cidade, em uma praça histórica, possui diversos acessos e um grande fluxo de pessoas, e, conseqüentemente, de afetos em circulação. Margeia a antiga linha férrea, além de possuir a marcante presença de um viaduto.

Antes de irmos a campo, foi realizada uma preparação teórica em sala de aula, na qual foram elucidadas algumas questões básicas sobre este método de reconhecimento e apropriação do espaço urbano, assim como estabelecidas as “regras do jogo”: teríamos aproximadamente uma hora e meia para realizar a experiência; deveríamos nos restringir aos limites físicos da praça; e poderíamos nos dividir para ampliar o número de experiências.

Assim, após o exercício, retornaríamos para a faculdade e discutiríamos em sala de aula as apreensões realizadas. Abaixo seguem descrições das experiências, e, posteriormente, algumas das reflexões sobre esta abordagem realizada juntamente com todos os alunos da disciplina.

DESCRIÇÃO DAS EXPERIÊNCIAS E PERCEPÇÕES

Era uma manhã nublada de sábado. Combinamos de nos encontrar na entrada do camelódromo. Tínhamos em mãos um papel com algumas perguntas norteadoras apoiadas no “vocabulário situacionista”, que sugeria que déssemos uma especial atenção aos “espaços de atração/repulsão”, às “unidades de ambiência”, aos “turbilhões, declives, limiares”, assim com a “coexistência de temporalidades”.

Logo após nos encontrarmos, seguimos caminhando pela parte externa das galerias. Devido ao tempo, o horário e o dia semana, não havia muitas pessoas transitando pelo local, se comparando com outros períodos. Em passos lentos, caminhamos observando as práticas espaciais e os comportamentos afetivos. Algumas lojas ainda estavam sendo abertas, e uma garoa começou a cair.

Conforme sugerido pela “Teoria da Deriva”, fomos nos deixando levar pelas solicitações do lugar e os encontros decorrentes. Logo passamos ao lado de um acesso subterrâneo, que levava ao outro lado da linha férrea, e, pouco depois, permanecemos alguns instantes sob a sombra do viaduto. Muitas lembranças de outras situações e sinergias vividas eram lembradas ao longo do caminho.

Quando chegamos próximos ao estabelecimento da “Junta do Serviço Militar” nos deparamos com algumas pessoas dormindo sobre colchões, que consideramos como em “situação de rua”. O desenho do local não levava muitas pessoas a circular naquele trecho, o

que permitiu que ali fosse um local propício para que eles permanecessem. Um pouco adiante, sentimos um forte cheiro de urina, que nos incomodou e afastou (Figura 03).

Em seguida, nos dirigimos para a parte interna do camelódromo. Neste momento começamos a sentir os mais variados odores e aromas. Dentre eles, destacou-se o de “plástico” de uma loja de calçados. O grupo resolveu se dividir para seguirmos os mais diversos caminhos possíveis. Naqueles corredores, as vendedoras (em sua maioria eram mulheres) sempre nos abordavam tentando nos atrair para as lojas – “Posso ajudar?”. Isso acontecia especialmente se houvesse o cruzamento de olhares (Figura 04).

De fato, como estávamos em um grupo de 5-6 pessoas, nossa presença era marcante por ali (Figura 05). Isso era mais facilmente notado quando conversávamos com os comerciantes ou clientes.

Figuras 03. Espaço de repulsão.



Figura 04. Espaço de atração.



Fonte: Acervo da disciplina. 2018.pesquisadores

Figuras 04. Influência dos pesquisadores.



Fonte: Acervo da disciplina. 2018.

Como a chuva persistiu durante todo o nosso caminho, ficamos ainda mais restritos ao perímetro das galerias. Percebemos que isso também limitou o espaço das lojas, especialmente as de alimentação, que costumam espalhar cadeiras e mesas pela praça (Figura 06). Também não encontramos algumas “presenças”, como os vendedores de artesanato, que normalmente permanecem em uma área semidescoberta sob as árvores (figura 07).

Figuras 06 (esquerda) e 07 (direita). Influências climáticas.

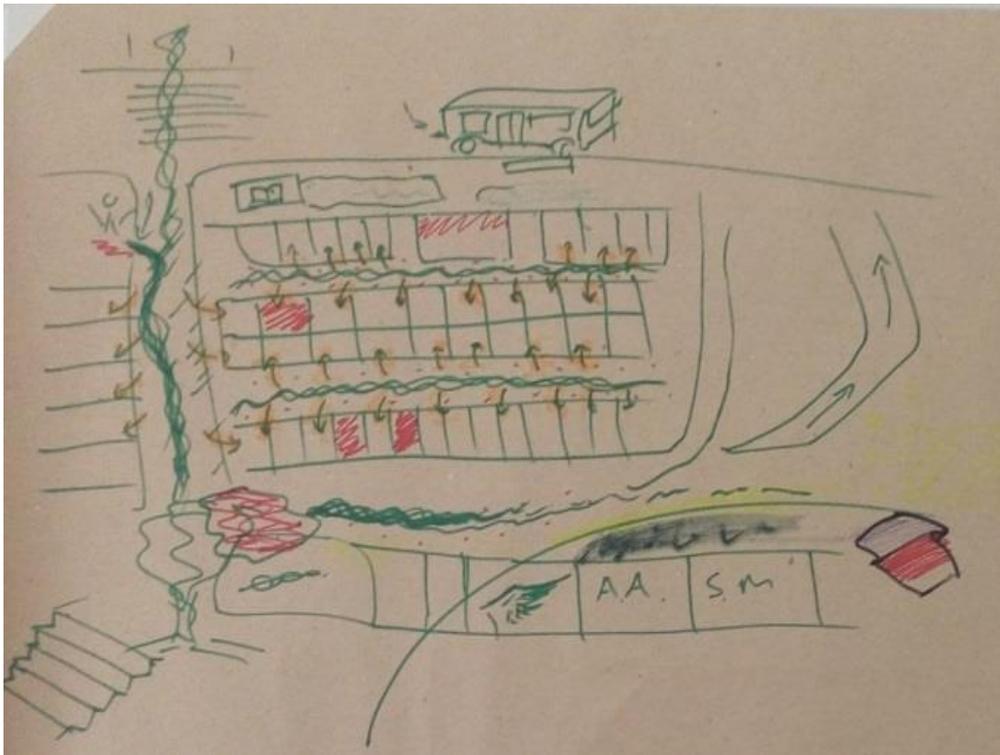


Fonte: Acervo da disciplina. 2018.

Assim, depois de nos deixarmos perder por cerca de pouco mais de uma hora por aqueles corredores, voltamos para a faculdade.

Após as experiências em campo e a coleta de dados, continuamos com a dinâmica em sala de aula. A partir de uma reflexão sobre os espaços afetivos, realizamos como “produto” da atividade uma cartografia psicogeográfica (Figura 8), tendo como referência os mapas situacionistas.

Figura 08. Cartografia Psicogeografia do Camelódromo.



Fonte: Elabora na disciplina. 2018.

Neste mapa buscamos representar as diferentes percepções e sensações que tivemos ao longo da experiência do trabalho de campo. Demarcamos alguns pontos de referência física-visual, como a presença do viaduto, das árvores e os perímetros da galeria e da praça. Também ressaltamos os acessos principais para os pedestres. Tendo como fundo estes limites, delimitamos os locais onde nos sentimos mais atraídos ou repelidos. As setas de cor laranja ilustram os impulsos de atração, enquanto as linhas verdes mostram os momentos de permanência durante o percurso e a mancha amarela demarca o local de repulsão (cheiro de urina).

DISCUSSÕES E REFLEXÕES SOBRE O MÉTODO DA DERIVA

Ao refletirmos sobre as dificuldades encontradas, assim como as possibilidades que se abrem com a utilização do método da deriva, algumas questões de ordem epistemológica e metodológica foram levantadas: uma primeira reflexão envolve as formas de representar e registrar as experiências da deriva. Por exemplo, a necessidade da explicação anterior demonstra uma limitação da cartografia enquanto um mapa parcialmente subjetivo. Pensar em ir além do mapa como representação do relevo psicogeográfico pode possibilitar resultados ainda mais potentes.

Neste sentido, trabalhos etnográficos como o de Yi'En (2014), que apresentam técnicas de coleta de dados, como o caminhar, a fotografia, as gravações de vídeo e as anotações de campo, e suas implicações na pesquisa sobre os espaços urbanos, contribuem para enriquecer os levantamentos e criar outras formas de representações psicogeográficas.

Além disso, também realçamos a questão sobre como representar a co-implicação entre as percepções dos usuários e a dos pesquisadores – é difícil supor que os limites, os eixos, as unidades de ambiência, assim como os espaços de atração e repulsão possam ser representados da mesma maneira e signifiquem a mesma coisa para todas as pessoas.

Uma segunda reflexão envolve questões práticas da deriva. No exercício realizado, o tempo chuvoso, a hora que nos encontramos, assim como o dia da semana (sábado), foram fatores importantes que modificaram as presenças que encontramos no percurso. Consequentemente, isso teve influência direta em nossa percepção e apreensão do espaço do camelódromo.

Embora no texto da Teoria da Deriva Guy Debord (2003b) diga que variações climáticas possam ser até propícias, o que podemos constatar é que existem mudanças nas experiências da deriva de acordo com essas influências. Neste sentido, um ponto importante se refere à necessidade de se realizar diversas derivas para se alcançar a “saturação” do reconhecimento afetivo do local.

No trabalho de Bassett (2004, p. 407), que apresenta o desenvolvimento de derivas por estudantes de geografia em Paris, foi verificado que diferentes experiências eram vivenciadas ao se fazer várias derivas na mesma área. Para o autor, isso se deve, em partes, a crescente familiaridade com a área, assim como pela procura de algo diferente para ser registrado.

Ao longo do percurso também observamos como as outras pessoas do grupo percebiam o espaço psicogeográfico. Isso reforça a sugestão de Debord (2003b) de se fazer derivas coletivas para que se chegue a “conclusões objetivas” (p. 88). Essa questão está estreitamente ligada com outro ponto colocado nas discussões - como lidar com aquilo que não se percebe enquanto determinado sujeito social construído culturalmente? Diferenças de gênero ou nacionalidade (como no caso do próprio professor que lecionou a disciplina) criam barreiras e/ou reações diferentes, o que pôde ser percebido nas sinergias ao longo do percurso.

Conforme Ahmed (2014), o que sentimos ao nos depararmos com uma atmosfera também dependem do nosso “ângulo” de chegada. Quando experimentamos uma atmosfera e ficamos tensos, esta reação afeta o que acontece em seguida, e as coisas se modificam. Além disso, podemos estar no mesmo ambiente, mas tendo percepções diferentes, por simplesmente estarmos “sintonizados” em coisas diferentes. O nosso “foco” influencia diretamente o que percebemos, pois nossos corpos também são orientados para aquilo em que projetamos os nossos sentimentos.

Fechamos nossa reflexão ressaltando que metodologicamente precisamos sempre deixar claro a nossa posição enquanto sujeitos culturais. Isto porque as barreiras que encontramos, e tudo aquilo que percebemos e sentimos são influenciados por quem somos, de modo que nossa presença também modifica o ambiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apresentamos ao longo do trabalho, as reflexões do Movimento Internacional Situacionista ainda se mostram pertinentes para desenvolver experiências afetivas em nossas cidades. Acreditamos que os estudos psicogeográficos, ao traçar os afetos que emergem e se organizam em suas elaborações gráficas, permitem que se entenda como os processos de mediação entram em relação. Associados a isso, também há descrições de como os afetos ocorrem e se expressam na vida cotidiana.

Segundo Jacques (2003), correntes de pensamento urbano tendem à espetacularização de nossas cidades contemporâneas, seja pelo congelamento (como a cidade-museu e a patrimonialização desenfreada), seja pela difusão (com a cidade genérica e a urbanização generalizada). Isso demonstra como o pensamento urbano situacionista, e

principalmente sua crítica ao urbanismo enquanto disciplina, pode ser visto hoje como um convite à reflexão, à autocrítica e ao debate.

De fato, muitas das ideias e práticas situacionistas passaram a ser adotadas e adaptadas de diversas formas desde o início dos anos 1970 (BONNET, 1999, p. 27). Elas foram utilizadas em diversos campos da sociedade, mas apenas em meados dos anos 80 e início dos 90 que suas influências se tornaram mais expressivas. De acordo com Pinder (2009, p.145), desde 1989, com uma série de exposições e publicações, os situacionistas se tornaram referência nos círculos da prática artística, na história da arte e da cultura e na teoria crítica.

Stevens (2009, p.155) também ressalta que a partir dos anos 1990 há um ressurgimento do interesse pelo pensamento situacionista pelos geógrafos urbanos, especialmente com enfoques metodológicos. Para Pinder (2009 p.145), este contínuo retorno se mostra importante, pois permite que se reflita sobre uma série de questões ainda atuais, como a sociedade do espetáculo, a exploração e contestação de espaços urbanos, assim como o utopismo em tentar imaginar e construir futuros urbanos emancipatórios.

Contudo, muito do trabalho situacionista também passou a ser “desviado” (BONNET, 1999, p. 27). Literaturas tratam suas visões da cidade e da vida urbana como mercadorias, intelectualizando, estetizando e despolitizando-as (STEVENS, 2009, p.155), além de fazerem de seus conceitos modismos dentro da mídia e dos estudos culturais, os quais diluem sua força crítica ao negligenciar suas raízes (PINDER, 2009, p.146).

Mesmo com esses desafios, Jacques (2003) ressalta que a reunião das ideias, procedimentos e práticas urbanas situacionistas ainda podem ser consideradas como um pensamento singular e inovador, que permitem inspirar novas experiências, interessantes e originais, de apreensão do espaço urbano. Conforme Bassett (2004, p.408), tais experiências podem nos envolvem de forma ativa, elevando a consciência dos lugares, de seus ritmos urbanos e de como vivenciamos os fenômenos da cidade. Ademais, permitem refletir sobre como lemos a cidade e como podemos representá-la, levantando questões epistemológicas e metodológicas.

Referências

- AHMED, S. Atmospheric Walls. In: **feministkilljoys**, 2014. Disponível em: <https://feministkilljoys.com/2014/09/15/atmospheric-walls/>. Acesso em 02 de março de 2019.
- ANDERSON, B. **Encountering Affect: Capacities, apparatuses, Conditions**. Farnham: Ashgate. 2014. P. 1-21.
- ANDRADE, C. R. M. de. Prefácio. In: JACQUES, P.O. (Org). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- BASSETT, K. Walking as an Aesthetic Practice and a Critical Tool: Some Psychogeographic Experiments. **Journal of Geography in Higher Education**. Vol. 28, p.397-410, 2004.
- BESSE, J.M. Paisagem, hodologia, psicogeografia. In: BESSE, J. M. **O gosto do mundo: Exercícios de paisagem**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ. 2014. P. 183-222.
- BESSE, J.M. Estar na Paisagem, Habitar, Caminhar. In: CARDOSO, I. L. **Paisagem e Patrimônio**. Lisboa: Dafne Editora. 2013. P. 33-53.
- BONNETT, A. Situationism, geography, and poststructuralism. **Environment and planning D: Society and space**. Vol. 7, p. 131-146, 1989.
- BONNETT, A. Situationist strategies and mutant technologies. **Angelaki**. Vol. 4, p. 25-32, 1999.
- CARERI, F. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: G. Gili, 2013.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2008. Vol. 1 (Artes do fazer)
- DEBORD, G. Introdução a uma Crítica da Geografia Urbana. In: JACQUES, P.O. (Org). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003a.
- DEBORD, G. Teoria da deriva. In: JACQUES, P.O. (Org). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003b.
- DELEUZE, G. **Spinoza: Practical Philosophy**. San Francisco, CA: City Lights Books. 1988.
- JACQUES, P.O. (Org). **Apologia da deriva**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- PINDER, D. Situationism/Situationist Geography. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. **International Encyclopedia of Human Geography**. Volume 10. Amsterdam: Elsevier. 2009. p. 144-150.
- SEDGWICK, E.K. **Touching Feeling. Affect, Pedagogy, Performativity**. Durham, NC: Duke University Press. 2003.
- STEVENS, Q. Situationist City. In: KITCHIN, R.; THRIFT, N. **International Encyclopedia of Human Geography**. Volume 10. Amsterdam: Elsevier. 2009. p. 151-156.
- THRIFT, N. Intensities of feeling: Towards a spatial politics of affect. **Journal Geografiska Annaler: Series B, Human Geography**. Volume 86, p. 57-78, 2004.
- YPEN, C. Telling stories of the city. Walking ethnography, affective materialities, and mobile encounters. **Space and Culture**. Vol. 17, p. 211-223, 2014.

1. Todas as definições situacionistas publicadas na revista IS n. 1 foram traduzidas na obra “Apologia da Deriva”, organizada por Paola Berenstein Jacques (2003).

2. Merece menção a tentativa renegada de Constant com a Nova Babilônia. A controvérsia sobre este projeto levou ao seu desligamento da I.S. em 1960 (JACQUES, 2003).

Sobre o autor – Informações prestadas pelos autores

Matheus Alcântara Silva Chaparim

Aluno regular do Mestrado Acadêmico em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGARQ) da UNESP. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2018).

Eduardo Romero de Oliveira

Doutor Possui em Filosofia pela Universidade de São Paulo (2003), Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (1995), Graduado em História pela Universidade Estadual de Campinas (1990). Atualmente é Professor Assistente Doutor da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.

Como citar esse artigo

CHAPARIM, Matheus Alcântara Silva; OLIVEIRA, Eduardo Romero de. Desafios metodológicos e reflexões na apreensão afetiva da cidade: a deriva como procedimento metodológico. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.60-80, jul, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6517>

Recebido em: 2019-05-15

Aceito em: 2019-07-04

A DIMENSÃO AFETIVA NA EXPERIÊNCIA URBANA: OS SENTIDOS DO HABITAR NA CIDADE CONTEMPORÂNEA

Rizia Mendes Mares

orcid.org/0000-0001-9332-8803

Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)

E-mail: rizziamendesmares@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6555>

Resumo

No período contemporâneo, verificamos uma ênfase na difusão de imaginários urbanos, pautados em um modo distintivo e fragmentário de viver a cidade tendo os muros como delimitador da sociabilidade urbana, a qual passa a realizar-se em enclaves. O que, em nosso entendimento, revela um conjunto de fatores imbuídos em uma produção prática do espaço como padrões comportamentais, relações afetivas, de valor e *status* social que aprofundam as desigualdades socioespaciais. Com o presente texto objetivamos refletir sobre a experiência urbana na contemporaneidade lida através das emoções e afetos incorporados e localizados no contexto da vida cotidiana. Para tanto, a proposta metodológica direciona-se no sentido de tornar cognoscível as representações e simbolismos dessa experiência no espaço urbano com o uso de mapas afetivos. Uma metodologia baseada em mapas abstratos e metáforas como recursos de apreensão dos afetos. O debate aqui proposto ancora-se, sobretudo, em uma revisão bibliográfica e nos indica que a experiência urbana a partir dos novos habitats, expressa a desigualdade presente na realidade brasileira e mostra-se como uma forma de enfraquecimento da experiência urbana, condição que pode ser apreensível a partir de uma metodologia que privilegie a afetividade na dinâmica socioespacial permitindo uma leitura mais subjetiva da experiência urbana.

Palavras-chave: Geografia Emocional; Fragmentação Socioespacial; Mapas Afetivos; Diferenciação Socioespacial; Cotidiano.

THE AFFECTIVE DIMENSION IN URBAN EXPERIENCE: THE SENSES OF HABITAT IN CONTEMPORARY CITY

Abstract

In the contemporary period, we noticed an emphasis on the diffusion of urban imaginaries, based on a distinctive and fragmentary way of living the city, with the walls as a delimiter of urban sociability, which happens to take place in enclaves. What, in our understanding, reveals a set of factors imbued in a practical production of space such as behavioral patterns, affective relationships, value and social status that deepen socio-spatial inequalities. With the present text we aim to reflect on the urban experience in contemporaneity read through emotions and affectivity incorporated and located in the context of daily life. To that end, the methodological proposal is directed towards making the representations and symbolisms of this experience in the urban space knowable using affective maps. A methodology based on abstract maps and metaphors as resources apprehension of affections. The debate proposed here is mainly based on a bibliographical review and indicates that the urban

experience based on the new habitats expresses the present inequality in the Brazilian reality and shows itself as a way of weakening the urban experience, a condition that can be apprehensible from a methodology that favors the affectivity in the socio-spatial dynamics allowing a more subjective reading of the urban experience.

Keywords: Emotional Geography; Socio-spatial Fragmentation; Affective Maps; Socio-spatial Differentiation; Everyday.

LA DIMENSIÓN AFECTIVA EN LA EXPERIENCIA URBANA: LOS SENTIDOS DEL HABITAR EN LA CIUDAD CONTEMPORÁNEA

Resumen

En el período contemporáneo, verificamos un énfasis en la difusión de imaginarios urbanos, pautados en modo distintivo y fragmentario de vivir la ciudad teniendo los muros como delimitador de la sociabilidad urbana, la cual pasa a realizarse en enclaves. Lo que, en nuestro entendimiento, revela un conjunto de factores imbuidos en una producción práctica del espacio como patrones comportamentales, relaciones afectivas, de valor y status social que profundizan las desigualdades socioespaciales. Con el presente texto objetivamos reflexionar sobre la experiencia urbana en la contemporaneidad leída a través de las emociones y afectividad incorporadas y localizadas en el contexto de la vida cotidiana. Para ello, la propuesta metodológica se dirige en el sentido de hacer cognoscible las representaciones y simbolismos de esa experiencia en el espacio urbano con el uso de mapas afectivos. Una metodología basada en mapas abstractos y metáforas como recursos de aprehensión de los afectos. El debate aquí propuesto se ancla, sobre todo, en una revisión bibliográfica y nos indica que la experiencia urbana a partir de los nuevos hábitats, expresa la desigualdad presente en la realidad brasileña y se muestra como una forma de debilitamiento de la experiencia urbana, condición que puede ser aprehensible a partir de una metodología que privilegie la afectividad en la dinámica socioespacial permitiendo una lectura más subjetiva de la experiencia urbana.

Palabras clave: Geografía Emocional; Fragmentación Socioespacial; Mapas Afectivos; Diferenciación Socioespacial; Cotidino.

Introdução

*Não possuía mais a pintura de outros tempos.
Era um muro ancião e tinha alma de gente.
Muito alto e firme, de uma mudez sombria.
Certas flores do chão subiam de suas bases
Procurando deitar raízes no seu corpo entregue ao tempo.
Nunca pude saber o que se escondia por detrás dele
Dos meus amigos de infância, um dizia ter violado tal segredo,
E nos contava de um enorme pomar misterioso.
Mas eu, eu sempre acreditei que o terreno que ficava atrás do muro era um terreno abandonado!
(O muro. Manoel de Barros, 2013, p. 38)*

A prática socioespacial constantemente faz emergir novas elementos que estão além das determinações materiais, requerem um olhar mais apurado para o campo simbólico e subjetivo que não apenas dê conta de desvendá-la, mas também, tornar cognoscível o conteúdo imaterial. Surge, então, a questão: como expressar aquilo que está no âmbito das representações sociais?

Acreditamos que uma opção seja a escolha de metodologias que privilegiem aspectos mais subjetivos da relação entre sujeito e a cidade. Nesse sentido, o presente texto abordará, de modo objetivo, uma visão de sobrevoo sobre o uso de mapas afetivos, partindo do princípio de que a dimensão dos afetos e emoções podem ser reveladores do conhecimento, percepção e orientação do espaço, estimulando a reflexão sobre possibilidade de desenvolvimento de uma racionalidade ético-afetiva na cidade.

Defendemos a hipótese de que a dimensão afetiva faz parte de processos de diferenciação socioespacial, bem como, da experiência urbana vividas de modos distintos em diferentes espaços da cidade. A corrente da Geografia Emocional faz uma crítica à ausência na Geografia de uma comunicação e expressão da afetividade imbuída na vida cotidiana, sendo essa uma dificuldade da ciência que tendencialmente, negou os elementos afetivos. Ressalvando que as emoções não são fáceis de definir ou demarcar, nem tão pouco facilmente observadas e mapeadas, embora sejam a expressão da vida cotidiana.

No presente texto buscamos, a partir da hipótese delineada, refletir sobre as formas e processos socioespaciais contemporâneos expressivos das cisões, desigualdades e diferenciação socioespacial, centrando a análise nas novas formas de habitar e enclausuramento, o uso de espaços residenciais fechados.

Desse modo, o texto estrutura-se, além dessas notas introdutórias, de duas seções onde, na primeira, apresentamos elaborações teóricas em que pese o debate sobre a Geografia emocional e de como a dimensão dos afetos e emoções pode ser um viés analítico do processo contemporâneo de produção da cidade, justificando a grande ênfase em um estilo de vida mais restritivo e seletivo do ponto de vista da sociabilidade urbana e, que tem implicado em modos díspares de vivência na cidade, tendo como elemento modelador da experiência urbana o habitar.

Na segunda seção, apresentamos uma proposta metodológica que, em nosso ponto de vista, pode auxiliar na leitura desse processo de (des)construção da cidade a partir

dos novos habitats, que é o uso de mapas afetivos. Assim, a tentativa é de apresentar como o tão difundido discurso de medo se relaciona à metodologia de apreensão dos afetos como ferramenta de análise da experiência urbana. As contribuições objetivam uma síntese acerca da compreensão das práticas espaciais em uma cidade que, em tese deveria prevalecer as relações de coletividade, mas que caminha para um modo de vida cada vez mais fragmentário, individualista e seletivo.

A (des)construção da cidade: as práticas do habitar sob a perspectiva dos afetos e emoções

A proposta que colocamos em debate toma como perspectiva a dimensão dos afetos e emoções para a pesquisa geográfica. Entendemos tratar-se de um modo de apreender a espacialidade e temporalidade das emoções que permeiam a ação social. A chamada geografia emocional destacada por Bondi, Davidson e Smith (2005), aparece, nesse contexto, como um novo objeto de estudos, dado o pressuposto de que parte dos simbolismos que margeiam e interpenetram os lugares derivam da relação com o emocional.

Ressalta-se que a geografia emocional não está centrada no sentimento por si mesmo. Considera o envolvimento emocional com pessoas e lugares ao invés de pensar em seu distanciamento. De modo que a análise caminha na direção de se compreender a emoção, tanto teórico como empiricamente, mediando e articulando a dinâmica socioespacial (BONDI; DAVIDSON; SMITH, 2005).

Mediante esse enunciado queremos dialogar sobre a contribuição da dimensão dos afetos e emoções como um modo de apreender a afetividade imbuída na experiência do espaço na cotidianidade. Esse viés analítico nos permite trabalhar na hipótese de que as emoções integram o processo de diferenciação socioespacial, bem como são vividas de modos distintos em cada fragmento do tecido urbano.

Tal hipótese direciona-nos à interpretação de uma nova lógica de produção e experiência da cidade, por consideramos que a organização centro-periferia, até então prevalente na cidade, tem ganhado outros conteúdos e ações em virtude de um processo de desconstrução da cidade, agora difusa e dispersa. Processo apreensível não apenas do ponto de vista da forma, mas também, das representações e simbolismo que as preenchem. Trata-se de uma lógica fragmentária substitutiva do tradicional modelo centro-periferia em

que pese, ainda, a diferenciação e a desigualdade socioespacial como elemento fundante em tais lógicas de produção.

Os processos de modernização, desigualmente difundidos na América Latina de modo mais amplo e, no caso brasileiro, nosso recorte particular, nos impõe considerar as consequências sociais e impactos na experiência social e ação prática nos espaços de vivência. Nesse sentido, grandes são os desafios de se compreender a rapidez e simultaneidade das mudanças nas cidades, além de buscar novas estratégias analíticas e metodológicas que deem conta dessa nova realidade urbana, assim:

La emergencia de “nuevas” y expansión de “viejas” formas de desigualdad social en el contexto de los procesos de globalización, reestructuración e integración regional que atraviesan los países latinoamericanos, implica actualmente un desafío importante para las ciencias sociales. [...] Asimismo, resulta evidente que son necesarios nuevos conceptos e hipótesis de trabajo para analizar las características e impactos de estos procesos a escala local y nacional, en la medida en que los mecanismos de integración regional están dispersando fronteras y centros de decisión nacional, y globalizando intereses y perspectivas económicas, sociales, políticas y culturales. (VEIGA, 2000, p. 23).

Consideramos, então, que a produção da cidade contemporânea se expressa por complexas espacialidades e temporalidades, sobretudo, em uma escala mundial no pós Segunda Guerra Mundial (MARCUSE, 2003), lidas, segundo Soares (2006, p. 347) como “um amplo processo de reestruturação caracterizado pela ‘explosão’ das tradicionais formas de concentração urbana e pela emergência de novas formas espaciais”. Sob o efeito do processo de globalização, indica um estágio mais avançado do capitalismo com efetivo impulso nas décadas finais do século XX, de caráter universalizante das forças produtivas, imprimindo nessas cidades uma total redefinição em termos de distribuição de usos e conteúdos urbanos (SPOSITO, 2008).

Esse contexto de reestruturações permite-nos compreender o processo de urbanização contemporâneo e sua base material que é a cidade, essa, efetivamente transformada pelos movimentos da globalização que ultrapassam as escalas. Tal movimento de transformação atinge diversos níveis da cidade erigida para fins de acumulação, abarcando a vida cotidiana, que se desenrola sob as determinações do capitalismo. Leva-nos a refletir sobre as configurações do cotidiano, cada vez mais programado e tendendo a um padrão homogêneo no que tange às relações constituídas nessa dimensão, sobretudo, quando nos referimos ao plano do habitar.

Isso implica considerar que a produção dos espaços de habitação está intrinsecamente ligada à propriedade privada do solo urbano que, segundo Singer (1982), impõem como condição de ocupação desse, a posse de uma renda, o que não se efetiva, haja vista a manutenção da propriedade privada ancorar-se na contradição de que, para viabilizá-la é necessário a existência de uma força de trabalho como reserva, isto é, um número de cidadãos reivindicando pelo direito à moradia sem condições de pagar por um fragmento do solo urbano.

Além disso, há um contexto que favorece uma maior lucratividade ao capital financeiro e imobiliário como um déficit habitacional histórico na realidade brasileira, do ideário da aquisição da casa própria e, de modo mais evidente e crítico no contexto atual, do desejo de consumir produtos imobiliários que, para além da necessidade de habitar, constitui-se como representação de distinção e hierarquização social.

O que entendemos por novos produtos imobiliários atrela-se à ação do setor imobiliário em criar inovações condizentes com o contexto contemporâneo, na busca por outras fontes de lucro. Concordamos com Koch (2008), ao afirmar que a produção do espaço urbano tem expressado a busca de certos segmentos sociais pela diferenciação, como exemplo, a referência aos espaços residenciais fechados, o que, ao mesmo tempo, condiciona e é meio estratégico dos promotores imobiliários em associação com o poder público, na atração, seleção e venda de novos produtos imobiliários ressignificando o conteúdo da vida na cidade por alterar a experiência urbana. Bomfim (2010), ao fazer referência sobre a realidade excludente vivenciada na cidade, afirma:

O modelo de cidade mundial do planejamento estratégico, que tem como marca a construção de uma imagem de cidade para atrair investidores. A ênfase na imagem dificulta o processo de apropriação do cidadão na cidade. A apropriação por imagem induz à identificação, mas não promove a ação-transformação. (BOMFIM, 2010, p. 226).

Coloca-se, então, uma questão conflituosa ao plano do habitar e aos projetos urbanísticos com valor de troca, pois este não se encerra no ato de aquisição da moradia. Está além, trata-se do direito à cidade de modo ampliado considerando uma ação essencialmente política, mais consciente. O habitar, assim, teria como essencial uma força contra-hegemônica na medida em que está dialeticamente contrário ao movimento homogeneizante do capitalismo.

Bomfim (2010) afirma que um envolvimento do sujeito com a cidade, as possibilidades de intervenções e participação em movimentos coletivos reivindicatórios, *Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico), n. 12, v. 5, p. 82-98, jul/2019. ISSN: 1984-1647.*

solidários são fundamentais na construção de uma conscientização política. Para essa autora, um indicador da capacidade de ação e possibilidade do encontro é através da estima, isto é, trata-se da principal dimensão da afetividade expressa na experiência do espaço citadino. E coloca:

O encontro com a cidade significa descobrir formas de construção de uma ética que propicie ao habitante a interação entre as esferas íntima e pública, a convivência com o igual e com o diferente sem excluir, a superação de tese e antítese na compreensão da cidade como processo. O encontro é a participação e envolvimento dos cidadãos no movimento de transformação da cidade, quer seja nas decisões de gestão urbana ou em suas diversas formas de apropriação do espaço. (BOMFIM, 2010, p. 217).

Assim, podemos considerar o encontro como um acontecimento, um possibilitador de refazimento do cotidiano reinventando-o criativamente, o que dá chances, ainda que momentaneamente, de não reprodução das relações de exclusão (EGLER, 2000).

Se centrarmos a análise nos novos padrões de moradia, que implica em um encontro seletivo em um cotidiano programado, verificamos que o modelo de vida intramuros, muito propagado como o ideal de vida na cidade, ancora-se em fatores que estão além da estrutura concreta da casa. Perpassa um poderoso discurso de medo e insegurança o qual tem sido a referência na experiência urbana.

Hutta (2009) ao tratar do que chamou de política urbana do medo, chama atenção para os rebatimentos espaciais e sociais de tal formulação. Para esse autor, a questão de sentir medo ou sentir-se seguro ancora-se em um forte discurso de poder e controle sobre a cidade, condicionadora das relações de sociabilidade.

Acreditamos que não se trata do medo ou sentimento de insegurança per si, mas antes, uma condição para que grupos sociais de maior poder e controle definam o seu espaço de vivência. E, mais emblemático, o estabelecimento de relações de sociabilidade mais restritivas. Isto é, por detrás dessa retórica ideológica do medo há um desejo velado de exclusão de sujeitos não pertencentes à mesma casta social (MARES, 2016).

O reflexo desse elaborado discurso sobre insegurança impacta material e subjetivamente na forma urbana, pois esses sujeitos que escolhem viver fora da cidade ou, produzir uma cidade dentro de sua casa, traz rebatimentos não apenas para si, mas para o conjunto da sociedade que compartilha do mesmo espaço citadino, apesar de diferentes práticas e trajetórias (MARES, 2017).

Assim, construção do medo, do discurso de fuga da violência, reverbera na ação e uso do espaço citadino. Uma construção do sentido que se materializa e, vai além, naturaliza-se um discurso do medo que modifica a cidade ao criar sua própria espacialidade (BATISTA, 2003), e práticas específicas de uma experiência urbana que passa a realizar-se intramuros, dando ênfase e densidade ao enclausuramento em espaços privados.

Para Caldeira (2000) a associação da violência e do medo combinam-se a processos socioespaciais reverberando em mudança na estrutura social. Via de regra, os grupos sociais que se sentem ameaçados com a estrutura social vigente e de grande poder nas cidades, seja por causa de prática, mormente com referência no crime (os mais violentos), mas também, liga-se a questões étnicas e raciais, de classe, com referência negativa à população pauperizada.

Constroem enclaves fortificados (lazer, trabalho, moradia, consumo) que, ao mesmo tempo, legitimam e são legitimados pelo discurso do medo. O plano do habitar assume posição de destaque, pois, compreendemos que é o nível de ação principal que modula a vida cotidiana e a casa é bem expressiva da materialização do discurso do medo pela ênfase dada à inserção de objetos de segurança, como o muro, marcando os limites que separam a casa do mundo externo.

Durán (2008) pontua que a unificação tecnológica é contributiva de uma produção homogênea das cidades, isto é, tem-se cidades arquitetonicamente muito similares, contudo, internamente, estão se tornando cada vez mais segmentadas. Para a autora, o medo e a violência são parte desse projeto arquitetônico urbano, quando afirma:

No hay mayorías estables, sino un rompecabezas de minorías y fragmentos, un orden coyuntural que estalla ocasionalmente en desórdenes o disturbios callejeros. El mercado y la policía son las dos fuerzas que disciplinan la ciudad, y el miedo y la violencia forman parte tan intrínseca de la vida cotidiana que se inscriben en el diseño arquitectónico y urbano. (DURÁN, 2008, p. 27).

Vemos que a lógica de implantação de espaços residenciais fechados expressa, em maior ou menor grau, problemáticas urbanas reveladoras de uma realidade extremamente desigual. Ao habitar são agregados outros conteúdos modificando sua função. Conforme Lindón (2006) a casa pode expressar novos padrões de consumo que viabiliza a acumulação do capital alterando, em uma via de mão dupla, tanto a vida privada, na medida em que atividades antes realizadas no centro urbano passam a integrar o interior da casa, como também, altera e transforma a experiência urbana, debilitando-a.

Esse novo modelo de habitar tensiona as relações de sociabilidade ao se relacionar com um movimento de expansão do tecido urbano, fomentando um processo mais profundo de separação que pode ser lido nas formas espaciais, no sentido da produção material da cidade, e no conteúdo social e simbólico atribuído a essas formas (LINDON, 2006), reveladoras do cotidiano citadino e experiência urbana. Isto é, a cidade contemporânea, dispersa e fragmentada, reforça a construção social de um modelo de vida intramuros, concomitantemente, a lógica fragmentária contribui para as formas de dispersão da cidade, não apenas do ponto de vista da estrutura urbana, mas também, da experiência e conteúdo das práticas espaciais.

Para Sposito e Góes (2013), há o reconhecimento de que trata-se de um processo que contém e sucede o de segregação (autossegregação), tornando mais densa as cisões nessas estruturas e, especialmente, as práticas espaciais dos cidadãos, combinados a novos elementos como a prevalência de uma policentralidade, conformação de territórios descontínuos dando origem a morfologias descontínuas territorialmente.

Essas mesmas autoras, acrescentam que há uma alteração da relação entre proximidade e contiguidade, dadas as melhorias no transporte e comunicação operando uma redefinição das interações espaciais e, de um aprofundamento da nova divisão técnica e econômica, das dimensões temporais, espaciais e sociais, haja vista, a existência de novos ambientes com fins de consumo de bens e serviços segmentados, diversificando e aprofundando os níveis de desigualdades socioespaciais (SPOSITO; GOES, 2013). Um processo que pode ser compreendido desde as condições materiais como através das dimensões simbólicas e subjetivas, oriundas dos valores que modelam a vida urbana.

Essa ideia de enclaves fortificados impõe um modelo de vida urbana a partir do habitar, exemplificam a emergência de um novo padrão de organização das diferenças sociais no espaço urbano, produzindo outra sociabilidade densamente caracterizada de individualismo. Entretanto, não se trata necessariamente de uma limitação no quantitativo de pessoas com quem se interage, mas da pretendida anulação de um relacionamento com o outro, com desconhecidos o que é peculiar da vida urbana metropolitana.

O processo de expansão verificado na cidade contemporânea tem construído uma cidade diferente daquela compacta e concentrada, por meio do qual grupos sociais de maior renda tem se deslocado e ocupado cada vez mais a periferia geográfica, o pode ser percebido pelos novos valores e significados atribuídos ao habitar. A interiorização da casa

é um fenômeno indicativo de um processo de desconstrução da cidade e reconstrução de imaginários urbanos (LINDÓN, 2006).

Para Egler (2000), vive-se processos combinados aos usos imediatos do espaço que, em uma perspectiva mais geral, podem ser apreendidos pela análise da divisão social do espaço, considerando o lugar que os diferentes grupos sociais ocupam no espaço citadino e da manifestação das relações de apropriação das condições de vida na cidade, o que nos permite considerar a relação entre identidades sociais e as desigualdades socioespaciais. Para a mesma autora:

Mais do que um processo que decorre direta e exclusivamente dos rendimentos econômicos, a relação social no espaço responde por uma complexa teia de instâncias, associadas a formas particulares, historicamente variáveis, de dominação. Certamente, as relações econômicas são as mais aparentes e claramente perceptíveis. Para nós, interessa, porém, observar as formas de dominação que se realizam, de maneira difusa e genérica, nas relações espaço-temporais vividas na cidade e que respondem à dominação especificamente simbólica. Pelas relações espaço-temporais se realizam fluxos imateriais, expressivos de como se observa, compreende e interage. Tais relações manifestam-se através de trocas seletivas e hierarquizantes. (EGLER, 2000, p. 207).

Nesse sentido, é importante considerar a subjetividade dos sujeitos, de suas práticas espaciais as quais estão intimamente ligadas às representações e simbolismos imbricados às formas urbanas. Combinam-se, então, diferentes modos de apreensão, como a dimensão dos afetos e emoções, levando em conta a identificação entre aqueles que habitam a cidade e, nessa cidade, onde moram esses sujeitos.

Ainda, que pela manifestação de emoções e afetos, conscientemente ou não, a geografia emocional pode ser uma ferramenta capaz de compreender os processos de produção e apropriação do espaço urbano, tendo a dimensão do cotidiano como uma lente que permita visualizar não apenas as relações de exclusão e desigualdades socioespaciais no movimento do real e simbólico entre os 'eus' e os 'outros', mas também, como possibilidade de superação dessa racionalidade com vistas à produção de outra cotidianidade.

A afetividade, assim, seria uma virtualidade, possibilitando outras formas de viver o cotidiano urbano, em que os sentidos das práticas espaciais possibilitadoras de uma transformação na cidade estariam atreladas ao desenvolvimento de potencialidades baseadas em um eixo integrador, a dimensão afetiva.

(Re)Construção dos sentidos do habitar: o uso de mapas afetivos na interpretação da experiência urbana

Nessa seção, buscaremos compreender como se relaciona o discurso de medo ou da insegurança urbana à proposta de apreensão dos afetos e emoções através do uso dos mapas afetivos. O foco é sobre o modo como os cidadãos têm experimentado o cotidiano, seus percursos e representações, em uma cidade (des) construída sob nova lógica de produção.

Conforme estamos debatendo, um modo de analisar a experiência urbana se dá pelo viés das emoções, elegendo a dimensão afetividade como categoria que relaciona as representações e simbolismos sociais no uso e apropriação do espaço urbano. Trata-se do desenvolvimento de uma metodologia de análise da cidade com base na estima pelo espaço cidadão e constitutiva da experiência urbana. Conceitualmente, o mapa afetivo:

Objetiva o conhecimento do ambiente como expressão do afeto e da orientação espacial. Pautados em imagens psicossociais. Revelam os significados do ambiente pelos afetos. Além dos aspectos da estrutura, incluem os aspectos metafóricos e abstratos. A representação da cidade permite o acesso à estrutura da cidade, mediada pela afetividade. É uma construção que se dá na inter-relação do pesquisador com o respondente, mediada por um instrumento de pesquisa. (BOMFIM, 2010, p. 223).

Enquanto um recurso metodológico, prioriza-se a recuperação da positividade das emoções para compreensão das questões sociais e superação da dicotomia emoção/cognição. O uso de mapas afetivos permite experimentar o cotidiano urbano a partir do ponto de vista do cidadão e pode ser, também, um modo de conhecer os modos de produção da cidade que influenciam no sentido da vida coletiva (BOMFIM, 2010).

Como eixos norteadores dessa proposta tem-se a cidade, afetividade e simbolismo. Para a supracitada autora, o significado da cidade expressa-se como sentimentos e corporeidade, pois, o corpo é entendido não apenas como acompanhante exterior às coisas, mas como um campo de afecção. O afeto como categoria de mediação da subjetividade: “Não só interagimos na cidade, mas formamos uma totalidade com ela, em que eu e o mundo, espaço construído e subjetividade, formam uma unidade pulsante.” (BONFIM, 2010, p. 51).

A cidade pressupõe a existência de identidades seja dos sujeitos ou do próprio espaço. Identidades que ganham concretude no discurso, materializando-se no espaço

construído sem, com isso, desconsiderar as subjetividades. O que impacta não apenas no planejamento urbano, como também no modo como o sujeito se apropria desse espaço.

Bomfim (2010) justifica que ter como referência o sentir na compreensão da cidade significa impor-se e estar implicado na experiência urbana cotidiana, tendo a emoção e o afeto como mediadores das construções e descobertas dos cidadãos. Acredita que o modo como o sujeito se relaciona na cidade já indica sua ação. Para a supracitada autora, a afetividade é um indicador de ética e cidadania.

Ao relacionar afinidades entre imagens da vida social e imagens da cidade, isto é, a relação entre simbolismo social e elementos espaciais, enfatiza que as estruturas sociais são suscetíveis aos efeitos da produção espacial e que é estrategicamente orientada por uma elite de poder, pois, são os principais agentes da urbanização criadores de modelos de consumo, habitação e lazer, colocando-os como referência para toda a população. Assim, sugere analisar os modos de vida e os modos de urbanização, como um método que abarque todas as dimensões: modos de vida, história, organização econômica, dimensões técnicas e sociais.

Adentrando mais especificamente à técnica, a metodologia de apreensão dos afetos tem o desenho e a metáfora como recurso imagético através dos quais busca-se apreender a dimensão do afeto, entendendo-a como expressão do simbolismo do espaço. Bomfim (2008) destaca que o uso de mapas afetivos não se restringe à visão de interação do indivíduo com o espaço enquanto lugar de inter-relações, mas, destaca o entorno como uma dimensão da identidade dos indivíduos.

Do ponto de vista categorial, os mapas afetivos representam a síntese do encontro do cidadão com o espaço urbano, algo que não é facilmente apreensível. Logo, com base no desenho, isto é, uma projeção da cidade do ponto de vista do habitante, a metáfora recurso linguístico de linguagem figurada indicadora dos afetos, ambos assentados na vivência dos sujeitos emersos no cotidiano cidadão, revelam os subtextos da experiência urbana.

Os instrumentos geradores dos mapas afetivos são, assim, o desenho e a metáfora associado à linguagem escrita dos sujeitos participantes da pesquisa. No que se refere ao desenho, é o ponto inicial da técnica, possibilita um momento de sensibilização para expressão de emoções e sentimentos e a representação traduz a dimensão afetiva do desenho. Quanto à metáfora, seu uso está para além da cognitividade, busca uma relação

mais íntima entre o pesquisador e o sujeito participante e é entendida como recurso de síntese. A escrita conclui o processo como expressão da dimensão afetiva (o subtexto). Todos esses recursos integram um questionário administrado individualmente sobre o espaço (cidade) que se deseja investigar (BOMFIM, 2010).

Objetivamente os elementos que constituem o instrumento gerador dos mapas afetivos são os seguintes:

1. O desenho
2. O significado do desenho
3. Os sentimentos
4. As Palavras sínteses
5. O que pensa da cidade (Categorias: Agradabilidade, Pertencimento, Insegurança, contrastes)
6. Comparação da cidade: A Metáfora)
7. Caminhos percorridos
8. Perguntas sobre participação em associações
9. Características sócio demográficas.

No que se refere ao modo de análise das informações obtidas através do questionário, trata-se de uma análise de conteúdo categorial, ou seja, um processo de codificação e condensação que finaliza com a elaboração dos mapas afetivos. Essa técnica prioriza a análise qualitativa (partindo da análise de conteúdo categorial) e análise de subtextos (sentido e motivos).

O tratamento estatístico associado à análise qualitativa, utiliza uma escala elaborada a partir de quatro dimensões onde as respostas são organizadas com fins de diferenciação e síntese, resumidas no quadro 01 com as seguintes dimensões:

Quadro 01. Modelo de síntese do processo de categorização para elaboração do mapa afetivo da cidade						
Identificação	Estrutura	Significado	Qualidade	Sentimento	Metáfora	Sentido
nº sexo: idade: escolaridade: cidade: tempo de residência (quando não originário)	mapa cognitivo de Lynch: desenho de monumentos, caminhos, limites, confluências e bairros. metafórico: desenho que expressa por analogia o sentimento ou o estado de ânimo do respondente.	explicação do respondente.	atributos do desenho e da cidade apontados pelo respondente.	expressão do afetivo do respondente ao desenho e à cidade.	comparaçã o da cidade com alho pelo respondent e que tem como função a elaboração de metáforas.	interpretação dada pelo investigador à articulação de sentidos entre as metáforas da cidade e as outras dimensões atribuídas pelo respondente (qualidade e sentimentos).

A formação das imagens da cidade se dá pelo processo de articulação dos sentidos apreendidos através dos instrumentos geradores dos mapas afetivos expressos de modo sintéticos conforme quadro 02 a seguir:

Quadro 02. Modelo de imagens com os respectivos sentimentos que as representam		
IMAGENS (ordem de importância)	Qualidade as cidades de estudo	Sentimentos das cidades de estudo
Contrates		
Atração		
Destruição		
Agradabilidade		
Movimento		
Caixa de surpresas		

Essas dimensões podem ser usadas de modo comparativo se tiver mais de um objeto para comparação. No estudo da cidade é importante contextualizar o processo de estruturação que a conformou. Bomfim (2010) defende que a estrutura urbana influencia a relação do sujeito com o espaço citadino e promove a formação de imagens e significações acerca da cidade vivida, haja vista, a imagem expressa pelo citadino resulta de um processo histórico. Logo, em se tratando de análise comparativa, a técnica pode identificar diferenças e identificações entre distintas as cidades.

Considerações para continuar o debate

No plano da cidade capitalista, a diferenciação socioespacial é condicionada pela dimensão econômica. Consequentemente funda-se na produção das desigualdades através de mecanismos e estratégias de reprodução do capital o qual revela e se vale da desigualdade produzida por esse sistema, alçando essa última como centro explicativo da diferenciação socioespacial na cidade contemporânea por operar como negatividade. E é no plano do habitar que a diferença surge como negatividade pelo conflito e lutas em prol do espaço.

O discurso do medo e da insegurança urbana e sua reverberação na forma-conteúdo da cidade contemporânea tem produzido um novo tipo de cidade, uma cidade sitiada o que implica em considerar a adaptação ou mesmo surgimento de novas práticas espaciais as quais podem ser vistas tanto como produto dessas novas dinâmicas de produção da cidade, como também, indutoras dessas.

Um ponto que pode ser destacado está no padrão de realização dessa dinâmica de produção da cidade, isto é, dos grupos que se apropriam diretamente do discurso do medo e da violência cria estratégias de proteção, controle e, sobretudo, evitação do outro, do diferente. Pois, especialmente em se tratando da realidade brasileira, a elite econômica e política é que se coloca como principal vítima da insegurança urbana, sendo o grupo que tem vivido “assustado” nas grandes cidades e para a qual, os projetos urbanísticos têm se voltado em produzir um “mundo particular”.

Exemplos são percebidos através de novas formas de habitação, consumo, trabalho e lazer, considerados como enclaves fortificados tendo o muro como símbolo emblemático desse novo habitat urbano, ou seja, um modo da população dos estratos médios e altos de renda se refugiar da insegurança urbana. Outro padrão é que a apropriação do discurso da violência e do medo associa-se a processos socioespaciais o que, no plano mais amplo, vem resultando em profunda mudança na estrutura social das cidades, não restritas às grandes cidades.

É um discurso que tem implicado, também, nos projetos e operações urbanísticas, zoneamento urbano, haja vista, definirem as localizações de cada grupo social e cada função a ser desenvolvida por cada fragmento do espaço citadino. A influência no zoneamento e funcionalidade dos fragmentos do espaço citadino tem diversas motivações, seja do ponto de vista cultural, religioso, questões de saúde pública.

Contudo, são práticas ora de proteção, ora de evitação estão ligadas, mormente, às questões de classe, raça, origem, fatores expressivos em se tratando de Brasil em que os níveis de desigualdade são alarmantes, assim como o racismo, xenofobia e outras práticas discriminatórias perpassam o discurso e se materializam no espaço citadino. O discurso do medo e da insegurança urbana culmina não apenas em um processo de fragmentação espacial, mas também, das relações sociais.

A opção em investigar tais processos passa pela difícil necessidade de tornar inteligível os elementos que o constituem e, para tanto, o uso de metodologias capazes de não apenas compreendê-los, mas também, tornar cognoscível os sentimentos que integram a relação do sujeito com a cidade, ou seja, o conteúdo de sua experiência urbana, são imprescindíveis para melhor desvelar suas práticas.

Assim, importante e necessário se faz o uso de técnicas como a apresentada, os mapas afetivos. Nesse enfoque, a ênfase nos sinais emotivos e expressivos a serem destacados pelos cidadãos na representação imagética, dá condição de desenvolver um modo de intervenção no espaço urbano que possa não só ser lido, mas também visualizado com fins contributivos de maior compreensão da ação prática no uso e apropriação do espaço urbano.

Agradecimento

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pelo financiamento da pesquisa da qual deriva o presente texto (Processo: 2018/12685-1).

Referências

- BARROS, M. de. **Poesia completa**. São Paulo: LeYa, 2013, 480p. (1ª. Reimpressão).
- BATISTA, V. M. A arquitetura do medo e a estética da escravidão. In: **O medo na cidade do Rio de Janeiro**. Dois tempos de uma história. Rio de Janeiro: Editora Revan. “Prefácio”, Loïc Wacquant, 2003, p.203-221.
- BOMFIM, Z. Á. C. Afetividade e ambiente urbano: uma proposta metodológica pelos mapas afetivos. In: PINHEIRO, J. de Q.; GÜNTHER, H. (Orgs). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 253-280.
- BONDI, L.; DAVIDSON, J.; SMITH, M. Introduction. Geography's 'emotional turn'. In: BONDI, Liz; DAVIDSON, Joyce; SMITH, Mick. (eds). **Emotional Geographies**. Aldershot, England: Ashgate, 2005, pp. 1–17.
- Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico), n. 12, v. 5, p. 82-98, jul/2019. ISSN: 1984-1647.*

CALDEIRA, T. P. do R. **Cidade de muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Ed. 34. “Introdução”, pp. 9-12; Ch. 1: “Falando do crime e ordenando o mundo”, 2000, p. 27-39.

DURÁN, M. A. **La ciudad compartida**: conocimiento, afecto y uso. Madri: Ediciones SUR, 2008, 206p.

EGLER, T. T. C. Interação social no espaço urbano: encontro ou confronto. In: RIBEIRO, M. C. T. (Org.). **Repensando la experiencia urbana de América Latina**: cuestionamientos, conceptos y valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p.205-220.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: HUCITEC, 1980.

HUTTA, Jan Simon. Geographies of Geborgenheit. Beyond feelings of safety and the fear of crime. In: **Environment and Planning D27** (2), 2009, p. 251–273

KOCH, M. R. Condomínios fechados: as novas configurações do urbano e a dinâmica imobiliária. In: **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 99-116, fev. 2008. Disponível: <
<https://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/1582/1951>>. Acesso em 19/06/2018.

LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ártica, 1991.

LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. 4. ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LINDÓN, A. O bunker house e a desconstrução da cidade. Liminar. In: **Estudos Sociais e Humanistas**, vol. IV, não. 2 de dezembro de 2006, pp. 18-35 Centro de Estudos Superiores do México e da América Central San Cristóbal de las Casas, México.

MARCUSE, P. Cities in quarters. In: Bridge, G.; Watson, S. (orgs.). *A companion to the city*. Oxford: Blackwell Publishers, 2003.

MARES, R. M. **A produção do espaço urbano em Vitória da Conquista/BA: lógicas e práticas espaciais do lazer**. 170f. Dissertação (Mestrado em Pós-graduação em Geografia), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Presidente Prudente/São Paulo, 2016.

MARES, R. M. A Produção Social dos Espaços de Lazer: O Caso De Vitória da Conquista, Bahia-Brasil. **Revista Formação** (ONLINE) Vol. 1; n. 24, Jan-Abril/2017; p. 136-152. ISSN: 2178-7298. ISSN-L: 1517-543X. DOI: <https://doi.org/10.33081/formacao.v1i24.4664>

SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. MARICATO, Ermínia. (Org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 2ª edição, 1982, p. 21-38.

SOARES, P.R. Cidades médias e aglomerações urbanas: a nova organização do espaço regional no Sul do Brasil. In: SPOSITO, E.S.; SPOSITO, M.E.B.; SOBARZO, O. (Org.).

Cidades médias: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p.347-364.

SPOSITO, M. E. B. GÓES, E. M. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Urbanização da sociedade e novas espacialidades urbanas.

OLIVEIRA, Márcio Piñon de.; COELHO, Maria Célia Nunes.; CORRÊA, Aureanice de Mello. (et al). **O Brasil, a América Latina e o mundo:** espacialidades contemporâneas. Rio de Janeiro: Lamparina-FAPERJ, Anpege, 2008, v.II, p. 61-72.

VEIGA, D. Notas para una agenda de investigación sobre procesos emergentes en la sociedad urbana. In: RIBEIRO, M. C. T. (Org.). **Repensando la experiencia urbana de América Latina:** cuestiones, conceptos y valores. Buenos Aires: CLACSO, 2000, p.19-33.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Rizja Mendes Mares

Doutoramento no Programa de Pós-graduação em Geografia, na Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho-Campus de Presidente Prudente/SP. Mestra em Geografia pela mesma instituição (2016). Licenciada em Geografia pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB (2011). Pesquisadora junto ao Grupo de Pesquisa GAsPERR - Produção do Espaço e Redefinições Regionais e o Grupo de Pesquisas Urbanização e Produção de Cidades na Bahia.

Como citar esse artigo

MARES, Rizja Mendes. A dimensão afetiva na experiência urbana: os sentidos do habitar na cidade contemporânea. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.82-98, jul, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6555>

Recebido em: 2019-06-09

Aceito em: 2019-07-05

A FRAGMENTAÇÃO SOCIOESPACIAL E SUA RELAÇÃO COM AS DINÂMICAS AFETIVAS

Victor Chirillo de Oliveira Stoian
orcid.org/0000-0001-5731-0091

Universidade Estadual Paulista (| FCT-UNESO)
E-mail: victorstoian1@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6516>

Resumo

Este artigo traz uma reflexão sobre processos envolvidos na produção contemporânea das cidades médias e a sua relação com a dinâmica afetiva dos sujeitos sociais autossegregados. Partindo de uma leitura de afeto baseada na obra do filósofo Baruch Spinoza, buscamos dialogar com outros autores que relacionam aspectos da vida subjetiva às práticas espaciais dos cidadãos. O artigo está dividido em quatro partes. Na primeira parte, “Introdução”, apresentamos o tema ao leitor. Na segunda parte, trazemos o conceito de segregação e fragmentação socioespacial e sua relação com o medo. Na terceira parte, avançamos sobre a compreensão do medo como um dos principais afetos da vida contemporânea, sua relação com a autossegregação, a dinâmica afetiva correspondente e com uma certa sujeição que se submetem esses sujeitos sociais. Posteriormente fazemos uma reflexão de como os processos urbanos acima mencionados tem contribuído para uma homogeneização de aspectos da vida urbana que vão além do conteúdo material das cidades. E, por fim, apresentamos as considerações finais.

Palavras-chave: Fragmentação Socioespacial; Afeto; Medo; Dinâmicas Afetivas.

SOCIOESPACIAL FRAGMENTATION AND ITS RELATIONSHIP WITH AFFECTIVE DYNAMICS

Abstract

This article brings a reflection about the processes involved in the contemporary production of medium-sized cities and their relationship with the affective dynamics of self-segregated social subjects. From a affection reading based on the work of the philosopher Benedictus Spinoza, we seek to dialogue with other authors who relate aspects of subjective life to the spatial practices of the population. The article is divided into four parts. The article is divided into four parts. In the first part, "Introduction", we present the topic to the reader. In the second part, we bring the concept of segregation and socio-spatial fragmentation and its relation with fear. In the third part, we advance on the understanding of fear as one of the main affects of contemporary life, its relationship with self-segregation, the corresponding affective dynamics and with a certain subjection that are subject to those social subjects. Later, we reflect on how the urban processes mentioned above have contributed to a homogenization of aspects of urban life that go beyond the material content of cities. And, finally, we present the final considerations

Key words: Socioespacial Fragmentation; Affections; Fear; Affective Dynamics.

LA FRAGMENTACIÓN SOCIOESPACIAL Y SU RELACIÓN CON LAS DINÁMICAS AFECTIVAS

Resumen

Este artículo trae una reflexión sobre procesos involucrados en la producción contemporánea de las ciudades medias y su relación con la dinámica afectiva de los sujetos sociales autosegregados. A partir de una lectura de afecto basada en la obra del filósofo Benedictus Spinoza, buscamos dialogar con otros autores que relacionan aspectos de la vida subjetiva a las prácticas espaciales de los habitantes. El artículo está dividido en cuatro partes. En la primera parte, "Introducción", presentamos el tema al lector. En la segunda parte, traemos el concepto de segregación y fragmentación socioespacial y su relación con el miedo. En la tercera parte, avanzamos sobre la comprensión del miedo como uno de los principales afectos de la vida contemporánea, su relación con la autosegregación, la dinámica afectiva correspondiente y con una cierta sujeción que se someten a esos sujetos sociales. Posteriormente hacemos una reflexión de como los procesos urbanos arriba mencionados han contribuido a una homogeneización de aspectos de la vida urbana que van más allá del contenido material de las ciudades. Y, por último, presentamos las consideraciones finales.

Palabras-clave: Fragmentación Socioespacial; Afecto; Miedo; Dinámicas Afectivas.

Introdução

Na última década autores como Sposito (2011), Sposito e Goes (2013) e Dal Pozzo (2015) têm apontado para a presença do processo de fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas. Como fundamento da interpretação de tal processo, encontra-se a articulação entre ações de autoenclausuramento de amplos segmentos sociais em espaços residenciais fechados e a segmentação dos espaços de consumo de uma parcela da população de renda mais elevada, tendo como principais motivações o medo de uma possível ameaça de violência e a crença na incapacidade do Estado na resolução desse problema, transferindo tal incumbência para a indústria privada da segurança.

Essa dinâmica de organização espacial conduz para uma modificação dos afetos correspondentes ao espaço urbano. Além do próprio medo, há uma tendência de desenvolvimento de uma maior homogeneidade afetiva, seja pelas práticas espaciais, agora com uma forte clivagem de classe, como também da materialidade ou morfologia urbana.

Essas homogeneizações podem contribuir para uma retroalimentação do medo, afinal, agora o desconhecido é todo o resto da cidade. E os encontros, choque e interações

para modificação desses afetos passam a ser amortecidos pelos sistemas de controles e segurança presentes em determinadas áreas de autosegregação.

O medo, a segregação e a fragmentação socioespacial

A partir da década de 1980, seguindo uma tendência de outras cidades pelo mundo, se desenvolve em São Paulo um novo padrão de segregação socioespacial. Tendo como justificativa o medo de uma possível ameaça de violência, as camadas de renda mais elevadas optam por sair de bairros mais tradicionais em direção a um novo tipo de empreendimento imobiliário, aos “enclaves fortificados” (CALDEIRA, 2003). Segregação, que segundo Lefebvre (2002), diferentemente da diferenciação, deve implicar algum grau de ruptura entre os espaços de moradia de diferentes segmentos sociais, enquanto Castells (1978), tal processo aponta para homogeneidade interna dessas áreas de moradia.

Quem diz “diferença”, diz relações, portanto, proximidade-relações percebidas e concebidas, portanto, inserção numa ordem espaço-temporal dupla: próxima e distante. A separação e a segregação rompem a relação. Constituem, por si sós, uma ordem totalitária, que tem por objetivo estratégico quebrar a totalidade concreta, espedaçar o espaço urbano. A segregação complica e destrói a complexidade (LEFEBVRE, 2002, p. 124).

La segregación se refiere al proceso mediante el cual el espacio se hace homogéneo dentro de una unidad y se diferencia fuertemente respecto a unidades exteriores, generalmente según la distancia social derivada del sistema de estratificación (CASTELLS, 1978, p. 146).

Sposito e Goes (2013) conceituam esse processo como autosegregação, segundo o qual uma parcela da população que possui poder econômico para escolher o seu local de moradia, opta pelos espaços residenciais fechados.

Segregação e autosegregação seriam, dessa forma, facetas de um mesmo processo, uma vez que a distinção entre as duas proposições conceituais está no ponto de vista a partir do qual a separação se estabelece. No caso da segregação, é a maioria (no sentido político, econômico, cultural e religioso) que decide pela separação total ou relativa da minoria, submetida a essa condição por razões de diferentes ordens e, no caso das cidades latino americanas, sobretudo pela situação socioeconômica. No que se refere à autosegregação, é o grupo com melhores condições (brancos na África do Sul, mais ricos na América Latina etc.) que opta pelo isolamento em relação ao conjunto da cidade que, para eles, é o espaço dos outros e, portanto, não mais de todos. (SPOSITO; GOES, 2013, p.281).

Seguindo uma tendência das regiões metropolitanas, os espaços residenciais fechados passam a ser ofertado em diversas cidades do interior paulista, entre elas Presidente Prudente. Em seu anel periférico, muitos empreendimentos desse tipo passam a ser implantados próximos de áreas residenciais ocupadas por populações com menor nível de renda, o que confere maior complexidade a esses espaços, inclusive, problematizando as relações centro - periferia. Porém, tal proximidade não significa uma atenuação entre a separação desses cidadãos de diferentes extratos socioeconômicos, pois a presença de altos muros e todo aparato destinado à segurança, como cerca elétrica, concertina, câmeras de segurança, portaria 24 horas com controle de entrada e saída, etc., são os elementos imprescindíveis à sensação de segurança e ferramenta de marketing na valorização desse tipo de empreendimento em relação aos loteamentos abertos (DAL POZZO,2015).

[...] a ideia de segurança é um valor central que tem sido agregado ao produto imobiliário colocado ao dispor do mercado. Não importam o tamanho da cidade ou, os níveis de criminalidade efetivamente nela existentes, o discurso sobre a segurança é marcante na produção desses espaços. (SPOSITO; GOES, 2013, p.287).

A partir da implantação dos shoppings centers, essa tendência de separação entre as classes passa a moldar também a dinâmica do consumo. Enquanto as classes de maior nível de renda passam a utilizar os *shopping centers* e alguns eixos viários como principais espaços de consumo, o centro tradicional continua atendendo aos segmentos com menor nível de renda. Essa nova dinâmica no consumo aponta para uma tendência à fragmentação socioespacial, implicando mais que uma simples intensificação dos processos de diferenciação e segregação socioespacial, mas também, uma segmentação por classes no que diz respeito às práticas espaciais dos cidadãos, entre elas, principalmente, o consumo, mas também, o lazer.

A fragmentação socioespacial pode ser verificada, segundo Sposito e Goes (2013), a partir de 3 principais características presentes na cidade de Presidente Prudente: a primeira é uma redefinição dos papéis da área central, que perde parte de sua relevância como centro de consumo para determinadas classes sociais, fenômeno particularmente vinculado ao aparecimento dos *shopping centers*; a segunda é o aparecimento e crescimento dos espaços residências fechados; a terceira é complexificação do anel periférico da cidade, anteriormente destinados às classes mais baixas, passa também a abrigar os loteamentos fechados destinados às classes mais altas (SPOSITO;GOES, 2013).

podemos afirmar que a fragmentação socioespacial pôde ser vista em processo de constituição nas cidades estudadas (Marília, P. Prudente e São Carlos), tanto do ponto de vista material, como em suas dimensões mais subjetivas e simbólicas, por meio das práticas espaciais e dos valores que realizam, revelam e conduzem a vida urbana. (SPOSITO; GOES, 2013, p.300).

Caldeira (2003) apontou a sensação de medo como um dos elementos centrais para a justificativa de mudança dos segmentos de maior nível de renda para “enclaves fortificados” nas metrópoles, enquanto Sposito e Goes (2013) identificaram o mesmo movimento em cidades médias como São Carlos, Marília e Presidente Prudente. Porém, ambas afirmam que o medo está mais ligado à percepção dos moradores que aos índices de criminalidade dessas cidades, ressaltando o papel da comunicação de massas e da “indústria da segurança” na ampliação desse processo.

Para Caldeira (2003), os elementos que constituem a paisagem urbana são primordiais na compreensão do processo de autosegregação. Ela associa o “autoenclausuramento” das camadas de maior nível de renda nos “enclaves fortificados” a uma mudança do conteúdo paisagístico em determinados espaços da cidade de São Paulo, gerada a partir de uma alteração da relação entre a residência e a rua, ou seja, entre o espaço privado e o público. Nessa mudança se estabelece uma “estética da segurança” que, além do papel de proteção contra possíveis ameaças à segurança dos moradores, acaba por se transformar em elemento de distinção social e status.

Muros, cercas e barras falam sobre gostos, estilo e distinção, mas suas intenções estéticas não podem desviar nossa atenção de sua mensagem principal de medo, suspeita e segregação. Esses elementos, junto com a valorização do isolamento e do enclausuramento e com as novas práticas de classificação e exclusão, estão criando uma cidade na qual a separação vem para o primeiro plano e a qualidade do espaço público e dos encontros sociais que são neles possíveis já mudou consideravelmente. (CALDEIRA, 2003, p.297).

No trecho acima, Caldeira (2003) demonstra como a nova maneira de morar na metrópole paulista, em que prevalece uma morfologia urbana marcada pelo medo, pode impactar no recuo da cidadania e, em última instância, no recuo do ideal democrático de sociedade, pois esse depende da condição de que se reconheça como concidadãos os diferentes grupos sociais, ou seja, a alteridade e o reconhecimento do outro, é aspecto fundamental da cidadania. A diferença passa a ser vista como algo perigoso, que deve ser excluído ou segregado (BANNISTER; FYFE, 2001).

No entanto, cidades segregadas por muros e enclaves alimentam o sentimento de que grupos diferentes pertencem a universos separados e tem reivindicações irreconciliáveis. Cidades de muros não fortalecem a cidadania, mas contribuem para sua corrosão. Além disso, esse efeito não depende diretamente nem do tipo de regime político nem das intenções daqueles no poder, já que o desenho dos enclaves e muros traz em si mesmo uma certa lógica social. (CALDEIRA, 2003, p.340).

Diante disso, cabe ressaltar, que a produção da materialidade urbana tem se caracterizado por um mosaico de diferentes áreas com forte homogeneidade interna. Portanto podemos evidenciar o fato de que a fragmentação socioespacial se apresenta com uma homogeneização da materialidade urbana como já debatemos em trabalhos anteriores em Stoian (2017) e Stoian (2019). Tal característica será importante no desenvolvimento de nossos argumentos na terceira parte desse artigo.

Afeto, medo e sujeição

O conjunto de autores citados demonstram como a produção do espaço urbano nas últimas décadas, marcada pela segmentação socioespacial, está imbricada com o medo, e como resultante, tem-se a redução do encontro com a alteridade, assim como uma tendência de redução da cidadania. Portanto, ainda que o conflito entre agentes econômicos e sociais, entre as políticas públicas e estratégias privadas sejam componentes fundamentais para a compreensão do fato urbano, não se pode desconsiderar que as práticas espaciais dos cidadãos têm um componente subjetivo, inclusive para auxiliar na melhor compreensão das estratégias dos agentes privados.

É preciso destacar que a crítica social tem se caracterizado por um déficit em relação às questões ligadas a afetividade (SAFATLE, 2016), desse modo, a ação política e por consequência a criação das políticas públicas têm se baseado quase que exclusivamente na tentativa de convencimento racional dos agentes sociais, pautada na suposta autonomia decisória do indivíduo.

Compreendemos “afeto”, a partir da obra de Spinoza (2009), como efeito ou afecção. Este é produzido a partir de qualquer relação entre corpos. Um corpo pode ser material ou imaterial, parte de uma natureza absoluta que o autor entende por ser o próprio Deus. Sendo todo corpo existente uma extensão de Dele.

O déficit das relações de afecção na crítica social apontado por Safatle (2016) é também reconhecido por Thrift (2004), ao ressaltar a forte presença do afeto como elemento fundamental das cidades. Para o autor há três motivos em que essa negligência pode ser considerada um “crime”. A primeira se deve ao fato de que o afeto está presente na atmosfera urbana, tornando-se parte de um ciclo de reflexos. A segunda é que os conhecimentos ligados à afetividade estão sendo utilizados consciente e politicamente. E, por fim, porque os afetos são parte de como as cidades são entendidas e transformadas (THRIFT, 2004). Ele nos alerta para uma compreensão de uma microbiopolítica em que os afetos têm sido utilizados para a política de modo específico.

But what is being ushered in now is a microbiopolitics, a new domain carved out of the halfsecond delay which has become visible and so available to be worked upon through a whole series of new entities and institutions. This domain was already implicitly political, most especially through the mechanics of the various body positions which are a part of its multiple abilities to anticipate. Now it has become explicitly political through practices and techniques which are aimed at it specifically (THRIFT, 2004, p.67).

Nos distanciamos dessas críticas dialogando com autores de outros campos do conhecimento, entre eles Dunker (2015), que discute a relação entre a subjetividade dos cidadãos e os espaços residenciais fechados, utilizando esses espaços como uma metáfora para compreender uma sociedade que executa uma excessiva contratualização em busca de um ideal de felicidade. O agente político que controla a felicidade é o “síndico do condomínio”, ou seja, a felicidade passa a ser idealizada através de um conjunto de regras em um “espaço de excepcionalidade, erigido como defesa à barbárie exterior” (DUNKER, 2015, p.3).

A lógica do condomínio, elevada à dignidade de razão política indubitável e forma de vida universal, baseia-se, tanto em sua face liberal quanto em sua face disciplinar na administração do descontentamento. Ela funciona pela indução de uma espécie de descrença calculada das formas de racionalização da vida. Se a felicidade tornou-se um fato político depois de Napoleão, podemos dizer que o descontentamento tornou-se o mote de uma época que não mais aspira sacrifícios em nome de um futuro comum, apenas conforto. Uma época em que o agente do ato político torna-se realmente um síndico. (DUNKER, 2015, p.7).

Em duas das hipóteses colocadas por Bannister e Fyfe (2001), a explicação do medo na cidade pode dialogar com a reflexão de Dunker (2015). A primeira ao apontar o medo

como uma falta de controle de garantia de proteção do indivíduo seja por ele próprio ou por terceiros. E uma segunda em que o medo estaria conectado às características físicas e sociais do espaço urbano, ou seja, os espaços com menor familiaridade estariam mais propensos a gerar medo naqueles indivíduos. Em ambos os casos o controle do “síndico do condomínio” serviria para atenuar esses descontroles e o afastamento com o desconhecido. Para os autores,

Today, the politics of fear are played out in the urban landscape in perhaps less overt but no less sign cant ways. City streets, those sites and symbols of democratic protest and politics, continue to be a source of anxiety to those in authority fearful of challenges to the social order (BANNISTER E FYFE, 2001, p.811).

O medo que resulta nos efeitos acima mencionados é compreendido por Safatle (2016) como um dos afetos centrais da vida contemporânea, juntamente ao desamparo e a esperança. Para o autor as ações do homem são impulsionadas não pela racionalidade, mas pela reação às afecções. Para ele "há uma adesão social construída através das afecções", portanto, um "circuito de afetos" que é pano de fundo das ações do homem, de sua organização e "fundamento dos vínculos sociais". O Estado que deveria ser garantidor da segurança e mediador de conflito, coloca-se como um gestor da insegurança social (SAFATLE, 2016, p.14-18).

Se não é a adesão tácita a sistemas de normas que produz a coesão social, então devemos nos voltar aos circuitos de afetos que desempenham concretamente esse papel. Eles nos permitirão compreender tanto a natureza de comportamentos sociais quanto a incidência de regressões políticas, desvelando também como normatividades sociais fundamentam-se em fantasias capazes de reatualizar continuamente os mesmos afetos em situações materialmente distintas umas das outras. (SAFATLE, 2016, p. 16).

Os "circuitos de afetos", que permeiam a sociedade, impactam diretamente na construção do indivíduo e encerram a ideia de que estes são sujeitos autônomos em relação às próprias escolhas (SAFATLE, 2016). Neste sentido, somos colonizados por forças que utilizam esses afetos como forma de nos empurrar para os espaços residenciais fechados, como um tipo de servidão voluntária, em que um conjunto de regras condominiais se impõe como forma de assegurar a ideia de felicidade (MEJÍA, 2015).

A esperança e medo, segundo Spinoza, são amarras que nos prendem à uma compreensão do mundo de maneira inadequada, confusa e imprecisa (CHAUÍ, 1995). A

esperança e o medo são afetos que possuem a mesma base fundamental, pois estão no campo da projeção de um futuro imaginado, mas enquanto o medo é gerado por uma ameaça futura que comprometeria a segurança, a esperança é uma projeção futura de melhoria. Neste sentido, a esperança não colabora para a superação do estado de medo permanente (SAFATLE, 2016). “Eis por que a casta religiosa, visando manter o domínio sobre a alma supersticiosa, precisa estabilizar nossos medos e esperanças e impedir que mudem ou flutuem” (CHAUI, 1995, p.35)

Para que possa haver uma diminuição do medo como afeto é necessário o desenvolvimento de afetos que estejam fora de uma projeção futura, ou seja, afetos que colaborem para uma percepção ampliada do agora - o momento exato em que a vida acontece, afastando a necessidade das idealizações (SAFATLE, 2016). Portanto, é necessária uma abertura para a possibilidade de novos afetos e, por consequência, o afastamento de uma ordem conhecida garantida pelo “síndico do condomínio”. Ou seja, a possibilidade de ser afetado pelo desconhecido depende de um distanciamento do excessivo regramento.

Para Spinoza, a libertação desses dois afetos só poderia ocorrer a partir de um aprofundamento da racionalidade, desse modo se libertar das causas reais do medo e da esperança, pois ambos são frutos do desconhecido (CHAUI, 1995). Portanto, a conexão com novos afetos e o conhecimento produzido pelo intelecto faria o sujeito alcançar a razão adequada colaborando para a superação da necessidade desse tipo servidão voluntária produzida com a autosegregação.

Homogeneidades sociais, materiais e afetivas

Com os processos de segregação e fragmentação socioespacial a cidade tem se tornado um mosaico de áreas homogêneas internamente, com uma tendência de redução dos encontros entre sujeitos moradores dessas diferentes áreas. Essa homogeneidade ocorre tanto em seu conteúdo social como em parte da morfologia urbana, mais precisamente, nos elementos materiais que são os formadores das paisagens urbanas (STOIAN, 2019).

A paisagem urbana é a via pela qual o cidadão cria seus referenciais do que conhece como cidade. Em uma realidade paisagística de cidade segregada, essa compreensão do todo urbano fica cada vez mais comprometida. (STOIAN, 2019, p.14).

Ao mesmo tempo essa homogeneidade torna-se também restritiva de novos afetos correspondentes ao encontro entre os diferentes sujeitos sociais, e destes com as diferentes morfologias urbanas. Bannister e Fyfe (2001), ressaltam a importância de se preservar espaços da cidade em que possam haver encontros entre diferentes classes, raças, idades, religiões e culturas. Tal elemento é fundamental na formação da atividade crítica de discussão das instituições que mediam as organizações sociais. Os encontros são necessários para reduzir a desconfiança do diferente. Desse modo, todo o aparato de segurança pode contribuir para aumentar a sensação de segurança, mas também acabam gerando uma certa paranoia entre aqueles que vivem sob essa arquitetura defensiva (ELLIN, 1996, p. 153 apud BANNISTER E FYFE, 2001, p. 81).

Nossos argumentos dialogam com os de Caiafa (2002), que afirma ser nos espaços das grandes cidades que se tem uma oportunidade, e por vezes uma imposição, à possibilidade de ser afetado por estranhos. A autora ainda defende que é a partir de "colisões" com outrem que se constrói as diferenciações que possibilitam a comunicação, sendo outrem todos elementos que produzem efeitos de constituição de uma alteridade no próprio sujeito afetado.

A experiência com a variedade de estímulos nas ruas, com esses desconhecidos que cruzam nosso caminho - e com quem uma comunicação em alguns casos pode se estabelecer - modeliza afetos, perceptos, produz enfim, subjetividade. Para admitir os processos urbanos como componentes subjetivos é preciso conceber uma subjetividade fora do sujeito, em constante atualização e processualidade, à mercê de componentes heterogêneos (CAIAFA, 2002 p. 93-94).

Caiafa (2002) também destaca que estamos sujeitos a riscos e violências nas cidades, mas que a experiência com o diverso é uma possibilidade para a construção de novas identidades. Esta construção pode ser a chave para uma utilização do espaço urbano em que o medo se torna secundário na experimentação do aqui e agora.

Considerações finais

Podemos compreender, a partir das reflexões colocadas neste trabalho, que a segregação e fragmentação socioespacial podem ter diferentes implicações na vida urbana, desde uma redução na diversidade da morfologia urbana, passando pela diminuição na

integração entre diferentes sujeitos sociais, como uma retroalimentação do medo que justificaria a geração desses processos anteriormente descritos.

Portanto, diante de uma cidade cada vez mais fragmentada, em que as práticas espaciais se dão orientadas pelo medo e pela fuga daquilo que é diferente, torna-se necessário a ampliação de espaços que possam produzir novos afetos, a partir da integração de diferentes sujeitos sociais e o contato com maior amplitude de diferentes materialidades formadoras do espaço urbano.

A partir da compreensão desses novos afetos pelas mediações intelectuais, pode ser possível a ampliação das práticas espaciais que busquem a heterogeneidade e por consequência a elaboração de novos “circuitos de afetos”. E, por fim, a construção de novas possibilidades de identidade nos encontros com outrem.

Referências

- BANNISTER, J.; FYFE, N. Introduction: Fear and the City. **Urban Studies**, Vol. 38, n° 5–6, 807–813, 2001.
- CAIAFA, J. Comunicação e diferença nas cidades. **Lugar Comum**. Estudos de Mídia Cultura e democracia, n.18, p.91-102, nov. 2002 / jun.2003.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade De Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. 2ª Ed. São Paulo: Ed34/EDUSP, 2003.
- CASTELLS, M. **La cuestión urbana**. México: Siglo XXI, 1978.
- CHAUI, M. **Desejo, paixão e ação na ética de Espinosa**. Companhia das Letras, São Paulo, 2011.
- DAL POZZO, C. F. **Fragmentação socioespacial em cidades médias paulistas**: os territórios do consumo segmentado de Ribeirão Preto e Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2015. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.
- DUNKER, C. A Lógica do Condomínio ou: o Síndico e seus Descontentes. **Revista Leitura Flutuante**, V.1, São Paulo, 2015.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991. Trad. Rubens Eduardo Frias.
- MEJÍA, R. E. El miedo devora las almas: Subjetivación y “Comunidades” (Auto)confinadas en Brasil. Em: **IV Congreso Latinoamericano de Antropología**

'Lasantropologíaslatinoamericanas frente a un mundo entransición', Cidade do México, 2015.

SAFATLE, V. **Circuito dos Afetos:** Corpos políticos, Desamparo e o fim do Indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SPINOZA, B. **Ética.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, Pedro de A.; CORRÊA, Roberto L.; PINTAUDI, Silvana M. **A cidade contemporânea:** segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, 2013.

SPOSITO, M. E. B.; GÓES, E. M **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

STOIAN V. **Conectando Fragmentos:** da fragmentação socioespacial à intervenção urbanística em Presidente Prudente –sp. Presidente Prudente, 2017. Trabalho Final de Graduação (em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente.

STOIAN, V. Diferenças e Homogeneidades no conteúdo da paisagem urbana de Presidente Prudente. Em: **XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano (Enampur)**, Natal, 2019.

THRIFT, N. Intensities of feeling. **Geografiska Annaler**, p.57–78, 2004.

Sobre o autor – Informações prestadas pelo autor

Victor Chirillo de Oliveira Stoian

Mestrando em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Graduação em Administração - Instituição Toledo de Ensino (2010). Entre 2014 e 2016 participou da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe), e do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR), onde desenvolveu Iniciação Científica, com financiamento da FAPESP, na área da Produção do Espaço Urbano.

Como citar esse artigo

STOIAN, Victor Chirillo de Oliveira. A fragmentação socioespacial e sua relação com as dinâmicas afetivas. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.99-110, jul, 2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6516>

Recebido em: 2019-05-15

Aceito em: 2019-07-04

**CARTOGRAFIAS ALTERNATIVAS: CONTRIBUIÇÕES DO
PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS MATERIALIZADAS NO
ESPAÇO DAS ASSENTADAS RURAIS**

Larissa Araujo Coutinho de Paula

orcid.org/0000-0002-6585-7537

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

E-mail: coutinholacp@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6574>

Resumo

Almeja-se com este artigo, expor uma discussão teórica e resultados empíricos de experiência de pesquisa sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e suas consequências na vida de assentadas rurais associadas à Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), no assentamento Gleba XV de Novembro em Rosana (SP), relacionando-os com a metodologia de cartografias alternativas. O uso de cartografias alternativas possibilitou incluir mais ativamente as mulheres participantes da pesquisa na realização do trabalho, além de evidenciar de modo mais efetivo as conquistas advindas desta política para suas vidas, ao longo dos anos de participação, no contexto de seus lotes e suas espacialidades.

Palavras-chave: Programa de aquisição de alimentos; cartografias alternativas; assentadas rurais; Assentamento Gleba XV de Novembro; Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro.

**ALTERNATIVE CARTOGRAPHS: CONTRIBUTIONS OF THE FOOD
ACQUISITION PROGRAM MATERIALIZED IN THE RURAL
WOMEN'S SPACE**

Abstract

This article aims to present a theoretical discussion and empirical results of research experience on the Food Acquisition Program (PAA) and its consequences on the lives of rural settlers associated with the Organization of United Women of Sector II of Glebe XV de November (OMUS), at the Glebe XV de November settlement in Rosana (SP), linking them to the alternative mapping methodology. The use of alternative cartographies made it possible to include more actively the women participating in the research in the accomplishment of the work, as well as more effectively evidence the achievements of this policy for their lives over the years of participation in the context of their lots and their spatialities.

Keywords: Food acquisition program; alternative cartographies; rural settlements; Settlement Glebe XV de November; Organization of the United Women of Sector II of Glebe XV de November.

CARTOGRAFÍAS ALTERNATIVAS: CONTRIBUCIONES DEL PROGRAMA DE ADQUISICIÓN DE ALIMENTOS MATERIALIZADOS EN EL ESPACIO DE LAS MUJERES RURALES

Resumen

Se anhela con este artículo, exponer una discusión teórica y resultados empíricos de experiencia de investigación sobre el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y sus consecuencias en la vida de asentadas rurales asociadas a la Organización de las Mujeres Unidas del Sector II de la Gleba XV de Novembro (OMUS), en el asentamiento Gleba XV de Novembro en Rosana (SP), relacionándolos con la metodología de cartografías alternativas. El uso de cartografías alternativas posibilitó incluir más activamente a las mujeres participantes de la investigación en la realización del trabajo, además de evidenciar de modo más efectivo las conquistas derivadas de esta política para sus vidas, a lo largo de los años de participación, en el contexto de sus lotes y sus espacialidades.

Palabras-clave: Programa de adquisición de alimentos; cartografías alternativas; asentadas rurales; Asentamiento Gleba XV de Novembro; Organización de las Mujeres Unidas del Sector II de la Gleba XV de Novembro.

Introdução

Este artigo tem como objetivo apresentar considerações a respeito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) na vida de mulheres assentadas associadas à Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS), no assentamento Gleba XV de Novembro, em Rosana, extremo oeste do Estado de São Paulo (figura 01). O texto consiste num esforço de síntese de resultados parciais obtidos em pesquisa de doutorado sobre organizações de mulheres em assentamentos rurais do interior paulista.

No artigo em questão, procuramos elencar resultados que evidenciam a importância de políticas públicas para estas mulheres, no caso, o Programa de Aquisição de Alimentos, que desde 2016 vem sofrendo reduções orçamentárias significativas, comprometendo a continuidade do programa. Os resultados que discutiremos neste artigo dialogam com metodologias qualitativas, mais precisamente com a produção de cartografias alternativas.

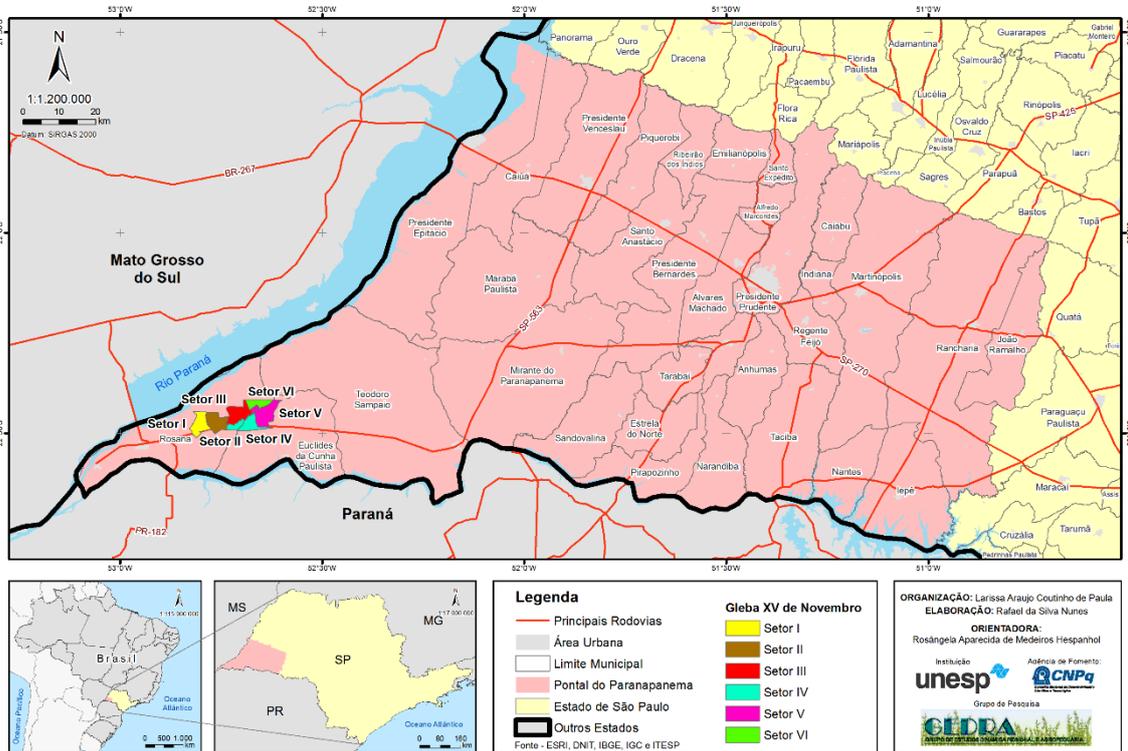
Enquanto geógrafos, somos bem familiarizados com os mapas e as projeções cartográficas nos acompanham desde que éramos estudantes de ensino básico, curiosos a imaginarmos o que havia além, sobre aquelas porções de terra que pairavam sobre a imensidão azul. Massey (2008) nos traz a terna lembrança de quando era criança e passava as

horas deitada sobre a cama brincando com o seu globo, certamente muitos geógrafos e geógrafas têm alguma recordação nostálgica parecida com esta.

Amo mapas – eles são uma das razões por que me tornei “geógrafa”. Eles nos transportam para longe, fazem com que sonhemos. No entanto, pode bem ter sido que, apesar disso, nossa noção de mapa tenha ajudado a apaziguar, a retirar a vida do mundo, como muitos de nós, mais comumente, pensamos sobre o espaço. Talvez nossos atuais mapas ocidentais, “normais”, tenham sido mais um elemento naquele longo esforço de subjugar o espacial (MASSEY, 2008, p.159).

Por mais que, ainda enquanto crianças, estejamos longe de compreendermos cientificamente em que consiste a cartografia, sabemos desde cedo que ela é uma representação da realidade. Segundo Seemann (2012, p. 74), o mapa não é o lugar. Mapas representam lugares, mas são apenas abstrações e reduções deles.

Figura 01. Mapa de localização do Assentamento Gleba XV de Novembro.



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Tuan (2013) salienta que temos uma habilidade espacial que é desenvolvida por meio de nossas atividades corriqueiras. A habilidade “é o que podemos realizar com o nosso corpo”. Segundo o autor, “o conhecimento espacial, embora acentue tal habilidade, não é necessário a ela” (p. 80). Nesse sentido, a habilidade espacial é essencial para a subsistência,

enquanto o conhecimento espacial, no nível da articulação simbólica em palavras e imagens, não é (p. 97).

Mais tarde, aprendemos que esta representação pode ser expressa a partir de diferentes projeções, de modo a valorizar ou desvalorizar determinadas regiões do mundo. Isso altera nossa visão de mundo, e assim vemos que a cartografia pode configurar-se enquanto uma estratégia política, para dar visibilidade a povos e espacialidades diferentes até então desvalorizados pela perspectiva hegemônica. Como ressaltou (TUAN, 2013), o mapa é a evidência incontestável do poder (p.100), a cartografia pode ser usada com fins políticos (p. 217).

Entendemos então, que a cartografia é uma ferramenta de poder e de cunho político. Assim, para além dos discursos obtidos por meio de entrevistas e grupos focais, essas mulheres podem representar cartograficamente seus espaços, de vivência e produção, de construção coletiva, demonstrando alterações e permanências nos mesmos, já que eles são as que melhor os conhecem, ajudando a nós, pretensos pesquisadores a conhecerem parcialmente suas múltiplas realidades.

Nossa pesquisa de campo se desdobrou em diferentes fases. Na primeira etapa realizamos entrevistas em profundidade com 9 (nove) integrantes da associação, além da observação participante. Este primeiro contato foi importante para conhecê-las melhor. As entrevistas buscavam detalhar quem eram aquelas mulheres, como ocorreu o processo de luta pela formação do assentamento, como viviam, como organizavam seu trabalho e produção, a participação em políticas públicas, enfim. No segundo momento procedemos com uma atividade por meio da qual as participantes da pesquisa pudessem representar com um desenho, as mudanças e práticas espaciais que tiveram antes e depois de participarem do programa. Percebemos assim, que apesar das limitações, o PAA gerou mudanças significativas na vida delas, de suas respectivas famílias, bem como do assentamento de modo geral.

Além desta introdução e das conclusões, o texto encontra-se dividido em mais três partes. Na primeira delas há uma breve explicação sobre o PAA e a participação das pesquisadas no programa. Na segunda parte, expomos discussões teóricas que nos embasaram a pensar nas possibilidades de cartografias alternativas. E por fim, na última parte, temos a apresentação e descrição do material cartográfico produzido pelas associadas.

A participação da Organização das Mulheres Unidas do Setor II da Gleba XV de Novembro (OMUS) no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

O Programa de Aquisição de Alimentos foi criado em 2003¹, inserido no rol de políticas do Programa Fome Zero, e consiste num canal institucional para a comercialização de famílias de pequenos agricultores, assentados e assentadas rurais, quilombolas, populações ribeirinhas e indígenas. O programa adquire alimentos “in natura” e manufaturados por meio de venda isenta de licitação. Além de possibilitar um pagamento para quem produz alimentos, o programa apresenta outra vantagem, a distribuição destes em projetos locais, escolas, creches, abrigos, albergues, hospitais, e diretamente para pessoas em situação de vulnerabilidade social e econômica, cadastradas em programas de assistência social, contribuindo para a redução dos índices de insegurança alimentar. Em termos estruturais o programa apresenta uma interligação de diferentes níveis de gestão política: municipal, estadual e federal, sendo uma política pública de multiescalar.

O programa estimulou a diversificação produtiva em áreas e regiões de predomínio de monoculturas, reduzindo a vulnerabilidade social dos agricultores, além de incentivar práticas agroecológicas, ao atribuir valor mais alto na comercialização de produtos agroecológicos (MIELITZ, 2013).

As associadas da OMUS participam da modalidade Compra para Doação Simultânea². Esta modalidade promove a articulação entre a produção de famílias de pequenos agricultores e as demandas locais de suplementação alimentar e nutricional, é operacionalizada pela CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) com recursos da atual Secretaria Especial do Desenvolvimento Social³. Nesta modalidade, as associações elaboram um projeto constando um cronograma com a entrega dos alimentos, se aprovado, recebem mensalmente o pagamento pelas entregas realizadas.

Em 2013 o governo federal tornou obrigatória a participação de, pelo menos, 40% de mulheres em cada iniciativa da modalidade de Compra com Doação Simultânea. Isso ocorreu em virtude da intensa participação de mulheres no programa, que muitas vezes era obscurecida, pelo fato de serem seus companheiros os cadastrados formalmente como participantes da política.

Acreditamos que o ineficiente auxílio do poder público municipal, associado às dificuldades e reduzidas formas de comercialização em mercados locais, como as feiras e

projetos envolvendo demais instituições, torna os programas de compras institucionais, como o PAA, uma estratégia de reprodução socioespacial extremamente importante para a OMUS. As assentadas da OMUS começaram a participar do PAA em 2011, passaram por dois anos (2015 e 2016) sem aprovação de projeto, devido a problemas de documentação, mas permanecem participando da política. Na tabela 01 é possível observar a dinâmica de participação da OMUS no PAA.

Tabela 01. Participação da OMUS no PAA.

Ano de Referência	Vencimento do projeto	Valor total (R\$)	Número de Participantes
2011	28/02/2012	160.740	38
2012	31/05/2013	88.830	74
2013	03/12/2015	495.997	80
2014	11/12/2016	526.500	81
2015	-	-	-
2016	-	-	-
2017	22/04/2020	200.000	26

Fonte: Portal de Transparência da Conab
Organização: da autora.

Em termos de alimentos produzidos e entregues na comercialização com o programa, observamos que estes apresentam grande variedade, sendo incluídos nos projetos de acordo com a sazonalidade. Os alimentos entregues ao longo dos anos de participação dividem-se em frutas (acerola, banana-nanica, mamão, manga, abacate, fruta do conde, graviola, jabuticaba, melancia, romã, caju, tangerina, jaca, limão e tomate cereja), legumes (abóbora, abobrinha, maxixe, jiló, quiabo, vagem, pimentão verde, chuchu, berinjela e pepino para pickles) verduras (couve, rúcula, repolho, espinafre, agrião, brócolis, e almeirão) e tubérculos (mandioca, batata doce, nabo, cenoura e inhame) e temperos naturais (cebolinha, salsa), cereais (milho verde), sementes (amendoim descascado) e ovos, além de produtos manufaturados, tais como: bolacha de nata, doce de leite, doce de mamão e polpa de frutas. Alguns destes alimentos podem ser visualizados no painel fotográfico a seguir.

Figura 02. Alimentos entregues em projeto da OMUS ao PAA



Fonte: Organização da autora.

Os alimentos eram diretamente entregues às creches e escolas públicas do município, associações locais de amparo à criança e ao adolescente, casa transitória do centro espírita, projetos de igrejas evangélicas, pastoral da terra. A partir de 2013, eles passaram a ser entregues ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rosana, que passou então a centralizar a distribuição deles.

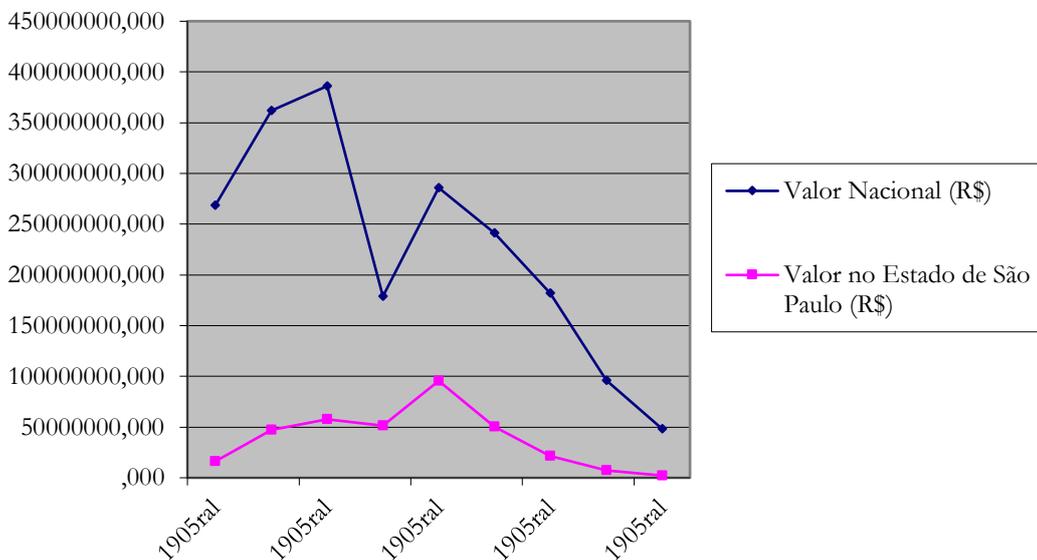
Vale ressaltar ainda, mudanças ocorridas no que se refere ao perfil das pessoas que participaram do programa por meio da associação. A OMUS é assumidamente uma associação de mulheres, é a associação mais forte da Gleba XV, e por isso, acaba desenvolvendo um papel de articuladora, incentivando e integrando a participação das famílias assentadas em diferentes projetos e políticas públicas, incluindo, por vezes, homens. Por isso, entre os anos de 2011 e 2014, havia uma participação mista, de mulheres e homens via associação.

A partir de 2016, após mudanças em nível nacional no programa, que visavam estimular e reconhecer a participação feminina, a política passou a ter como participantes na associação, apenas mulheres (Figura 05). Isso coaduna com o *déficit* de recursos destinados à esta política (Figuras 3 e 4), que principalmente a partir de 2016 tem sofrido queda de orçamento, tornando algumas condições que antes, eram apenas recomendações para maior

probabilidade de aprovação de projetos, requisitos quase imprescindíveis para o êxito de associações que disputam projetos, um deles: a maior quantidade de mulheres integrantes no grupo.

A participação de homens nos anos iniciais no programa também se vincula a documentação para cadastro. Um dos requisitos era que a pessoa inscrita no projeto possuísse a Declaração de Aptidão ao Pronaf⁴ (DAP), e apesar de atualmente haver um número maior de mulheres detentoras deste documento e o mesmo passar a ser cedido em nome do casal, por um longo tempo, a DAP era emitida apenas em nome de um integrante da família, que na maioria dos casos era o homem.

Figura 03. Gráfico com valores anuais destinados ao PAA no Brasil e no Estado de São Paulo, entre 2010 e 2018.

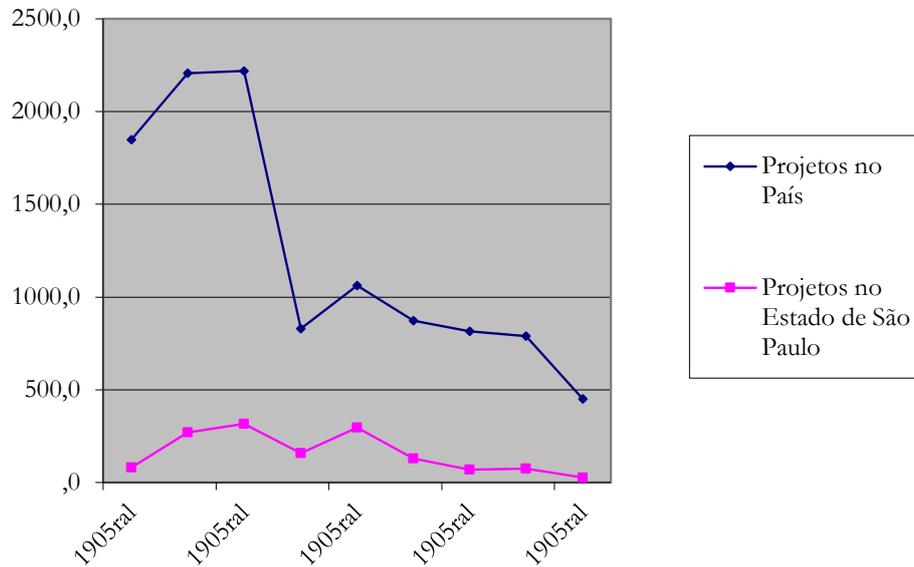


Fonte: Portal da Transparência do PAA. Organização: Autora, 2019.

Ao analisar os dados gerais do programa⁵ ao longo dos anos de sua criação e execução, notamos que ele passou por oscilações. Em 2010, tínhamos inicialmente o valor nacional de R\$ 268.632.691,06 e R\$ 16.082.576,00 dispendidos no Estado de São Paulo, esses valores foram progressivamente acrescidos, chegando ao ápice no ano de 2012, totalizando R\$ 386.093.480,60 (Brasil) e R\$ 57.611.810,91 (São Paulo), houve uma pequena diminuição

em 2013, mantendo-se em 2014 e 2015 estáveis, até sofrerem uma constante queda a partir de 2016, chegando em 2018 ao valor de R\$ 48.275.211,96 (Brasil) e 2.175.999,90 (São Paulo).

Figura 04. Gráfico com quantidade de projetos aprovados pelo PAA no Brasil e em São Paulo, entre 2010 a 2018.



Fonte: Portal de Transparência da Conab. Organização: Autora, 2019.

Em termos do número de projetos aprovados, o programa consequentemente segue o mesmo histórico, de acordo com os recursos disponíveis. Em 2012, ano de maiores valores, tivemos 2.219 projetos aprovados pelo país, sendo que 316 deles concentravam-se no Estado de São Paulo, após as reduções, em 2018 estes números passaram para 451 e 27, respectivamente.

Figura 05. Integrantes da OMUS na entrega de alimentos ao PAA



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Embora o projeto da OMUS atualmente em vigor perdure até meados de 2020, é notável o descontentamento com a redução dos recursos para a política pública e a tristeza diante da possibilidade de término do programa, uma vez que se constituiu enquanto a principal estratégia de reprodução socioespacial das assentadas da AMA.

Em campo, ouvimos relatos das próprias associadas e, também, de funcionários de instituições que lhes oferecem assistência técnica, que evidenciam a importância do PAA para estas mulheres.

As mulheres da OMUS foram mudando ao longo dos anos, acho que principalmente por causa do PAA, porque elas tiveram que resolver muita coisa fora, ir atrás de ajuda para a elaboração dos projetos, em bancos, para a criação de contas para receber os pagamentos, passaram a participar de mais eventos, cursos. Você percebe o desenvolvimento delas, tinham algumas que vinham dificilmente vinham aqui (no Itesp), e quando vinham mal falavam, geralmente estavam acompanhando os maridos. Hoje não, até aquelas que eram mais tímidas estão conversando mais, resolvendo coisas na associação (Técnico agrícola do Itesp de Rosana, 24 de abril de 2018).

Eu voltei a estudar para entender melhor como deve ser escrito os projetos, porque antes a gente pagava para pessoas de fora para fazerem para a gente, e ainda assim, tinha erros, problemas. Eu tinha feito só até o sexto ano, aí voltei a estudar, fiz supletivo e uma provas e consegui

terminar o ensino médio. A maioria das mulheres aqui, assim, as da minha idade, só conseguiram concluir os estudos assim, fazendo supletivo (Prímula, 55 anos, Assentamento Gleba XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

A minha maior alegria foi tirar a minha carta. Já estava velha, minha filha, com mais de 40 anos, mas eu consegui. A Margarida (liderança da associação) estava sobrecarregada, pois tinha muitas coisas para resolver na associação, ela dirige, mas também já está mais velha, a vista não é mais a mesma coisa e a gente se cansa. Aí sempre tínhamos que ir resolver coisas do programa da Conab na cidade, e eu resolvi tirar a minha carta. Meu esposo falava: “Tanto tempo sem carta, agora vai inventar isso!”, mas eu fiz e deu certo, consegui! (Torênia, 45 anos, Assentamento Gleba XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

Por meio dos relatos pudemos constatar a relevância desta política para as assentadas rurais, não apenas em termos monetários e materiais, mas em aspectos simbólicos, no que tange ao comportamento delas, sua autoestima, a valorização de seu trabalho, a retomada de projetos pessoais, como o retorno aos estudos e a obtenção da carteira de motorista.

Além dos relatos orais obtidos por meio das entrevistas, solicitamos que as associadas representassem cartograficamente, por meio de desenhos, as alterações pelas quais seus lotes passaram ao longo dos anos de participação no programa.

Cartografias alternativas e a necessidade de repensar os mapas geográficos

Os mapas nos transmitem uma mensagem de ordem nas coisas, por meio dos mapas encontramos o caminho, sabemos onde estamos e onde estão os outros. E por mais que o mapa nos instigue a imaginar, viajar mentalmente, eles também estabelecem ordem, “são como uma representação de uma estrutura essencial” (MASSEY, 2015, p. 159).

Há uma complexidade inserida nos mapas, que não são possíveis de serem expressas por eles. Como aponta Seemann:

Atrás dos pontos, linhas e polígonos impressos no papel escondem-se homens (e mulheres) e suas razões, ações e contradições cartográficas que influenciam ou até determinam como devem ser a aparência e os conteúdos de um mapa. **Mapas são textos culturais**, e não espelhos do mundo, embora eles ajudem a fabricar essas realidades (SEEMANN, 2012, p. 69, grifo nosso).

É nesse aspecto que Massey (2008, p. 163) nos alerta que “o objetivo de cartografias situacionistas é justamente quebrar paradigmas e dicotomias, *desorientar*, *desfamiliarizar*,

provocar uma visão a partir de um ângulo inusitado. [...] o espacial é uma arena de possibilidades.”

A autora supracitada explica que em pesquisas pautadas pela perspectiva descolonial, os mapas podem ser desconstruídos e reconstruídos como forma de reivindicação de singularidade, estabilidade, fechamento da concepção usual de representação cartográfica. De modo que: “A figura do mapa tem sido usada em certa literatura pós-colonial e feminista como uma forma que pode, por um lado, representar atitudes rígidas do passado, mas também, por outro lado, ser trabalhada a partir de dentro (MASSEY, 2008, p. 163).”

Nós somos seres espaciais, estamos constantemente em movimento e vivenciando espacialidades. Criamos então, conexões com os lugares, aqui não nos referimos ao vínculo de enraizamento, já que temos o conhecimento de que nenhum lugar, por mais que nos seja caro, permanece igual. Está sempre aberto, sujeito ao encontro de trajetórias e mudanças. Como nos alerta Massey:

Trata-se, também, de que as montanhas estão surgindo, de que a paisagem está sofrendo erosão e recebendo depósitos e sedimentos, de que o clima está mudando, que as próprias rochas continuam a se mover. Os elementos deste “lugar” serão novamente dispersos, em diferentes tempos e velocidades. (MASSEY, 2008, p. 203).

Se os elementos naturais são suscetíveis às mudanças e ao movimento, nós também somos, de modo que estamos continuamente construindo e desconstruindo nossas certezas. A forma como nos relacionamos com o espaço, e como transitamos pelos lugares, tem como primeira instância o nosso corpo. Qualquer corporeidade é, simultaneamente, dispositivo de ação e testemunho de vivências (MEJÍA, 2015). “O espaço é a categoria de mediação na relação de experiência do corpo com o mundo por intermédio daquilo que é possível, portanto, vivenciável e experienciável: o lugar” (CHAVEIRO, 2012, p. 250).

Um mapa pode ser definido, de forma bastante simplificada, como um desenho representativo de uma cidade, de um país etc. Mas, se o mapa pode integrar os elementos de localização de uma cidade, de um fenômeno, por que não podemos utilizá-lo para que também represente a nossa forma de pensar? Ou o modo como atribuímos valores a diferentes itens que estão ao nosso redor, no cotidiano? Ou ainda, as relações que

estabelecemos com determinados lugares? Entendemos a partir de Mejía (2015) que a cartografia deve acompanhar processos e isto é diferente de representar objetos.

O lugar é um feixe ininterrupto de relações, e, portanto, de práticas espaciais de diferentes sujeitos que, em sua luta diária pela existência, com valores e símbolos, com sensações e sentimentos, com intencionalidades e motivações, com sua produção de sentido, transformam o corpo num ator de suas plataformas. Convém sintetizar: os lugares são arenas vitais para - e pela - ação das corporeidades, por onde o mundo torna factível, encarnado, real e possível (CHAVEIRO, 2012, p.251).

Ao compreendermos que há uma relação entre nossas práticas espaciais, os lugares e os corpos, podemos pensar em formas alternativas de cartografia. A cartografia social, que provem das pessoas de um determinado grupo, nas buscas por reivindicar suas lutas e delimitar suas conquistas; a cartografia afetiva, tão utilizada por psicólogos na tentativa de oferecer uma técnica para a exposição de traumas; a cartografia embasada nos mapas mentais, utilizados desde uma sistematização de estudos por temas até como uma forma de representação espacial dos lugares sobre os quais se projetam as práticas espaciais e valores das pessoas.

São exemplos de como os mapas podem subverter uma ordem hegemônica, pré-estabelecida, hierárquica e institucionalizada, o que se circunscreve muitas vezes nessas tentativas não é uma cartografia propriamente dita, mas uma linguagem cartográfica, de narrativas cartográficas, de metáforas espaciais.

Na cartografia social, os mapeamentos podem constituir-se enquanto objetos da ação política, de modo que os sujeitos que reivindicam o reconhecimento de diversas tramas, territoriais, fundiárias, étnicas e políticas podem participar ativamente da construção da representação espacial, de modo contestador às representações hegemônicas do espaço, do Estado, ou de grandes empresas. Além de uma ferramenta de luta, a cartografia social pode subsidiar diagnósticos e estratégias espaciais (ACSELRAD, 2009; BATISTA, 2014).

Segundo Acselrad (2009), o processo de inclusão de populações locais na produção de mapas disseminou-se mundialmente desde os anos 1990, através de ações de agências governamentais, ONGs, organizações indígenas, organismos multilaterais e de cooperação internacional, fundações privadas, universidades, entre outras. Entre as vantagens da cartografia social está a possibilidade de mobilização da população no debate sobre demandas

por terras, no planejamento do uso de recursos naturais e afirmar a relevância do conhecimento tradicional.

Resumidamente, nas propostas de mapeamento participativo, o contexto de mapeamento permanece, embora eles não resultem em mapas propriamente ditos (ou em mapas tradicionais): “Trabalhos na antropologia, psicologia e sociologia empregam cada vez mais termos cartográficos como mapa e cartografia em seus títulos, porém, não apresentam mapas de fato em seus textos, mas sim, metáforas espaciais (SEEMANN, 2012, p. 74)”.

Os mapas não podem ser definidos apenas em termos da precisão de longitude e latitude, isso reduz a atividade de mapear a uma operação matemática (SEEMANN, 2012). Mapas não se restringem apenas a representações cartográficas projetadas. Se o mapa deve representar existências, fenômenos, relações, há ampliadas formas pelas quais essas representações podem ser desenhadas. Podem estar imbuídas de linguagem cartográfica, nos remeter a relações espaciais e mesmo assim, não resultar num mapa tradicional.

Segundo Seemann (2012, p. 70), para cartografar lugares e significados no papel, precisamos ir além das medidas, coordenadas e objetos. Há uma visão tradicional na cartografia que “separa a representação do espaço dos agentes, ações e mecanismos, que são responsáveis pela transferência e transformação (carto) gráfica de dados geográficos para o papel”.

Massey (2008, p. 164) nos adverte que o espaço não é um mapa, e um mapa não é o espaço, mas mesmo os mapas não devem impor sincronias coerentes, concretas e estáveis. Para a autora, as re-imaginações feministas e pós-coloniais ampliam as possibilidades da cartografia, fundamentam críticas aos mapas como “tecnologias do poder” nos forçando a criar nossas próprias formas de mapas. Cartografar espacialidades em aberto, não finalizadas e estórias em curso são um grande desafio para a cartografia e para aqueles que ousam mapear trajetórias.

É um desafio porque implica uma vinculação temporal, o movimento indica flutuações em termos de uso, de modo que o mapa é, ao mesmo tempo, espacial e temporal (WINKIN, 1989). Os mapas são, portanto, um dos aspectos da tecnologia do poder. Os mapas ocidentais tradicionais facilmente nos levam ao entendimento de que o espaço é uma superfície de completa horizontalidade (MASSEY, 2008).

Concordamos com Seemann (2012) de que a cartografia tradicional foi por muito tempo considerada um modo objetivo e exato de representar a realidade. Porém, hoje existem outras possibilidades de empreender essas representações, inclusive incluindo os sujeitos pesquisados mais diretamente, com as representações que eles próprios fazem dos lugares. Estes lugares são mais bem conhecidos por eles, do que por nós, pesquisadores. Essa experiência pessoal e as associações aos lugares dão um significado diferente ao mapa, de modo a reduzir sua aparência austera, imbricada em escalas de precisão e convenções geográficas (SEEMANN, 2012).

Existe, segundo Mejía (2015), uma etnografia⁶ aplicada em algumas pesquisas sociais que convida os participantes a fazerem comentários, a formarem parte do texto, participando ativamente da escrita, como coautores. Não conseguimos executar tal incorporação das participantes da pesquisa, a um nível de escrita da tese, porém, valorizamos as espacialidades vividas por estas mulheres e as representações que elas têm sobre isso.

Por muito tempo, a Antropologia⁷ esteve relacionada ao estudo de determinadas populações em lugares específicos, de modo que sua prática envolvia alteridades culturais tidas como exóticas e distantes, sociedades primitivas. Até a primeira metade do século XX, os antropólogos se dedicavam ao estudo de alteridades imersas dos Estados nacionais. Isso configura até hoje, no senso comum, a imagem do antropólogo como um profissional peculiar, em busca da alteridade cultural (MEJÍA, 2015).

É a partir desta perspectiva, na mudança da Antropologia, de valorizar as espacialidades dos sujeitos estudados, e de um olhar menos dominado pelo discurso hegemônico, e de uma imaginação geográfica menos limitadora, conforme proposto por Massey (2008), que Mejía (2015) nos apresenta possíveis interações entre a etnografia e a cartografia. De acordo com ele, uma se aproxima da outra quando retoma a forma problemática como o pesquisador se inclui na investigação. Há um desafio para ambos, etnógrafo e cartógrafo, que está em aumentar o coeficiente de transversalidade de produção de diferença, sua vulnerabilidade à alteridade⁸.

Neste sentido Seemann (2012) afirma que os mapas são transcrições de nós mesmos, eles permitem uma ligação com as biografias daqueles que os fazem e demais pessoas envolvidas no processo. “Assim, os mapas são evidências de vidas e práticas espaciais das pessoas, e a cartografia: é um ato de comunicação intersubjetivo, é também uma maneira

de se colocar no mundo, a arte ou ciência de representa-lo, de se orientar, tornar o espaço familiar, torná-lo um lugar (SEEMANN, 2012, p. 85).”

A cartografia implica na imersão do cartógrafo no território e seus signos. Este encontro é traduzido em muitas narrativas etnográficas, por meio dos encontros, da proximidade, da imersão, da observação, da distância necessária para a análise (MEJÍA, 2015).

As cartografias existenciais, ao envolverem componentes como raça-etnia, identidades culturais, gênero etc., ampliam a compreensão política das trajetórias dos sujeitos – e demonstram como o controle hegemônico dos lugares age sobre essas diversidades étnicas promovendo preconceitos, sequestros de voz, valores (CHAVEIRO, 2012).

Na cartografia afetiva, o corpo compreendido como campo de forças, de afetos e intensidades, implicando num movimento de repouso, velocidade e lentidão. Este corpo passa a ser apreendido pela sua capacidade de afetar e ser afetado, numa dupla dimensão de atração e repulsão, assim o corpo imprime ações ativas e reativas. “Qualquer relação de forças é o que define um corpo: químico, biológico, social, político.” (MEJÍA, 2015, p. 15).

Isso reflete em diferentes graduações de relações de dominação, que se relacionam com as técnicas de subjetivação, diferentes estratégias de movimento de atualização e desatualização de subjetividades, micropolíticas, cartografias (MEJÍA, 2015). Além da contestação da visão hegemônica de poder, os mapas mentais podem efetivamente expor as experiências cotidianamente vividas no espaço.

Segundo Winkin (1989), a etnografia esteve por muito tempo vinculada ao contexto colonialista, do estudo dos selvagens, do exótico, ligada a uma visão hegemônica. Foi no decorrer do tempo, abrindo um leque de possibilidades de estudo, desde o cotidiano do próprio pesquisador. Nesse sentido, um lugar simples e comum (bar, igreja, estação de ônibus etc.) à medida que são problematizados e analisados resultam em espaços de extrema complexidade.

Os mundos mentais são aprimorados por intermédio de experiências sensoriais e cinestésicas. O conhecimento espacial aumenta a habilidade espacial. Essa habilidade é de diferentes tipos, variando desde a destreza atlética até realizações culturais como a navegação oceânica e cósmica (TUAN, 2013, p. 97).

Seemann (2012) propõe a união de duas culturas da cartografia para alcançarmos o desafio e de projetar lugares num mapa: a tradição científica e a tradição humanista. Segundo o autor, os mapas na tradição humanista não se configuram em impressões sobre uma folha de papel, não são entendidos como produtos, mas sim como processos.

Fisicamente os mapas são marcas numa folha de papel, mas visualmente nos remetem a um mundo multidimensional, que pode abranger desde objetos até emoções, que são diretamente percebíveis no papel. Aí está o paradoxo dos mapas (SEEMANN, 2012). Isso é acrescido pelo fato de que a leitura pessoal do mapa não obedece a regras vinculadas à geometria, precisão ou produção técnica. Ela é feita de um modo pessoal e subjetivo, que implica em memórias e relações (SEEMANN, 2012).

Acreditamos que essa discussão teórica é relevante para expor como pensamos a relação da tese com a cartografia, de modo a não desconsiderar e nem deslegitimar a cartografia tradicional e cientificamente reconhecida por meio de mapas formais. Ainda assim, acreditamos que seria interessante possibilitar à essas mulheres que elaborassem representações de suas espacialidades, por meio de desenhos, assim teríamos mais elementos que indicassem as suas práticas espaciais.

Itens aos quais elas atribuem maior ou menor valor, como elas compreendem o espaço cotidiano e como interpretam as transformações sofridas pelos lugares advindas com o tempo. A concatenação entre espaço e tempo foi bem frisada por Winkin (1989, p. 134) ao alertar seus alunos do curso de antropologia, mas serve também para nós, geógrafos, sobretudo aqueles que propõem novas formas de pensar e representar as espacialidades dos sujeitos estudados:

É trabalhando na dimensão temporal dos seus lugares que vocês conseguirão dar-se conta de que um lugar espacialmente definido é sempre um lugar temporalmente definido e que as duas dimensões estão inextricavelmente misturadas. Os mapas são, portanto, um instrumento essencial para aquele que quer fazer um trabalho etnográfico (WINKIN, 1989, p.134).

Conquistas advindas da participação no PAA segundo a visão e experiência cotidiana das associadas da OMUS

A cartografia realizada com as mulheres da OMUS nos permitiu acompanhar as mudanças ocorridas a partir da participação da associação no Programa de Aquisição de Alimentos. Solicitamos às participantes que representassem seus lotes por meio de dois desenhos, antes e depois de participarem do programa. A OMUS constituiu-se enquanto associação desde 1989.

A OMUS possui uma padaria, porém, infelizmente ela encontra-se inoperante e com problemas de infraestrutura. A associação produz pães, biscoitos de nata e compotas que são adquiridos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), mas em virtudes dos problemas com a padaria, a produção destes itens tem ocorrido nos lotes das participantes.

Notamos que o PAA consiste em uma fonte de recursos extremamente importante para as associadas e para suas famílias, isso já era evidente por meio dos relatos nas entrevistas, mas a atividade cartográfica nos permitiu uma melhor visualização deste processo. A contribuição da política é inegável e se dá em várias dimensões, nas representações pudemos ter mais clareza das alterações advindas da política que se materializam na vida das associadas.

Figuras 06 e 07. Cartografias elaboradas por Magnólia, associada à OMUS



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Nas figuras 06 e 07 podemos observar as alterações que o lote antes da participação no programa apresentava com apenas uma casa (de madeira) e a área ao redor, apenas com grama, a ser cultivada. Após a inserção no PAA, a associada expõe que reconstruiu sua residência em alvenaria, construiu um barracão e um poço artesiano, adquiriu animais, como vacas e porcos e passou a produzir mais intensamente no lote, cultivando mangas e uma horta, alimentos que entrega no programa.

Figuras 08 e 09. Cartografias elaboradas por Gardênia, associada à OMUS.



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Nas cartografias elaboradas pela participante Gardênia, observamos que a partir da participação no programa houve melhorias, a criação de poço artesiano, a construção de outra casa no lote, na qual reside a sua filha, o cultivo de mandioca, de banana e de hortaliças.

Eu entrego para o PAA e para o PNAE. Entrego verduras, frutas, faço polpas de acerola e goiaba, também faço doces, doces de milho, doce de leite, de abóbora, bolachas de nata, e entrego em maior quantidade mandioca e banana (Gardênia, 49 anos, Assentamento Gleba XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril d 2018).

Além dos benefícios que se materializam no lote, e do aumento da renda familiar, Gardênia menciona aspectos imateriais, como a valorização de atividades culturalmente atribuídas às mulheres, como o cultivo de hortas, a fabricação de alimentos manufaturados, como pães, polpas, doces, compotas, que muitas vezes eram produzidos apenas para o consumo interno, e não geravam renda. Infelizmente, o reconhecimento da importância deste trabalho só advém após gerar aumento financeiro para as famílias.

Desde que eu comecei a entregar nesses programas não faltou mais dinheiro, assim, a gente não é rico, mas dá para viver mais tranquilo, mais sossegado, porque assim, o meu esposo e o meu filho é servente de pedreiro, nem sempre eles conseguem trabalhar, a minha filha é professora e pega algumas aulas como substituta na escola do assentamento. [...] E eu vejo todo mundo feliz depois desses programas, principalmente as mulheres, porque agora somos reconhecidas pelo nosso trabalho e ganhamos dinheiro com o que fazemos. E o povo da cidade olha para a gente de um jeito diferente agora, eles têm consciência que estão sobrevivendo mais pelo povo dos assentamentos (Gardênia, 25 de Abril de 2018).

Chama-nos atenção outro fator, que se associa diretamente às práticas espaciais dessas mulheres, a questão da mudança da visão dos cidadãos em relação a elas. É recorrente nos relatos a vivência de experiências negativas, devido ao fato de serem assentadas rurais. Há um grande preconceito social sobre os moradores de assentamentos rurais, que são vistos pelos demais moradores dos municípios como vagabundos, pessoas errantes e oportunistas, mesmo crianças e adolescentes manifestam esse sofrimento no convívio escolar.

O PAA, entre os seus inúmeros benefícios, propicia uma articulação entre campo e cidade por meio dos alimentos produzidos pelas associadas. E muitos consumidores finais ao descobrirem que estão se alimentando destes produtos, feitos pelas mãos das assentadas, mudam a forma como idealizam essas pessoas.

Figuras 10 e 11. Cartografias elaboradas por Margarida, associada à OMUS



Fonte: pesquisa de campo, 2018.

Nas cartografias elaboradas por Margarida (Figuras 10 e 11), podemos notar outras melhorias, além da mudança das casas de madeira para alvenaria, da construção de poços artesianos, do cultivo de hortas e pomares, diz respeito ao acesso à antena parabólica e à internet, além da aquisição de veículo. Margarida se esqueceu de registrar no desenho, mas em seu relato, mencionou a aquisição de um carro, item indispensável para a sua locomoção no assentamento e fora dela, já que frequentemente precisa fazer viagens curtas para resolver questões da associação.

No primeiro desenho, antes do PAA, ela registra o seu primeiro meio de transporte, a charrete e o cavalo. É curioso que embora tenhamos visto outros lotes cujas residências possuíam TV a cabo e internet, isso não foi registrado pelas demais associadas. Podemos inferir que esses itens sejam mais valorizados por Margarida, pois em sua casa vivem apenas ela e o esposo que já é bastante idoso e apresenta saúde debilitada, assim o uso pessoal de redes sociais e plataformas de conversação, além do aparelho televisivo, constituem formas de interagir e minimizar a sua solidão.

Quando a questionamos sobre a importância dos programas de compra institucionais para as mulheres rurais e para o assentamento, ela nos respondeu:

Antigamente assentado não podia ir a lugar nenhum que era visto como bandido. Eu mesma já fui proibida de entrar num supermercado, porque eu sou preta e assentada. Tem muito preconceito contra mulher e o povo de assentamento, se for preto é pior ainda. Aquilo foi uma humilhação muito grande. Hoje ninguém me impede de entrar em lugar nenhum, se isso acontecer, eu chamo a polícia, porque se a mulher daquele mais alto pode pegar um carrinho e comprar a gente também pode, se ela passa o cartão, se ela dá um cheque nós também damos. [...] Depois dessas políticas, dos anos 2000 pra cá, o assentado passou a ter mais direitos, antes o assentado andava de carroça, agora tem assentado com moto, carro, até caminhonete, agora o filho do assentado pode estudar se quiser, fazer faculdade, todo mundo tem energia elétrica, melhorou muito (Margarida, 58 anos, Assentamento XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

Nos anos 80, quando os assentamentos estavam se formando e tinham as primeiras associações, de homens, a gente, mulheres, não podíamos nem falar e nem votar porque só os homens eram titulares e eles não queriam que a gente participasse. A gente não podia dar a nossa opinião só por ser mulher, isso dava muita raiva. No dia da reunião a gente ficava lá atrás e a gente via coisa que era errada, mas não podia falar nada porque eram só os homens que decidiam e falavam. Aí a gente criou a nossa associação, só de mulheres, e a gente que manda. [...] A gente sempre fez as coisas por conta própria, mas tínhamos a ajuda do Itesp, depois com o programa da

Conab (o PAA) e o PNAE a gente melhorou bastante e teve mais reconhecimento (Margarida, 58 anos, Assentamento XV de Novembro, Município de Rosana, 25 de Abril de 2018).

As atividades cartográficas foram realizadas individualmente, e posteriormente, em grupos, Utilizamos como material, cartolinas, folhas de sulfite, lápis de cor e giz de cera, no caso dos grupos, registramos a interação das associadas em áudio por meio de gravador. Essa atividade consistiu em um desafio, pois tínhamos uma visão restrita de cartografia, como explicado na exposição teórica inicial.

Conhecíamos a existência de outras formas de produção de mapas, porém não sabíamos se tais metodologias eram viáveis para a nossa pesquisa. Como realizamos as entrevistas anteriormente, pudemos ter mais elementos que ajudaram a conduzir a atividade de forma mais bem-sucedida, nos revelando outros aspectos das associadas, suas formas de pensar e de representar os seus próprios espaços.

A utilização de cartografias alternativas gerou algumas dificuldades no sentido de abertura das mulheres, algumas não puderam ou não quiseram participar, e isso foi respeitado. Parece algo simples, desenhar sobre o papel, colocar as próprias vivências e espacialidades, porém isso apresenta certo grau de dificuldade, sobretudo se considerarmos que algumas delas não seguravam um lápis nas mãos há tempo considerável.

Uma delas pediu para que o neto fizesse seus desenhos, pois ela não se sentia segura em fazê-lo, outra ficou deslumbrada com as cores dos lápis de cor, e emocionou-se ao lembrar os tempos em que era criança e queria seguir estudando, mas não foi além da terceira série, porque seu pai dizia que só os filhos homens deveriam frequentar a escola.

Conclusões

O Programa de Aquisição de Alimentos tem sido frequentemente apontado como um a política importante como estratégia de produção socioespacial e de resistência das mulheres rurais. Recentemente, em virtude do atual desmonte de políticas públicas e de um governo que notadamente se manifesta contrário aos assentados rurais, movimentos sociais, discussões sobre igualdade de gênero; sentimos a cada dia a redução de políticas conquistadas através de intensa luta por diversos segmentos do povo brasileiro. Neste sentido, enunciar

as contribuições delas é hoje, uma postura necessária e de denúncia diante do desmonte vigente.

Permitir que as participantes da pesquisa pudessem demonstrar como se dá o imaginário da espacialidade de seus lotes foi uma experiência enriquecedora tanto para elas, e principalmente para nós, que tivemos a oportunidade de repensar práticas geográficas, vislumbrando que outras cartografias, mais afetivas e criativas são possíveis, ampliando a participação das participantes da pesquisa na elaboração do trabalho.

Verificamos que de fato, o PAA foi uma das políticas que mais atingiu a vida das assentadas, e que apesar de limitações, o programa foi efetivo na melhoria de condições de vida e de trabalho nos assentamentos. As mulheres passaram a ter seu trabalho em hortas, pomares e manufatura reconhecidos e financeiramente valorizados, isso gerou além de conquistas materiais que se especializam nos lotes, avanços de âmbito imaterial, como a elevação da autoestima, o fortalecimento associativo e a retomada de projetos pessoais.

Referências

ACSELRAD, Henri. Mapeamentos, identidades e territórios. Anais do **Encontro anual da associação nacional de pós-graduação e pesquisa em ciências sociais**. Caxambu, Minas Gerais, 2009.

BATISTA, Sinthia Cristina. **Cartografia geográfica em questão: do chão, do alto, das representações**. Tese (Doutorado em Geografia). Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Corporeidade e Lugar: Elos da Produção da Existência. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Livia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2008. 312 p.

MEJÍA, Rafael Ignacio Estrada. El cuerpo como territorio de la guerra: efectos micropolíticos del conflicto armado en Colombia. **Revista História Oral**, v. 18, p. 35-61, 2015.

MIELITZ NETTO, Carlos. Dez anos de PAA e a constituição de uma estratégia nacional de segurança alimentar. In: Grossi, M. D.; Kroeff, D. R. (Org.). **PAA: 10 anos de aquisição de alimentos**. 1ed. Brasília: Brasil, 2013.

SEEMANN, Jörn. Tradições humanistas na cartografia e a poética dos mapas. In: Eduardo Marandola Jr.; Werther Holzer; Livia de Oliveira. (Org.). **Qual o Espaço do Lugar?** Geografia, Epistemologia, Fenomenologia. 1ed. Rio de Janeiro: PERSPECTIVA, 2012, v. 1, p. 279-303.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico), n. 12, v. 5, p. 111-134, jul/2019. ISSN: 1984-1647.

TUAN, Y-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. São Paulo: Difel, 2013.

WINKIN, Yves. Descer ao campo. In: **A nova comunicação**: da teoria ao trabalho de campo. Campinas: Papyrus, p. 129 – 145. 1998.

¹ Essa política é operacionalizada através de cinco modalidades: Compra Direta da Agricultura Familiar; Formação de Estoque pela Agricultura Familiar; Incentivo à Produção e Consumo do Leite; Compra para Doação Simultânea; e a Compra Institucional.

² O valor atualmente vigente comercializado por agricultor (a) ao ano é de, no máximo, R\$ 6.500,00 (MDS, 2012).

³ Anteriormente, a política era articulada pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) extinto em janeiro de 2019.

⁴ O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) é um programa criado em 1995 que visa a oferta de crédito a juros reduzidos para famílias de pequenos agricultores.

⁵ Os dados dos gráficos elaborados foram coletados no Portal de Transparência do PAA. Apesar de o programa ser criado em 2003, constam informações apenas a partir do ano de 2010.

⁶ A etnografia pode ser resumidamente definida como Etnografia o estudo descritivo de diversos grupos humanos (etnias), de seus caracteres antropológicos, sociais etc. (WINKIN, 1989).

⁷ Para Mejía (2015) a Antropologia é definida como a pesquisa acerca das condições e possibilidades de vida humana no mundo.

⁸ Na perspectiva de Mejía (2015), a alteridade deve ser trabalhada como possibilidade e não de acordo com o cetro da identidade. A sua abordagem parte da teoria do filósofo Spinoza, e considera os afetos nos estudos sobre as espacialidades de moradores de condomínios fechados. O autor vê na alteridade a presença viva e real, a multiplicidade de forças, é através da problematização das alteridades que construímos nossos territórios existenciais.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Larissa Araújo Coutinho de Paula

Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (FCT/UNESP) Mestra em Geografia (2015) com período sanduíche na Universidad Autónoma Metropolitana (México); bacharelado (2012) e licenciatura (2011) pela mesma universidade. Integrante do Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária (GEDRA) e da Rede de Estudos de Geografia, Género e Sexualidade Ibero Latino-Americana (REGGSILA).

Como citar esse artigo

PAULA, Larissa Araújo Coutinho de. Cartografias alternativas: contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos materializadas no espaço das assentadas rurais. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.111-134, jul/2019. DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6574>.

Recebido em: 2019-06-21

Aceito em: 2019-07-04

ESPAÇO ESCOLAR E GEOGRAFIA DOS AFETOS: PAREDES OU PONTES ATMOSFÉRICAS?

Nicole Mieko Takada Moreti

orcid.org/0000-0002-9996-5499

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)

E-mail: mieko.takada@bol.com.br

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6492>

Resumo

A Geografia Humanista firma-se como campo autônomo da Geografia Cultural entre as décadas de 1970 e 1980, em especial, por seu discurso idealista em prol do reconhecimento da humanização da ciência. O humanismo na Geografia trouxe novas possibilidades metodológicas ao colocar o homem no centro das análises e ao possibilitar a inclusão da dimensão subjetiva, afetiva, cultural, histórica, individual e social, nas análises do campo geográfico. Este artigo trata do espaço vivido e da percepção individual expressa por meio do afeto. O referencial teórico utilizado buscou abordar a produção do espaço geográfico em uma perspectiva da dimensão dos afetos. Através de uma breve revisão bibliográfica e problematização objetivamos refletir sobre como os afetos podem criar barreiras ou pontes atmosféricas influenciando na percepção que diferentes sujeitos podem ter de um mesmo espaço escolar. Por muito tempo a Geografia tendeu a suprimir ou minimizar o seu envolvimento com as emoções e concluímos que ainda há muito que se avançar neste assunto. Acreditamos na relevância do tema, visto que as emoções estão intrinsecamente entrelaçadas ao tecido de nossas vidas.

Palavras-chave: Espaço escolar; Afetos; Emoções.

SCHOOL SPACE AND GEOGRAPHY OF AFFECTIONS: WALLS OR ATMOSPHERIC BRIDGES?

Abstract

Humanist Geography stands as an autonomous field of Cultural Geography between the 1970s and 1980s, in particular, for its idealistic discourse in recognition of the humanization of science. Humanism in Geography has brought new methodological possibilities by placing man at the center of analysis and making possible the inclusion of the subjective, affective, cultural, and historical dimension, individual and social, in the analyzes of the geographic field. This article deals with the lived space and individual perception expressed through affect. The theoretical reference used sought to approach the production of the geographic space in a perspective of the dimension of the affections. Through a brief bibliographical review and problematization we aim to reflect on how the affections can create barriers or atmospheric bridges influencing the perception that different subjects can have of the same school space. For a long time Geography tended to suppress or minimize its involvement with emotions and we conclude that there is still much to be done on this subject. We believe in the relevance of the theme, since emotions are intricately intertwined with the fabric of our lives.

Key words: School space; Affect; Emotions.

ESPACIO ESCOLAR Y GEOGRAFÍA DE LOS AFECTOS: PAREDES O PUENTES ATMOSFÉRICOS?

Resumem

La Geografía Humanista se firma como campo autónomo de la Geografía Cultural entre las décadas de 1970 y 1980, en especial, por su discurso idealista en prol del reconocimiento de la humanización de la ciencia. El humanismo en la Geografía trajo nuevas posibilidades metodológicas al colocar al hombre en el centro de los análisis y al posibilitar la inclusión de la dimensión subjetiva, afectiva, cultural e histórica, individual y social, en los análisis del campo geográfico. Este artículo trata del espacio vivido y de la percepción individual expresada por medio de lo afecto. El referencial teórico utilizado buscó abordar la producción del espacio geográfico en una perspectiva de la dimensión de los afectos. A través de una breve revisión bibliográfica y problematización objetivamos reflexionar sobre cómo los afectos pueden crear barreras o puentes atmosféricos influenciando en la percepción que diferentes sujetos pueden tener de un mismo espacio escolar. Por mucho tiempo la Geografía tiende a suprimir o minimizar su implicación con las emociones y concluimos que aún hay mucho que avanzar en este asunto. Creemos en la relevancia del tema, ya que las emociones están intrincadas entrelazadas al tejido de nuestras vidas.

Palabras-clave: Espacio escolar; Afecto; Las emociones.

Introdução

A Geografia Humanista firma-se como campo autônomo da Geografia Cultural entre as décadas de 1970 e 1980, em especial, por seu discurso idealista em prol do reconhecimento da humanização da ciência. O humanismo na Geografia trouxe novas possibilidades metodológicas ao colocar o homem no centro das análises e ao possibilitar a inclusão da dimensão subjetiva, afetiva, cultural e histórica, individual e social, nas análises do campo geográfico (GOMES, 1996).

Rocha (2007) e Oliveira (2013) argumentam que cada indivíduo possui uma percepção do mundo que se expressa por meio de valores, sensações, sentimentos e atitudes para com o meio ambiente. Neste ensaio propomos uma discussão conceitual sobre a dimensão dos afetos, focalizando na inter-relação entre emoções e espaços, e na questão do sentir-se diferente.

Acreditamos que a perspectiva dos afetos e emoções pode ajudar a entender as dinâmicas de inclusão e exclusão. Sob essa ótica, questionamos: O que é afeto? Os afetos e

as emoções influenciam na produção dos espaços? Sujeitos diferentes podem possuir percepções diferentes de um mesmo espaço?

Japiassú e Marcondes (2006) no dicionário básico de filosofia reúnem algumas definições sobre a palavra afeto, entre estas estão: do verbo afetar, comover, perturbar; afetar significa exercer uma ação sobre alguma coisa ou sobre alguém; afeição é a modificação resultante dessa ação sobre aquele que a sofre, afeição significa um certo estado de sensibilidade; os sentimentos e as sensações são afeições, como a cólera, o prazer ou a dor.

Segundo Lutz (2002) com o amadurecimento do movimento feminista e das minorias raciais em posição de pesquisadores na década de 1980 observa-se um intenso interesse por temáticas relacionadas as emoções e afetividades.

O termo “afeto” tem sido usado para descrever uma gama de fenômenos que fazem parte da vida cotidiana: depressão, euforia, medo, vergonha, ódio, esperança, pânico, entre muitos outros termos. Embora a afetividade por muito tempo tenha sido marginalizada, como apontavam pesquisas feministas pioneiras, agora há uma proliferação de versões do que afeto é e faz (ANDERSON, 2014).

De acordo com Anderson (2014), o que há em comum entre as diversas teorias do afeto é a preocupação com o modo como a Geografia se relaciona com a vida. Para o autor há várias razões para considerar os afetos: espaços e lugares são feitos através de afetos (BONDI; DAVIDSON; SMITH, 2005); é através de afetos que os sujeitos são constituídos e constituem mundos, para citar apenas alguns argumentos do autor.

Consequentemente, os afetos podem e estão ligados a coisas, pessoas, ideias, sensações, relações, atividades, ambições, instituições e muitas outras coisas, incluindo outros afetos. A esperança ou o medo, têm em comum a presença do futuro, o que não existe e pode nunca existir, porém tem efeitos reais no presente. Aparentemente vago e imaterial, mas afetam e alcançam efeitos em diferentes domínios da vida (ANDERSON, 2014).

Partindo desse pressuposto este texto tem como objetivo refletir sobre como a escola é percebida como atmosferas diferentes a partir de sujeitos de diferentes posições. O texto está estruturado em duas partes: inicialmente apresenta uma revisão bibliográfica sobre os principais conceitos e pressupostos teóricos abordados na disciplina Tópicos Especiais: *Emotions and affect from a spatial perspective*, ofertada pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - Campus de Presidente Prudente, e ministrada pelo Professor Dr. Jan

Simon Dutta, durante do 2º semestre de 2018. Na segunda parte, buscamos problematizar o debate sobre como a afetividade pode produzir atmosferas diferentes e como um mesmo espaço pode ser sentido de maneiras diferentes por sujeitos heterogêneos, utilizado como exemplo o recorte empírico de nossa pesquisa de nível mestrado em andamento sobre espaço escolar.

Pressupostos teóricos e conceituais

Os afetos e emoções nos subjetivam, e eles o fazem em conjunto com as condições sociais e espaciais. Alguns autores argumentam que os sentimentos de repulsa, desejo, nervosismo ou euforia, por exemplo, contribuem para o distanciamento de certos lugares e pessoas, ou inversamente, podem atrair (GAMMERL; HUTTA; SCHEER, 2017).

Entretanto, Gammerl, Dutta e Scheer (2017) destacam os riscos de uma compreensão simplista e desconecta ao se trabalhar com a temática dos sentimentos e afetos nas pesquisas. Salientam que os sentimentos devem ser considerados em conexão com estruturas sociais e culturais, como fenômenos que são potencialmente compreensíveis e que precisam ser processados em um discurso crítico.

Não se trata de considerar os microeventos dicotômicos às macroestruturas, mas sim em buscar compreender as maneiras pelas quais elas se unem e interagem. É recomendável que as pesquisas sobre “sentir-se diferente” observem as singularidades em conexões com diferentes escalas e eventos (GAMMERL; HUTTA; SCHEER, 2017).

Segundo Lutz (2002), no estudo das emoções, as pesquisas que abordam os processos psicossociais por muito tempo foram marginalizadas. Teóricos feministas, queer e críticos racistas argumentam que há um potencial político que brota dos sentimentos e das relações afetivas que rompem ou perturbam as formações de poder (GAMMERL; HUTTA; SCHEER, 2017).

As várias décadas de trabalho feminista na redefinição de emoções e de afetos nos permite fazer novas perguntas sobre o medo, a vergonha, a angústia, entre outras emoções, que compõem os eventos e as atmosferas dos lugares em seus diferentes contextos. Permitem novas questões de pesquisa a serviço de outras possibilidades de relações sociais (LUTZ, 2002).

Na introdução do livro *Emotional Geographies*, Bondi, Davidson e Smith (2005) argumentam que apesar da Geografia por muito tempo ter se distanciado do emocional, pesquisas recentes têm se dedicado as emoções em inscritos sobre as pessoas e lugares. As emoções afetam as nossas percepções sobre o presente, o passado e o futuro. As geografias emocionais de nossas vidas são dinâmicas, transformadas por paisagens, fases da vida e eventos diversos, como o luto pela morte de um ente querido, por exemplo. A emoção tem o poder de transformar nossas vidas, expandindo ou contraindo nossos horizontes (BONDI; DAVIDSON; SMITH, 2005).

Assim como Gammerl, Hutta e Scheer (2017), Bondi, Davidson e Smith (2005) também ressaltam que uma geografia emocional não pode apenas lidar com os sentimentos de forma desconecta, mas deve expressar algo imaterial em uma linguagem objetiva, relacionando as emoções em termos de sua mediação e articulação socioespacial e não apenas como estados mentais subjetivos.

A inclusão da dimensão sentimental pode trazer contribuições à produção de conhecimentos ao localizarem a emoção em corpos e suas relações com os ambientes. O aumento nas publicações acadêmicas dedicadas à emoção em inscritos sobre pessoas e lugares realça o potencial dos sentimentos usualmente silenciados na escrita acadêmica, visto que, as emoções estão entrelaçadas em nossas vidas (BONDI; DAVIDSON; SMITH, 2005).

Problematização 1: construindo paredes e pontes

Eu devia ter 4 anos quando entrei na escola pela primeira vez. Eu queria muito fazer parte daquilo. Minha irmã mais velha já frequentava aquele lugar, tinha amiguinhos. Era a minha vez. Até hoje não sei quantos dias se passaram desde o dia que entrei na escola até o dia em que saí dali chorando. Só sei que eu era a criança que não se enturmava, aquela que ficava olhando as outras crianças brincarem sozinha, num canto. Que tinha vergonha de dizer uma palavra em voz alta e também a que, logo que se viu diante de um colega de sala, fazendo um desenho bonito, levou um soco no nariz.

A dificuldade em fazer amigos, eu podia tolerar, mas o soco no nariz era demais. Em casa, chorando, com dor de barriga, me lembro da minha mãe entrando no quarto e dizendo as palavras mágicas: “Se não quiser ir mais, não precisa”. Uma sensação de alívio misturada com “minha nossa Senhora, que bom ficar em casa”, foi minha agradável companhia durante alguns anos. Até que entrei na escola novamente, aos 6. O dia também não ajudou – meu irmão nascia justo, em 5 de fevereiro. Logo, a sensação do primeiro dia na nova escola era de angústia: “E se meus pais não lembrarem de vir me buscar?”

Passaram-se muitos anos até eu revisitar a mesma sensação. Eu não lembrava o que era escola e achava que aquele assunto estava superbem resolvido para mim. Nem sonhava que a minha experiência com escola atrapalharia a adaptação da primeira filha. Na primeira tentativa de colocá-la na escola, ela tinha 1 ano. Tinha ido ao trabalho comigo até aquele dia e a gente mal se desgrudava. Eu via a cena da minha filha no parquinho do jardim de infância como se ela estivesse sendo jogada numa cova com leões ferozes. As crianças maiores, os meninos, as meninas que se enturmavam.

Durante a trágica adaptação, tive que ser convidada a me retirar porque não caía bem uma mãe olhando a filha brincar no parquinho chorando tanto. Depois disso, sempre que eu ia buscar minha filha na escola, achava que tinha cometido um erro grotesco por tê-la deixado lá, como se estivesse abandonando-a. Logo, a matemática estava feita: escola = tortura no meu inconsciente. Por isso, todos os dias, eu secretamente buscava motivos que me fizessem desistir de trabalhar e tirar minha filha da escola. Eu a via sofrendo, eu a via perdida. Eu deturpava as experiências dela com o meu filtro. Meu filtro que via a escola como a grande inimiga dos pais (...). Apesar de mim, ela fez amigos. Apesar de mim, ela conseguiu estabelecer novos vínculos. Apesar de mim, ela começou a amar a escola. (...). Se eu pudesse fazer um pedido a todas as mães que levam seus filhos à escola, eu diria que tentassem isolar a experiência que tiveram na infância da experiência dos filhos. Eu demorei para entender que o que a impedia de se relacionar com as outras crianças era eu mesma. Que o que a impedia de se adaptar era a minha velha crença de que 'escola não era bom'. Se estou curada? Só os próximos capítulos dirão. Mas que estamos em busca de ressignificar antigas experiências, estamos. Todos os dias (DALPINO, 2019, sem paginação).

No relato acima, a colunista da revista *Crescer*, Cinthia Dalpino (2019), expõe sua própria experiência com o primeiro dia de aula e nos traz indícios de como as expectativas dos pais podem ser projetadas nas vivências dos filhos. Os sentimentos traumáticos como a vergonha, o medo, a dor, a angústia e a solidão da mãe foram projetadas na nova situação com a filha, na culpa por precisar deixá-la, na negatividade em relação à escola e na visão deturpada de sofrimento que a mãe via na filha e que não refletia a realidade dos fatos.

O ato de expressar os sentimentos que não se ajustam as expectativas pode ser problemático de diferentes maneiras. Sentir-se diferente não está apenas relacionado com as normas, mas também indica processos de subjetivações e suas condições sociais. No relato de Cinthia Dalpino (2019), seu pranto ao observar a filha brincando no parquinho traz à luz um exemplo em que os sentimentos não se encaixam. Nesse sentido, concordamos com Gammerl, Hutta e Scheer (2017) ao afirmarem que a ambiguidade dos afetos e sentimentos e a singularidade interna individual resultam de complexos encontros mundanos.

No cotidiano escolar sujeitos de diferentes posições, através de suas ações e relações, constroem e reconstróem o espaço escolar, sendo estes, alunos e alunas, professores e professoras, funcionários da limpeza e organização escolar, equipe pedagógica e direção. A escola como um espaço social permite o encontro de uma grande diversidade de sujeitos, ao mesmo tempo em que é produzida por essa diversidade em seu cotidiano. Cada sujeito traz consigo costumes, expectativas e histórias de vida, cujas trajetórias remetem a uma infinidade de escalas e contextos de interação social.

Partimos do pressuposto de que o espaço escolar não é apenas um espaço físico, mas um espaço construído cotidianamente através das inter-relações entre os sujeitos, onde trajetórias distintas coexistem em um processo de devir (MASSEY, 2004). Segundo Löw (2013), o espaço surge na ação e sua materialidade não pode ser pensada como pura e alheia às influências do meio, sendo que tais ações são condicionadas por hábitos da vida cotidiana e envolvem ações práticas, discursivas, simbólicas e emocionais.

Bannister e Fyfe (2001) no livro *Urban Studies* ao debaterem sobre as imagens que retratam a cidade evidenciam que a diferença agora é vista como perigosa e algo a ser excluída. A imagem de cidade como lugar de indisciplina, inquietude e desordem são cada vez mais dominantes e para os autores, o medo tem sido evidenciado como motivo para a redução do desejo das pessoas em participar de encontros sociais e pela recusa às diferenças.

No espaço escolar o encontro das diferenças é inevitável, visto que este espaço é produzido através das interações de sujeitos heterogêneos com diferenças que marcam seus corpos de forma interseccionada, tal como proposto por Crenshaw (2002), Brown (2012) e Silva (2016).

A escola é por excelência um espaço de conflitos e diálogos e a negociação faz parte do contexto escolar. Porém, nosso questionamento é como a escola é percebida como atmosferas diferentes a partir de sujeitos de diferentes posições? Considerando os corpos e seus marcadores, cor da pele, classe social, gênero, idade, entre outros, como os corpos afetam a forma com que os sujeitos escolares interpretam e são interpretados?

Em essência, as pessoas podem experimentar uma variedade de emoções que diferem em natureza, intensidade, duração e situação. Segundo Bannister e Fyfe (2001) as conexões entre os sentimentos e as intervenções nos espaços são mediadas por uma variedade de fatores sociais, econômicos e políticos. No entanto, a partir do relato inicial de Cinthia Dalpino (2009), podemos refletir sobre como os sentimentos podem compor a

atmosferas dos lugares e como podem criar barreiras. No desejo de purificar o espaço de qualquer comportamento susceptível de provocar ansiedade e medo nos isolamos (BANNISTER; FYFE, 2001).

Nesse sentido, Ahmed (2014) em *Atmospheric Walls* ao abordar como os sentimentos compõem as atmosferas dos lugares destaca que a forma como chegamos nos lugares e os sentimentos que carregamos, influenciam no modo como interpretamos e somos interpretados. A autora argumenta que mesmo em atmosferas compartilhadas nem sempre as pessoas vivenciam de forma homogênea e quando não há sincronização entre os sujeitos, uma parede invisível é criada pelo desconforto, perceptível apenas para alguns. Conseqüentemente, o desconforto criado torna-se uma estratégia de poder e exclusão, fazendo da diferença algo desconfortável por ser diferença, por se destacar ou não se adequar a um padrão socialmente e politicamente estabelecido. Fato que fica mais evidente quando analisamos os corpos e seus marcadores, por exemplo, em eventos de racismo.

O espaço escolar e o próprio encontro pedagógico são repletos de ângulos. Para Ahmed (2014) a sincronização nos ajuda a explicar não apenas o que captamos, mas também o que não captamos em um evento. O primeiro dia de aula, voltando ao relato, pode ser para alguns alunos um momento de euforia por rever amigos de outro ciclo de ensino, enquanto para outros alunos pode representar um momento de medo e frustração, já para os professores pode ser um momento de ansiedade. Há em um mesmo evento uma infinidade de sentimentos. Uma atmosfera é leve para alguns ou pesada para outros, depende da forma com que os sujeitos são acomodados pela instituição, depende do aconchego.

Segundo Silva (2016), os corpos fazem diferença em nossas experiências espaciais, pois adquiriram sentido segundo uma estrutura social. Alguns corpos são tratados de maneira diferente, são valorizados ou desvalorizados, são suspeitos ou não, e estão em uma constante negociação. Desse modo, os corpos têm relevância para leitura do espaço escolar, visto que, influenciam na forma com que os sujeitos interpretam e são interpretados, bem como na forma como os sujeitos percebem as atmosferas dos lugares.

Problematização 2: os afetos e o espaço escolar

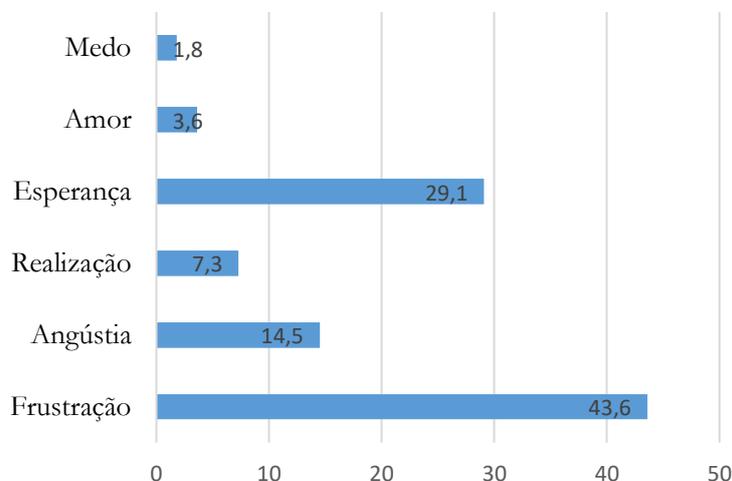
Os dados apresentados a seguir referem-se ao recorte empírico de nossa pesquisa de mestrado em andamento e será aqui utilizado apenas com o objetivo de exemplificar o quanto diverso pode ser um mesmo espaço escolar.

As informações foram obtidas através de um questionário aplicado junto à professores e professoras, gestores, equipe pedagógica e funcionários escolares da escola estadual “Dr. Pércio Gomes Gonzales” do município de Flórida Paulista/SP entre os dias 15/02/2019 a 17/02/2019 por meio de formulário eletrônico utilizando o *software* Google Docs e disponibilizado para a livre participação, garantindo o anonimato aos profissionais que tiveram acesso ao *link* por meio da rede social *Whats.App*.

No questionário, composto por 11 questões e respondido por 55 pessoas, foram levantados dados sobre o ambiente escolar e a afetividade do profissional em relação a percepção do seu espaço de trabalho, o perfil do profissional e algumas dificuldades existentes relacionadas ao ambiente de trabalho.

Nas respostas os sentimentos relacionados ao espaço escolar variaram entre frustração, angústia e esperança, porém, outros, em menor escala, também apareceram, conforme podemos observar na figura 1, que segue.

Figura 01. Sentimento relacionado a atmosfera escolar (%).



Fonte: TAKADA, 2019.

Em relação às dificuldades existentes no ambiente escolar, 23,6% responderam que já precisaram de afastamentos médicos por razões vinculadas ao ambiente de trabalho, como stress, depressão e pânico. O maior percentual, 80% responderam que já sofreram algum tipo de agressão física, moral, psicológica ou verbal no ambiente de trabalho. E 41% responderam que realizam ou já realizaram acompanhamento de profissionais da saúde por motivos de insônia ou ansiedade relacionadas ao ambiente escolar. Porém, o que mais nos chamou a atenção é o fato de que em um mesmo espaço de trabalho as percepções da atmosfera são bem diferentes, enquanto alguns sujeitos se sentem realizados e felizes, outros se sentem frustrados e angustiados.

Quando questionados sobre em qual grupo o sujeito se sente mais amparado diante de situações de desconforto ou desequilíbrio na atmosfera escolar, 50,9% responderam que encontram apoio no próprio espaço escolar, entre colegas de trabalho, coordenadores e gestores. Mas, 49,10% responderam o oposto, que encontram apoio para problemas do ambiente de trabalho e psicoemocionais fora do ambiente escolar, família, amigos, grupos sindicais ou profissionais da saúde (psicólogos e terapeutas).

Os dados nos apontam para aquilo que Anderson (2014) afirmou em sua análise sobre o afeto, o afeto como uma capacidade corporal emergente dos encontros, expandindo a definição de afeto como apenas uma capacidade corporal de afetar ou ser afetado. Nesse sentido, concordamos com a colocação do autor, pois, os afetos se formam no meio das misturas complexas que compõem encontros específicos, incluindo elementos discursivos e não discursivos que não podem ser separados na prática.

Alguns buscaram fora da escola o aconchego para seus problemas emocionais e dilemas profissionais, por não se sentirem pertencentes ou por não desejarem o julgamento de colegas de profissão estabelecendo outras pontes. Outros não encontraram a mesma parede atmosférica e conseguiram estabelecer uma ponte com sujeitos dentro do espaço escolar.

Segundo Ahmed (2014) a atmosfera está fora e dentro dos indivíduos, visto que os corpos não chegam em ponto morto aos lugares e mesmo em atmosferas compartilhadas, as pessoas vivenciam de forma angulada e diversa. Com base nas respostas dos profissionais da educação da escola pesquisada, percebemos que a sincronização é o motivo para alguns se sentirem mais ou menos abraçados pela atmosfera escolar.

Considerações finais

Procuramos neste artigo argumentar sobre as importantes contribuições das emoções e afetos para estudos relacionados com o espaço escolar e os sujeitos escolares. A escola como um espaço de encontros entre sujeitos com tantas diferenças (geracionais, expectativas e histórias de vida, gênero, classe social, cor da pele, entre outras) também deve considerar a dimensão afetiva na produção do espaço e na composição das atmosferas.

Podemos concluir que a escola é percebida como atmosferas diferentes a partir de sujeitos de diferentes posições, fato que interfere na forma com que os sujeitos escolares interpretam e são interpretado. Os afetos podem conectar pessoas, ideias, atividades, instituições e outros afetos, ou seja, o afeto é dinâmico, interseccionado e compõem o espaço geográfico.

Ao afirmarmos que os afetos produzem e compõem os espaços, não estamos nos referindo à dimensão palpável e material do espaço, mas sim a dimensão das emoções. Embora entendamos que essa é uma percepção comum, parece que a geografia demorou a considerá-la.

Acreditamos que pensar o espaço geográfico sobre esse prisma nos permite refletir sobre as diferenças em ação que constroem e reconstroem o espaço, nos permite pensar as diversidades e as relações de poder presentes, o que envolve tanto as relações entre pessoas quanto as relações destas com os objetos materiais disponíveis, integração que produz movimento, ação reacionária e mudança.

Desse modo, embora concordemos com Ahmed (2014) sobre a metáfora das paredes atmosféricas e acreditemos que sua compreensão seja útil, acrescentamos que as emoções podem também criar pontes. Uma parede atmosférica faz da diferença algo desconfortável, porque causa estranhamento em outras pessoas. Quando Ahmed explica que as emoções podem se tornar atmosféricas e podem ser sentidas, causando desconforto e inquietação em um grupo ao perceber a diversidade, ele aponta três ações ao “corpo estranho”: integrar-se ao grupo hegemônico, se autoexcluir ou assumir-se como diferença, juntando-se a outros por sincronização. Em outras palavras, assumir-se como causa da perturbação e como diferença é fazer da própria diferença uma ponte por meio do pertencimento e da empatia, pois a resistência e o empoderamento também é capaz de produzir e compor outros espaços.

Consideramos que incluir a dimensão emocional nos estudos pode trazer contribuições enriquecedoras à pesquisa de Geografia, ao considerar por exemplo, as emoções corporificadas e experimentadas de maneiras diferentes, marcadas pelo orgulho, prazer, bem-estar, angústia, opressão, culpa, vergonha ou exclusão em suas mediações e articulações socioespaciais. Não estamos sugerindo que os pesquisadores devam se concentrar em estudos que considerem as emoções, no entanto, na maioria dos casos, as emoções estão entrelaçadas em nossas vidas e em nossas escolhas de pesquisas. Caso os sentimentos, usualmente silenciados na escrita acadêmica, sejam considerados a pesquisa de Geografia só tem a ganhar ao trazer novas possibilidades de estudos.

Referencias

AHMED, Sara. Atmospheric Walls. In: **Feministkilljoys, o.S. Online**, 2014. Disponível em: <https://feministkilljoys.com/2014/09/15/atmospheric-walls/>
Acesso em: 26/10/2018.

ANDERSON, Ben. "Affective life". In: **Encountering Affect. Capacities, Apparatuses, Conditions**. Farnham: Ashgate, 2014, p. 1-21.

BANNISTER, Jon; FYFE, Nick. Introduction. Fear and the City. In: **Urban Studies**, vol. 38 (5-6), 2001, p. 807-813.

BONDI, Liz; DAVIDSON, Joyce; SMITH, Mick. Introduction. Geography's 'emotional turn'. In: DAVIDSON, Joyce; BONDI, Liz; SMITH, Mick. **Emotional Geographies**. Aldershot, England: Ashgate, 2005, p. 1-16.

BROWN, Michael. Gender and sexuality I: intersectional anxieties. **Progress in Human Geography**, v. 36, n. 4, 2012, p. 541-550.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas** [online], 2002, vol.10, n.1, p. 171-188.

DALPINO, Cinthia. O primeiro dia de aula, a gente nunca esquece. In: **Revista Crescer**. Editora Globo. Disponível em: <https://revistacrescer.globo.com/Colunistas/Cinthia-Dalpino-Mae-at-work/noticia/2019/01/o-primeiro-dia-de-aula-gente-nunca-esquece.html>
Acesso em: 31/01/2019.

GAMMERL, Benno; HUTTA, Jan Simon; SCHEER, Monique. Feeling differently. Approaches and their politics. In: **Emotion, Space and Society**, vol. 25, 2017, p. 87-94.

GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

LÖW, Martina. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. *Tempo Social*. **Revista de Sociologia da USP**, v. 25, n. 02, 2013, p. 17-34.

LUTZ, Catherine. Emotions and feminist theories. In: KASTEN, Ingrid; STEDMAN, Gesa; ZIMMERMANN, Margarete (eds). **Querelles: Jahrbuch für Frauenforschung** 34. Stuttgart: J.B. Metzler, 2002, p. 104–121.

MASSEY, Doreen. Filosofia e política da espacialidade: algumas considerações. In: **GEOgraphia**, Ano 06, n. 12, 2004, p. 07-23.

OLIVEIRA, Livia de . Sentidos de lugar e de topofilia. **Geograficidade**, Niterói, v. 3, n. 2, p. 91-93, 2013. Disponível em:<<http://www.uff.br/posarq/geograficidade/revista/index.php/geograficidade/article/view/125/pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2018

ROCHA, Samir Alexandre. Geografia Humanista: história, conceito e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **Rev. RA'E GA**, n. 13, p. 19-27, 2007.

SILVA, Joseli Maria. Contribuições das geografias feministas nas abordagens das relações entre espaço e diferenças. In: SPÓSITO, Eliseu (Org.) et al. **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. Rio de Janeiro: Consequências, 2016, p. 507-522.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Nicole Mieko Takada Moreti

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente. Professora efetiva de Geografia, atuando na Educação Básica do Estado de São Paulo.

Como citar esse artigo

MORETI, Nicole Mieko Takada. Espaço escolar e geografia dos afetos: paredes ou pontes atmosféricas? In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.135-147, jul, 2019. DOI: 10.33416/geoatos.v5i12.6492.

Recebido em: 2019-05-22

Aceito em: 2019-07-02

O MEDO NO ESPAÇO URBANO: CONTEXTOS HISTÓRICOS E SOCIAIS

Bibiana Conceição Rezende
orcid.org/0000-0001-9969-7562

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)
E-mail: bibianarezende.c@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6510>

Resumo: Diferentes sensações compõem e são percebidas no espaço, o medo é uma delas. Essa sensação pode estar presente nos mais diversos componentes do espaço público, desde sua arquitetura e estética, em um contexto histórico e, até mesmo, em um governo. Como contexto histórico o Brasil presenciou uma onda de medo que se instalou em muitos brasileiros durante as eleições de 2018. Apesar de envolver um aspecto geral da sociedade o medo será diferente de acordo com o contexto social de cada indivíduo, sendo aqueles que compõem as minorias sociais os que comumente se sentem mais inseguros no espaço urbano público.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Medo; Eleições; Mulheres.

THE FEAR IN PUBLIC SPACE: HISTORICAL AND SOCIAL CONTEXTS

Abstract:

Diferent feelings compose and are realized in space, fear is one of them. This feeling may be present in several public space components, since their architecture and aesthetics, in a historical context and even in a government. As historical context Brasil witnessed a fear wave that settled in many Brazilians during 2018's elections. Although it involves a general society aspect the fear will be different according to the social context of which one individual, being who belongs to the social minorities the ones who commonly feel more insecure in urban public space.

Keywords: Public Space; Fear; Elections; Women.

EL MEDO EN EL ESPACIO URBANO: CONTEXTOS HISTÓRICOS Y SOCIALES

Resumen:

Diferentes sensaciones componen y se perciben en el espacio, el miedo es una de ellas. Esta sensación puede estar presente en los más diversos componentes del espacio público, desde su arquitectura y estética, en un contexto histórico e incluso en un gobierno. Como contexto histórico, Brasil presenció una ola de miedo que se instaló en muchos brasileños durante las elecciones de 2018. Apesar de involucrar un aspecto general de la sociedad el miedo será diferente de acuerdo con el contexto social de cada individuo, siendo aquellos que componen las minorías sociales los que comúnmente se sienten más inseguros en el espacio urbano público.

Palabras-clave: Espacio Urbano; Miedo; Elecciones; Las Mujeres.

Introdução

O espaço não é estável, não é neutro, não é uma superfície inerte. O espaço é mutável e se modifica através do tempo pela sociedade, assim como modifica a própria sociedade. Dessa forma o espaço é capaz de exprimir sensações, sendo o medo uma delas, comumente relacionado ao espaço público.

Diversos fatores presentes no espaço, sobretudo no espaço público, o qual será aqui abordado, podem exprimir o medo ou a sensação de insegurança, podendo estar relacionado à arquitetura, a fatores de ordem característica da sujeita e do sujeito ou até mesmo ao contexto histórico ou político social do momento.

Quanto contexto político social será utilizado como recorte o período das eleições de 2018 no Brasil, sendo um momento em que sentimentos e emoções se encontravam acentuado em um aspecto geral da sociedade. Quanto à especificidade da sujeita e do sujeito em questão, será considerada o ser mulher relacionado ao espaço público, sendo esse, muitas vezes, uma representação de perigo para a mulher, dentro de uma sociedade machista.

Medo, espaço público e contexto histórico

O espaço possui a capacidade de nos transmitir sensações, seja por sua arquitetura já previamente planejada para tais transmissões, seja devido a um contexto histórico amplo ou até mesmo um contexto particular que diz respeito a uma sujeita ou sujeito em questão. Porém o contexto de um momento também pode causar tais sensações.

Hutta (2009) aborda o sentimento de medo ou segurança, sendo o sentimento de segurança usualmente relacionada à ausência do medo. Porém tais sentimentos são, na verdade, a maneira como a sujeita ou o sujeito em questão irão se relacionar com o meio, com o espaço. Se utilizando de Foucault, o autor trata o sentimento de segurança como um *dispositif*, um dispositivo.

In its evaluation, the Senate of Berlin makes some statements that are symptomatic of the discourse on feelings of safety and the fear of crime, which is closely related to the politics of community safety: feelings of safety are considered an autonomous problem, independent of crime rates; low feelings of safety or fear of crime are related to ‘visible forms of crime’ and “inhospitable surroundings”; interventions are called for in order to raise feelings of safety. (HUTTA, 2009, p. 253).

Aqui o autor relata o caso de Berlim, onde o sentimento de medo ou de segurança é considerado como algo individual, independente dos índices que fundamentam ou não tal medo, como o aumento do crime em determinada área. Podemos compreender tal individualização do sentimento como uma maneira de eximir as autoridades da responsabilidade.

A partir disso é possível utilizar-nos de um recorte temporal e espacial para entendermos como exemplo do que o autor apresenta, para isso abordarei o período das eleições presidenciais no ano de 2018 no Brasil de maneira breve. Comumente eleições são compostas por disputas entre partidos compreendidos como “de esquerda” e como “de direita”, sem adentrar em tal mérito, as eleições de 2018 representou para muitos um momento tanto de esperança quanto de medo.

Por um lado, a esperança de que os resultados das eleições propiciariam que o país caminhasse em direção a saída de uma crise política e econômica que se estabeleceu, sobretudo, no ano de 2016 após o impeachment da então presidenta Dilma Roussef. Por outro lado, o medo que direitos sociais duramente conquistados no recente reestabelecimento da democracia fossem perdidos, bem como de uma ameaça à própria democracia.

Nesse cenário que combinava medo e esperança os discursos de ódio ganharam repercussão e foram se acentuando com o caminhar das campanhas eleitorais. Se utilizando de sua posição o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro, proferia falas de cunho racista, machista e homofóbico, bem como ataques à classe econômica mais pobre do país. Através de suas falas e posicionamentos Bolsonaro foi responsável por incitar ou ascender sentimentos de preconceito e intolerância em muitas brasileiras e brasileiros, movidos por um conservadorismo que tanto surgiu para alguns quanto voltou à tona naqueles que o deixara escondido ou disfarçado.

Respaldados por um político candidato à Presidência da República essas brasileiras e brasileiros se sentiram à vontade para destilar sua intolerância e preconceito, seja no espaço virtual da internet, ou no espaço real, representando um *habitus* emocional através da corporificação das emoções relacionadas ao contexto social daquele momento.

Foi possível observar a crescente onda de medo e insegurança que assolou muitas brasileiras e brasileiros que se posicionavam contrários ao então candidato Jair Bolsonaro, onda essa que era alimentada a cada discurso do candidato ou a cada notícia sobre agressões

à integrantes de movimentos sociais, integrantes da oposição e LGBTQ+. Observamos então o medo que se retroalimentava, por vezes incorpóreo, sem uma representação física de perigo, porém, que se intensificava a cada notícia.

Outros fatores de ordem conjuntural também podem ser identificados como causadores do sentimento de medo e insegurança, como por exemplo, a imigração. Por vezes, tendo como condutor a política de migração que cada país adota, imigrantes são compreendidos como ameaças, o que pode ser até mesmo usado como tática pelos governantes. Vejamos o caso dos EUA, no governo Trump, onde os imigrantes passaram a ser considerados como grandes inimigos do país, significando até mesmo riscos.

Nesse momento de campanhas eleitorais, ao qual estou aqui me referindo, saliento a migração de venezuelanas e venezuelanos que imigraram para o Brasil visando fugir da crise política e econômica que se instalou no país, passando a ser vista como ameaça a já também instaurada crise brasileira. Tal migração foi utilizada como plataforma da campanha eleitoral de Bolsonaro que alimentava a xenofobia através de seus discursos.

Voltando a Hutta (2009), o autor apresenta que dispositivos de segurança são comumente identificados, sobretudo em governos neoliberais.

The fact that new forms of exclusion and control get articulated in terms of safety and fear not only is an effect of generalised “concerns about personal safety” but announces a change regarding urban spatialisation as well as regarding the relation between governmental actors and subjects. (HUTTA, 2009, p. 253).

Apesar de não se tratar de um governo de fato neoliberal, mas sim conservador com facetas econômicas liberais, é possível notar tal contexto apresentado pelo autor tanto na candidatura quanto no governo de Jair Bolsonaro, que veio a se tornar Presidente da República após vencer as eleições em 2018. Bolsonaro não representou ou representa perigo direto às minorias sociais que o temem, de fato não irá infringir a segurança pessoal destes de maneira direta, porém a atmosfera de medo e insegurança advém de seus atos e se encontram instaladas nos espaços públicos.

A palavra alemã *Geborgenheit* que Hutta (2009) utiliza, possibilita compreender que o sentimento de segurança está relacionado ao espaço. Traduzido do alemão, *Geborgenheit* significa segurança, porém seu real significado ultrapassa a maneira simplória de sua tradução. Compreende o sentimento de segurança como um acolhimento, de se sentir seguro, que está espacial e territorialmente relacionado, ou seja, o espaço como componente essencial para o sentimento de segurança.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, (Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico), n. 12, v. 5, p. 148-157, jul/2019. ISSN: 1984-1647.

No oposto de tal significado temos o medo ao qual estou me referindo, o medo que sujeitas e sujeitos pertencentes a grupos específicos, como LGBTQ+, mulheres, negros, indígenas e até mesmo pessoas ligadas a movimentos sociais presenciaram e seguem presenciando em algum nível referente ao que o governo de Bolsonaro lhes representa, o medo do espaço público, o medo que é alimentado pelo medo de outrem.

Bannister e Fyfe (2001) também abordam o medo, neste caso específico voltado ao espaço urbano, comumente relacionado ao crime e tendo como consequência a dificuldade de convivência e a própria vivência do espaço urbano. O medo referente ao espaço urbano não se dará, segundo os autores, da mesma forma em todos os cidadãos, ele irá se diferenciar conforme as especificidades da sujeita e do sujeito, por exemplo, quando se trata de um homem ou uma mulher, ou quando se trata de uma pessoa negra ou branca, nesses casos o que causa o medo também irá se diferenciar.

Por exemplo, uma figura masculina em um espaço público tende a gerar mais medo em uma mulher, bem como para um jovem negro, a figura de um policial pode representar o contrário do sentimento de segurança, considerando a conjuntura de um país como o Brasil que possui um racismo estrutural e institucional. Outro atenuante será o próprio espaço, a familiaridade da sujeita e do sujeito em questão para com este e até mesmo sua estética podem inferir medo a uma pessoa que não esteja familiarizada com o mesmo.

O medo no espaço urbano possui também motivações de ordem econômica e política: “*Why fear matters in these environments has less to do with the social and psychological impact on individual citizens and more to do with the way it has a negative impact on patterns of investment in the city.*” (BANNISTER e FYFE, 2001, p. 810).

O medo e ansiedade são também maneiras de controle da sociedade. Muitas vezes, como apontam os autores, táticas de proteção como muros, portões e cercas, que são adotadas para proteger o interior do exterior geram ainda mais ansiedade e medo, pois pode ser interpretado como um alerta de perigo. Dessa forma, assim como já foi apontado, vemos que o medo pode ser o alimento do medo, ou que o medo de uns e as formas como esses encontram de se proteger do perigo que temem, pode gerar medo em outros.

Essa expressão de medo que o espaço urbano pode apresentar pode não ser de maneira irracional, por vezes objetos e arquiteturas se encontram presentes para representar momentos históricos, mas também para lembrar de um sistema opressor. Batista (2014) aborda a estética da cidade do Rio de Janeiro no século XIX como sendo uma estética que

expressa o medo, por conter o que chama de arranjos estéticos da tortura da escravidão, como por exemplo, os pelourinhos.

O cenário imposto pelo Império às ameaças republicanas tratava de garantir a unidade e a questão da territorialidade. Já se desenhava ali um dos embates da *cidadania* no Brasil: a questão do acesso à terra. Esta arquitetura do medo, erigida principalmente a partir das rebeliões da década de 30 do século XIX, reformavam a configuração no Brasil da *gigantesca instituição de sequestro*: dos alagados, favelas e vilas-miséria aos cárceres apinhados e campos férteis e improdutivos cercados e guardados contra os sem-terra. (BATISTA, 2009, p. 204, grifos do autor).

Dessa forma, os arranjos estéticos cumprem o papel de demarcador territorial no tempo presente, mas também como referência ao poder e opressão em um contexto histórico. Tal arranjo estético surtirá uma sensação diferente, dependendo, como já apontado, da sujeita ou do sujeito. Uma pessoa negra, por exemplo, consciente de suas raízes e do período de horror que foi o período de escravidão no Brasil para o povo negro, ao se deparar com um pelourinho em uma praça, não irá compreendê-lo como um simples arranjo estético histórico, consciente de seu significado poderá lhe infringir medo, tristeza ou até mesmo revolta, diferindo do que poderia causar a uma pessoa branca.

Medo, espaço público e mulheres

Compreendendo que o medo e a sensação de insegurança poderão diferir de acordo com as especificidades da sujeita e do sujeito adentro a questão do medo das mulheres em relação ao espaço público. Para tal me utilizo de Koskela (1997) a qual aborda o medo que as mulheres sentem do espaço público, apresentando um estudo realizado com mulheres da Finlândia, onde através de entrevistas a autora buscou compreender como os espaços públicos eram por elas percebidos.

O espaço público é negado às mulheres através de uma construção social, onde lhes é “advertido” que tais espaços oferecem perigos e por isso devem ser evitados, porém acaba por se caracterizar como uma questão dual: as mulheres que têm medo de estarem nos espaços públicos, sobretudo sozinhas, e por isso o evitam têm menos chances de ser alvo de algum tipo de violência – sendo no caso das mulheres o estupro o que mais se mostra como um risco – porém ao se evitar tais locais, reafirma-se a periculosidade destes para as mulheres, reforçando o status de risco. Portanto, o medo que as mulheres possuem dos espaços públicos podem reduzir o número de ataques, porém não diminui o risco do ataque.

Outra contradição está no fato de que os homens são as maiores vítimas da violência nos espaços públicos, porém as mulheres são as que mais têm medo desses espaços. Isso me leva a pensar que tal medo tanto se trata de uma construção social para que as mulheres se restrinjam aos espaços privados, quanto também serve como alimento para os casos de violência contra as mulheres que ousam estar nos espaços públicos, como uma punição, uma “lição” para que aprendam que o lugar delas é dentro de suas residências e caso ousem sair desacompanhadas – de um homem, pois aos olhos da sociedade machista apenas a presença de um homem é considerada como uma companhia de fato – sofrerão as consequências.

Ressalto ainda que as mulheres tão longe se encontram de estarem seguras no espaço privado de suas residências, pois a maioria das agressões contra as mulheres são caracterizadas como violência doméstica. A questão da violência contra as mulheres nos espaços públicos me parece então mais como uma forma socialmente construída e acordada de culpabilizar as mulheres pela violência que sofrem.

A autora também apresenta que as pessoas mais oprimidas são as que mais se sentem amedrontadas, enquanto grupos ou comunidades que se sentem mais fortalecidos e empoderados se sentem mais confiantes em viver os espaços públicos (KOSKELA,1997). Dessa forma, é possível identificar quais os grupos ou as características individuais das pessoas que se sentem mais impelidas a evitar os espaços públicos devido ao sentimento de medo que tais espaços lhes causam: mulheres, negros e gays, em sua maioria. O que nos leva, mais uma vez, a compreender que os grupos que se sentem confiantes em vivenciar os espaços públicos assim se sentem quando se trata de espaços que já lhes são familiares e costumeiramente vivenciados.

As mulheres entrevistadas por Koskela (1997) mostraram que não têm medo de estar nos espaços públicos, até mesmo que têm muita propriedade de que a cidade as pertence, então não haveria motivo para o medo. Porém, o embasamento teórico da autora demonstra que as mulheres tendem a demonstrar coragem e força, como uma forma de se proteger de um possível risco. Ou, podemos entender também como a forma como as mulheres encontram de vencer o medo, construído e alimentado socialmente, deve-se salientar, já que terão de estar nos espaços públicos.

Resta saber à qual classe social essas mulheres pertencem, por exemplo, se são mulheres pobres, trabalhadoras, pois mulheres que compõem essa classe são forçadas a

vencer tal medo e se encorajar para estar nos espaços públicos, seja por trabalhar neles ou estar neles durante sua locomoção. Essas mulheres então são forçadas a negar a construção social que as avisa que os espaços públicos lhes oferecem riscos, e nessa negação ao mesmo tempo em que “desdemonizam” o espaço público também se colocam em risco.

As entrevistadas também levaram à autora a questão de que quando há a consciência do risco, o medo pode ser contido através de pensamentos racionais, dando mais confiança, ou uma sensação forjada, pois não é natural, caso fosse o medo não seria se quer uma possibilidade e não haveria a necessidade de construir um pensamento racional para dar motivos para não senti-lo. Porém, de qualquer forma, tal racionalidade oferece a confiança necessária para que essas mulheres estejam nos espaços públicos apesar dos riscos aos quais são advertidas.

Algumas das respostas vindas das entrevistas que Koskela (1997) realizou sugerem que há algo incutido no ser mulher que lhes dá a capacidade de julgar se uma situação ou um homem oferece perigo ou não. Isso se assemelharia a uma pré-condição genética, porém onde termina uma característica genética feminina e onde começa a construção social em torno das características que as mulheres têm ou deveriam ter? Mais uma vez isso soa como uma maneira de culpabilizar as mulheres por possíveis – ou previsíveis? – casos de assédio, onde a mulher deveria, devido a tal capacidade de distinção comportamental, antecipar um possível assédio.

Uma *bold walker*, como a autora denomina, seria uma mulher que se sente confiante no espaço público, que toma aquele lugar como sendo legitimamente seu. Porém, mais uma vez me questiono: quem é essa mulher? Qual sua cor, sua classe social e sua origem? Será que a mulher negra da periferia poderia se sentir tão confiante no centro da cidade ou em uma área empresarial? Creio que tal confiança seja resultado de processos referentes a determinados contextos que devam ser considerados nas análises quando se trata de seres sociais e suas vivências espaciais.

Ao final, a autora nos leva a pensar que uma vez que o medo de estar nos espaços públicos que assombra muitas mulheres seja algo construído socialmente, bem como reforçado também socialmente, viver esses espaços, mesmo sendo eles nos negado, é uma forma de romper, aos poucos tal construção, tal tabu. Trata-se de uma situação inversamente proporcional, quanto mais as mulheres se privam de viver os espaços públicos por conta do

medo, mais esse “risco” é reforçado, a meu ver, também como uma punição para aquelas mulheres que ousam estar nesses meios.

Assim, tomando esse raciocínio, as mulheres devem “tomar” os espaços públicos, impor sua presença e mostrar que aquele espaço é tão dela como de qualquer homem e assim agir na desconstrução da relação entre espaço público e risco para as mulheres. Porém, penso que a questão se encontra para além dessa “tomada” do espaço público pelas mulheres, esta seria apenas uma etapa na desconstrução de um machismo estrutural que permeia a sociedade e embasa tais construções sociais.

Conclusão

Ao longo do texto foi possível vermos que sensações individuais podem estar relacionadas em um contexto mais amplo, que o tempo-espaço é capaz de incutir sensações em grupos sociais, em sujeitas ou em sujeitos. Trazendo como recorte o período das eleições de 2018 no Brasil para dialogar com autoras e autores que abordam o medo no espaço público vemos que esse momento expressou um habitus social, incutindo em muitas brasileiras e brasileiros a sensação de medo.

Como dispositivo de segurança esse medo que se expressou nas sujeitas e sujeitos de maneira individual, porém advindo de um contexto social amplo, foi ignorado por aquele que representava a figura que transmitia tal sensação. O então candidato Bolsonaro se eximiu da culpa em mais de uma ocasião quando questionado sobre a onda de medo que atingiu muitas brasileiras e brasileiros, desconsiderando a posição de poder e liderança que lhe cabia durante as eleições. Destaquemos que os ataques verbais proferidos por Bolsonaro e as sujeitas e sujeitos que se sentiam por ele ameaçados era em sua maioria minorias sociais – minoritariamente representadas socialmente, não em quantidade – mulheres, negros, indígenas e LGBTQ+.

Dando sequência ao tema medo no espaço público urbano compreendemos que as mulheres são as principais sujeitas nesse diálogo. Tal medo foi considerado ao longo do texto como socialmente construído, como mais um dispositivo de controle da mulher dentro de uma sociedade machista para privá-la do espaço público e restringi-la ao espaço privado.

Dessa forma concluímos que o medo e o espaço urbano acabam por ser compreendidos, muitas vezes, como pares, como um inerente do outro, sendo alimentado

pela estética do espaço urbano, pelo contexto histórico e social, mas, sobretudo, como um meio de tornar o espaço público menos acessíveis a certos grupos sociais.

Referências

BANNISTER, J.; FYFE, N. Fear and the City. **Urban Studies**, vol. 38, n. 5-6, p. 807-813, 2001.

BATISTA, V. M. O império do medo. In: _____. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: Dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

HUTTA, S. J. Geographies of Geborgenheit: beyond feeling of safety and the fear of crime. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol. 27, p. 251-273, 2009.

KOSKELA, H. Bold Walk na Breakings: women's spatial confidence versus fear of violence. **Gender, Place and Culture**, vol. 4, n. 3, p. 301-319, 1997.

Sobre a autora – Informações prestadas pela autora

Bibiana Conceição Rezende

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da FCT - Unesp Presidente Prudente. Licenciada e bacharelada em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, campus de Ourinhos. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho.

Como citar esse artigo

REZENDE, Bibiana Conceição. O medo no espaço urbano: contextos históricos e sociais. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.148-157, jul, 2019. DOI: 10.33416/geoatos.v5i12.6510.

Recebido em: 2019-05-13

Aceito em: 2019-07-04

NOVOS CAMINHOS A PARTIR DE FRANTZ FANON

NEW WAYS FROM FRANTZ FANON

NUEVOS CAMINOS DE FRANTZ FANON

Diego Elias Santana Duarte

Orcid: orcid.org/0000-0002-1920-7744

Universidade Estadual Paulista (FCT-UNESP)
Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos - CIEJA Campo Limpo - SME/PMSP
Centro Paula Souza - ETEC Guaracy Silveira
E-mail: geografiasuave@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.35416/geoatos.v5i12.6575>

O objetivo desta resenha crítica é demonstrar a importância do olhar de Frantz Fanon e do livro *Pele negra, máscaras brancas* para repensarmos pesquisas, pesquisadores, sujeitos, visões de mundo e auxiliar na construção de reflexões próximas aos sujeitos pesquisados, com maiores potências e autonomia epistêmica. Uma das possibilidades para tal empreita é trazer para o palco a discussão de elementos alternativos de um contradiscurso hegemônico feito por intelectuais dos países colonizados que construíram suas trajetórias na busca do entendimento das estruturas e consequências deste processo.

Considerar o Brasil um país a partir do prisma pós-colonial¹ é olhar para todas as marcas de usurpações materiais e simbólicas sofridas no território brasileiro. Quantas consequências têm este processo? Como medi-las? Como identificar a colonização no pensamento brasileiro? Como saber as influências em nossas pesquisas, ou mesmo em nosso sistema de ensino? Como tal obra contribui para a leitura geográfica?

Para compreender a potencialidade de *Pele Negra Máscaras Brancas*, necessitamos entender quem foi seu autor. Frantz Fanon, oriundo da Ilha de Martinica, revolucionário e intelectual negro, formou-se em psiquiatria e filosofia na França, dirigiu o Departamento de Psiquiatria do Hospital Blida-Joinville na Argélia, hoje com o seu nome. Seus escritos foram lidos e comparados com conteúdos revolucionários da segunda metade do século XX, lutou à frente de grupos de resistências no norte africano e na Europa durante a Segunda Guerra Mundial.

Fanon publicou quatro livros relevantes para a compreensão da diáspora africana, são eles: *Peau noire, masques blancs* (Pele negra, máscaras brancas, 1952), *L'an V de la révolution algérienne* (1959), *Les damnés de la terre* (Os condenados da terra, 1961) e sua esposa Josie Marie-Josèphe Dublé Fanon, após sua morte, editou e publicou uma antologia intitulada de *Pour la révolution africaine* (1964).

O livro *Pele negra, máscara brancas*, nasce para a obtenção do título de doutorado do autor, o qual é negado pela academia com o pretexto positivista da falta de bases físicas para a análise psicológica, todavia, quando a obra foi publicada alcança grande repercussão e influência mundial. No Brasil *Pele negra, máscara brancas*, foi publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia em 2008 com tradução de Renato da Silveira. O livro impacta inicialmente pela capa, com ilustrações europeias de propagandas antigas de produtos com representatividade estereotipada da população negra, enquadrando o fenótipo negro de maneira animalesca, ingênua, serviçal e bestializada. A capa nos dá pistas da abordagem do conteúdo do livro e associação com o título *Pele negra*, entretanto, as “máscaras”, ou *papéis* representados pelo negro, são as máscaras da brancura.

A obra está dividida em sete partes das quais são abordados o negro e a linguagem, a mulher de cor e o branco, o homem de cor e a branca, sobre o pretense complexo de dependência do colonizado, a experiência vivida do negro, o preto e a psicopatologia e o preto e o reconhecimento. O autor dialoga com diversos autores como o martinicano Aimé Césaire e sua poesia de resistência, Freud e os posicionamentos e contrapontos do consciente e inconsciente coletivo, Hegel sobre identidade e formação do sujeito, dentre outros.

A obra gira em torno da análise dos impactos das estruturas coloniais de dominação e exemplifica principalmente na Martinica, seu local de origem, como esse processo ocorre no cotidiano e suas raízes no processo de ocupação francesa. Na abertura do livro é posta a interrogação principal, “o que quer o homem negro?”. Duas grandes questões, em seguida, são apresentadas, são elas a inferioridade econômica enfrentada pela população negra e a “epidermização” dessa inferioridade, ou seja, por ser fenotipicamente negra, a população negra incorpora socialmente sua inferioridade econômica, intelectual, cultural dentre outras. A partir disso Fanon aborda como esse movimento implica uma eterna busca da brancura em todas as opções do inconsciente, relacionamento, status, ascensão, emprego e na tentativa de uma inserção social.

O autor destaca as particularidades do binômio negro/linguagem e o seu universo de significados para elucidar os tensionamentos, tanto na especificidade do tratamento do negro com o seu semelhante e do negro para com o branco, a exemplo do homem negro antilhano buscar ser branco, ou ser “homem”, através da aquisição da língua e da cultura francesa. A situação exposta acima entra na análise principalmente no cotidiano da população jovem da Martinica, onde a mesma deixa de falar crioulo e busca o francês e os referenciais da França como erudição e reconhecimento social.

Quando os jovens antilhanos retornam de viagem da França, já que tal destino é tido como meta de vida, se consideram superiores à população da sua terra natal, seu status social já se diferencia e a negação da cultura tradicional é intensificada. A contradição deste contexto é quando esse mesmo jovem em território francês é tido como “inferior”, do “mato”, “sem” cultura, no entanto mesmo com esses elementos, o jovem realiza o esforço em aprender tudo o que puder na estadia na França para quando retornar a sua casa se “sobrepôr” aos outros.

Uma das chaves de entendimento deste contexto é que a França representa, para os antilhanos, a ascensão social, tanto dos filósofos, da ciência, dos médicos, dos cargos de alto escalão, das oportunidades de se destacar socialmente. Este contexto gera uma dualidade de pensamento, hora valorizando a cultura colonizadora e lidando internamente com a desvalorização de sua própria cultura. No ambiente escolar essa dualidade é intensificada, pois o francês como língua oficial é ensinada e os professores supervisionam os estudantes para que ninguém fale crioulo, bem como nos lares existe uma “vigília” para que todos os filhos falem francês.

Ao analisar o tratamento do francês para com o antilhano, ou o negro no geral, Fanon enfatiza a fala do colonizador, seja no *Petit-nègre*², língua híbrida do francês com várias línguas africanas, ou como falar através de mímica, falar baixo, falar com gírias mesmo se o homem negro fale francês, considerar que todo negro está disponível, devido sua eterna busca por “aprender” a cultura francesa, independente do grau de instrução, ou da quantidade de tempo residente no país, reúnem evidências da dominação pela fala.

Este lugar de sempre, o lugar no imaginário que todo negro não sabe francês, não tem cultura e ser tratado nesta fórmula é um local de aprisionamento em um estereótipo que tanto serve para deixar nítido o limite do mesmo, afastando o negro da cultura “erudita”, quanto para enquadrá-lo em uma subcultura colonizada, o seu “lugar”.

No que diz respeito aos relacionamentos afetivos, o autor inicia os questionamentos exemplificando a relação entre a mulher negra e o homem branco europeu, como pensar nesta questão envolvendo significados diversos para uma eterna busca supervalorizada do homem branco europeu, em uma representatividade de acesso a brancura, a ascensão social em contraposição à consideração da inferioridade da mulher negra. Nesta relação Fanon aborda como independente do papel do homem branco europeu, suas escolhas ou condutas, a mulher negra aceitará qualquer condição para manter o relacionamento, pois a brancura representa o acesso ao mundo dito superior.

No relacionamento entre o homem negro e a mulher branca, é pontuado a supervalorização do desejo do homem negro ao “esposar” a cultura branca, a vontade de incorporar a cultura branca por meio da relação. Diferentemente da perspectiva sobre o relacionamento da mulher negra com o homem branco que é oriundo da violência vivida no sistema escravocrata pelas mulheres negras. O relacionamento do homem negro com uma mulher branca é visto como ato de bondade da mulher branca decidindo se relacionar com um homem negro.

Tanto o corpo feminino negro quanto o masculino negro são vistos como corpos do desejo, das vontades, das emoções, hierarquizados e rebaixados em detrimento da razão. Os relacionamentos interracializados são buscados para compensar uma ascensão social, mesmo que esse homem ou mulher branca não sejam de sucesso ou estejam em desvantagem se fossem comparados a parceiros (as) negros (a). Em relação às dependências psicológicas causadas pela colonização são abordados os escritos de O. Mannoni sobre a Psicologia do colonialismo e seu deslize ao colocar que a inferioridade é observada na relação colonizador e “primitivos”, sendo a inferioridade, característica carregada pelos primitivos.

Pensar em questões gerais e estruturantes para justificar o racismo colonial é a chave para entender que 2.530.300 brancos espancaram e dominaram 13.000.000 de negros, numa relação de quase 1/6. A partir dessa reflexão o autor nos leva ao questionamento que não somente as pessoas são racistas, mas a estrutura de dominação colonial fez com que houvesse o racismo como forma de controle.

A alienação colonial é posta como uma das tantas maneiras de dominação dos europeus para inferiorizar a cultura, a tradição, o fenótipo e garantir a sobrevivência de uma estrutura colonial que desse certo e que fosse possível de administrar a distância. Nunca os homens brancos, mesmo que sempre em minoria, se sentiam inferiorizados e o contrário é

verdadeiro, nunca os homens negros, mesmo que em maioria, se sentiram superiores, ou em pé de igualdade.

Outros responsáveis pelo inconsciente coletivo são as criações e repercussões dos mitos do descobrimento, onde os europeus são vistos como senhores esperados, como salvadores contidos nas lendas nativas. Essas foram formas de colocar desde o início, do chamado descobrimento, o europeu como superior e o nativo como inferior.

Fanon nos traz a compreensão na construção do inconsciente coletivo o complexo de autoridade estimulado pelo europeu e a aceitação do complexo de dependência pelo nativo. Para elucidar a alienação colonial, do ponto de vista do inconsciente coletivo, o autor aborda sonhos de pacientes que possam trazer para o ambiente do debate questões importantes a serem trabalhadas na dependência psicológica da população negra, na construção de sua identidade como alternativa única em querer buscar a brancura. A alternativa demonstrada pela pesquisa é fortalecer a construção da identidade observando a origem do verdadeiro conflito, as estruturas sociais.

Diante desta alienação podemos questionar, qual a vivência do cotidiano da população negra? Como constrói o seu cotidiano? Como encarar os percalços diários? O cotidiano da dominação colonial, ou da alienação colonial é construído com base em histórias, piadas, trejeitos, estereótipos que reforçam, para o dominador, quem é o tipo negro e, para a população negra, é posto o enfrentamento das barreiras, caminhos, o enclausuramento do arquétipo negro inferiorizado.

Fanon relata sua experiência enquanto intelectual negro, querendo ser humano e auxiliar na construção da humanidade e quando ao caminhar pela rua ter o seu corpo renegado, maltratado, classificado, mitificado, colocado obrigatoriamente como descendente de escravo, ou quando as pessoas o conheciam e argumentam “você é diferente”... “você é civilizado”. Como construir e fortalecer a sua identidade com a estrutura colonial racista?

Não é o trauma direto que o autor coloca que possa causar a absorção do sentimento de inferioridade e sim a construção do imaginário coletivo nas propagandas, nos desenhos, nos filmes, no extravasar da imaginação e “lendo” os papéis sociais do bem, do mal, do belo, do feio, daquele que consegue, do que não consegue, querer se identificar com o vencedor e se afastar do vencido demonstram a reprodução máxima da inferioridade subjetiva.

Ter a impressão sobre o outro sendo verbalizada é uma das formas de captar o inconsciente coletivo e identificá-lo como permeado de ideias à priori que determinam como é visto o corpo negro, um corpo negro sempre será negro, independentemente de onde se formou, onde nasceu ou outra variável qualquer.

Acessar questões do inconsciente coletivo de uma pessoa é considerar as estruturas que constituíram a formação do indivíduo, onde nasceu, quais lugares frequentou, quais opções de vida teve e uma das portas de acesso que auxilia este entendimento é como as crianças brancas e negras têm acesso a construção de imagens e estereótipos sobre a população negra, como é construído socialmente o “ser” negro, tanto na Martinica, quanto na França ou em outros países?

Outra contribuição é como se constitui o grupo de intelectuais dos países colonizados, a observação dos escritores antilhanos, pelo fato de escreverem, pensarem, agirem e questionarem como brancos, resultado do processo de incorporação da cultura europeia. A assimilação ocorre a ponto da alienação de si em relação ao pertencimento, onde incorpora-se a cultura “alheia” em detrimento da sua própria história.

Ao assimilar a cultura francesa o negro antilhano incorpora o pensamento branco, a visão branca, os preconceitos, os estereótipos, as histórias de folclore que chegam na Europa.

Na perspectiva de imposição cultural no cotidiano, Fanon aponta que os jovens antilhanos se apropriam da cultura, da história e dos autores franceses como status intelectual, principalmente como citação dos pensadores como forma de sobreposição aos outros antilhanos, tal como em conflitos ou disputas corriqueiras, recorre-se constantemente as ascendências europeias como distinção social em um movimento cíclico da busca a cultura dita superior.

Com relação à análise psicológica do processo de valorização e desvalorização o autor coloca a reflexão, a partir da ótica adleriana, da sociedade antilhana ser estruturada baseada na comparação e um processo constante de valorização/desvalorização. As raízes da construção do inconsciente coletivo baseado no processo citado, constituem as relações do sistema escravocrata de separação e distinção do outro e a impossibilidade de se fortalecer em si, conjuntamente com o outro, tal como após a abolição não houve processos significativos de integração do negro a sociedade, no qual possibilitasse o fortalecimento e a mudança do inconsciente coletivo.

A população negra passou de homem-máquina, homem-corpo-escravizado, a homem livre com a constituição do ser influenciada pelos processos de alienação escravocrata colonial. Na parte final do livro do livro, Fanon cita o exemplo do trabalhador negro comum da Costa do Marfim e do médico negro de Guadalupe, ambos oprimidos pelas tensões raciais, o médico pela alienação cultural, na negação da sua própria cultura/história, para assumir a cultura europeia através da medicina e o trabalhador comum sendo explorado por um sistema racial hierarquizado com consequências econômicas.

O ponto chave de entendimento do livro é trazido pelo autor na argumentação de quem não podemos somente fazer oposição ao racismo, ou a alienação sofrida/causada por ele, devemos entender que tais táticas de valorização/desvalorização foram utilizadas na colonização como uma das maneiras para montar as colônias e enraizarem os valores da França.

Não podemos somente valorizar o que constantemente intitulamos de “cultura” negra, como o samba, a capoeira, o funk etc., com a intenção de valorização identitária, pois segundo o autor isso corresponderia novamente a colocar a população negra em determinado lugar e aceitar que são somente emoção/corpo e não razão. Devemos extrapolar o pensamento individual e coletivo sobre o negro para ser quem ele/ela quiser ser, de quem quiser gostar sem a preocupação de seguir padrões que foram utilizados como dominação no passado, intitulado pelo autor como alienação colonial.

A este movimento Fanon coloca como a busca por um humanismo, onde temos que igualar realmente a todos, em condições e oportunidades, considerando o passado, mas investindo na capacidade que todos têm enquanto seres humanos. O presente texto foi um convite para pensarmos a partir de outras perspectivas sobre o conhecimento, sobre as nossas pesquisas, pesquisadores, sobre o próprio sujeito, sobre nossos referenciais, sobre os nossos pontos de partida.

Descobrir o “ser” negro através de imagens positivas da negritude, na família, nos meios de comunicação no geral, nos livros, nas revistas, nas propagandas e principalmente na escola, locais que reforçam a construção do ser, do inconsciente coletivo positivo para com os valores da humanidade e não das hierarquias raciais.

Para chegarmos a ter a construção e disseminação desse recorte positivo da realidade devemos iniciar novos campos de pesquisa, repensar bibliografia, objetos de pesquisas, análises, metodologias, dentre muitos outros caminhos que possam buscar,

aprender e concretizar materiais diversos incentivar formas autônomas e diversas de construir o inconsciente coletivo, para isso devemos oferecer uma infinidade de mundos, assim como uma multiplicidade de histórias de cada lugar.

Referência:

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Tradução de Renato da Silveira. – Salvador: EDUFBA, 2008. p. 194.

FAUSTINO, D. M. **“Por que Fanon, por que agora?”: Frantz Fanon e os fanonismos no Brasil**. 2015. 252 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

FAUSTINO, D. M. A práxis e a “consciência política e social” em Frantz Fanon. **Lutas Sociais**, v. 19, n. 34, p. 158-173, 2015.

¹ Não há uma teoria pós-colonial, todavia, autores que tem na crítica ao colonialismo, seja no processo a partir do processo de descolonização, ou com os estudos culturais críticos ao processo de colonização produzidos nas universidades inglesas e norte americanas a partir de 1980.

² Literalmente preto-pequeno ou pretinho, é a expressão utilizada para designar uma língua híbrida, um patoá sumário criado no mundo colonial francês. (Nota do autor, p.35).

Sobre o autor – Informações prestadas pelo autor

Diego Elias Santana Duarte

Geógrafo formado na FCT/UNESP/PP, Mestre em Geografia na FFLCH - USP e doutorando em Geografia na FCT/UNESP/PP. Gestor do Centro integrado de Educação de Jovens e adultos - CIEJA CL, tem experiência na análise do urbano, das relações em rede e no movimento cultural periférico.

Como citar essa resenha

DUARTE, Diego Elias Santana. Novos caminhos a partir de Frantz Fanon. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico - v. 05, n. 12, p.158-165, jul, 2019. DOI: 10.33416/geoatos.v5i12.6575.

Recebido em: 2019-06-21

Aceito em: 2019-07-05